



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS EM LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA

**RELATIVA LIVRE INTRODUZIDA POR *QUEM*:
UMA INTERPRETAÇÃO FUNCIONALISTA**

Aline Priscilla de Albuquerque Braga

NATAL (RN)

2018

RELATIVA LIVRE INTRODUZIDA POR *QUEM*:
UMA INTERPRETAÇÃO FUNCIONALISTA.

ALINE PRISCILLA DE ALBUQUERQUE BRAGA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem, na área de concentração Estudos em Linguística Teórica e Descritiva.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Balduino Bispo

NATAL (RN)

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -
CCHLA

Braga, Aline Priscilla de Albuquerque.

Relativa livre introduzida por quem: uma interpretação
funcionalista / Aline Priscilla de Albuquerque Braga. - Natal,
2018.

129f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa
de Pós-graduação em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Balduino Bispo.

1. Oração relativa livre - Dissertação. 2. Linguística
Funcional - Constituição e uso - Dissertação. 3. Oração relativa
livre - Aspectos Formais - Dissertação. 4. Oração relativa livre
- Aspectos Funcionais - Dissertação. I. Bispo, Edvaldo Balduino.
II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 81'33

BRAGA, A. P. A. **Relativa livre introduzida por *quem***: uma interpretação funcionalista. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). UFRN/PPgEL: Natal (RN), 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edvaldo Balduino Bispo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Orientador

Profa. Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Examinadora Interna

Prof. Dr. Camilo Rosa da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Examinador Externo

Natal, 03 de abril de 2018

“O homem vive dentro do mundo como corpo, mas o mundo vive dentro do homem como palavra”.

José Carlos de Azeredo

A minha tia Socorro, pela generosidade em dedicar sua vida inteira a mim e à construção de tudo o que hoje sou.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de acordar diariamente com saúde, força e coragem para enfrentar desafios.

A minha família, sobretudo a minha mãe, pelo amor incondicional, pelos valores, pelos conselhos e por tudo o que sempre fez (e continua fazendo) por mim.

Ao meu irmão, pelos momentos de descontração e leveza.

A Alzir Oliveira, amigo de imprescindível apoio, pela convivência e carinho de sempre.

A Fernando Cordeiro, pela ajuda generosa e amizade motivadora.

Aos amigos, poucos e verdadeiros, pelo incentivo constante e pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Edvaldo Balduino Bispo, pela confiança em mim depositada desde a graduação e pelos conselhos e orientações que tanto me fizeram amadurecer intelectual e pessoalmente.

Aos membros do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, professores, amigos e colegas, pelos momentos preciosos e agradáveis de reflexão acadêmica sobre temas tão densos.

À banca de qualificação, pelas contribuições significativas para o meu trabalho.

Aos meus alunos e colegas de trabalho da Escola Estadual Augusto Severo, pela acolhida, pelo respeito e pela oportunidade de socializar conhecimentos.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Neste trabalho, investigo a oração relativa livre introduzida por *quem* – a exemplo de “eu conheço *quem comprou os ingressos*” – no Português Brasileiro (PB) escrito. Objetivo examiná-la com vistas a identificar aspectos formais e funcionais implicados em sua constituição e em seu uso. Em adição, proponho verificar de que modo esse padrão oracional pode situar-se categorialmente, com base em suas propriedades formais e funcionais. O banco de dados desta pesquisa compõe-se de textos extraídos do conjunto de *corpora* do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), mais precisamente anúncios de jornais e cartas particulares que circularam no Brasil ao longo do século XIX. Em relação à fundamentação teórica, apoio-me no arcabouço da Linguística Funcional Centrada no Uso, conforme caracterizada em Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação qualitativa, com suporte quantitativo e caracteriza-se como uma pesquisa descritivo-explicativa. Os resultados apontam que, quanto aos aspectos formais, essa estrutura atua tanto no escopo do Sintagma Verbal quanto no do Sintagma Nominal. Além disso, nesse tipo de oração relativa, o *quem* perde uma das propriedades de *pronome relativo*, a de retomar um termo antecedente. Em relação às propriedades funcionais, o *quem* (acrescido dos outros elementos componentes dessa oração) exhibe traços semânticos assim especificados: [+ANIMADO], [+HUMANO], [+/-DEFINIDO/GENÉRICO] e, ao uso dessa estrutura, subjazem questões de natureza sociointeracional. Por fim, a análise dos dados indica que, categorialmente, essa estrutura pode estar situada em um *continuum* entre orações substantivas e orações relativas restritivas com antecedente.

Palavras-chave: Oração relativa livre. Linguística Funcional Centrada no Uso. Aspectos formais e funcionais.

ABSTRACT

In this work, I investigate the free relative clause introduced by “who(m)” (e.g. “eu conheço *quem comprou os ingressos*”) in written Brazilian Portuguese (PB). The aim is to examine it in order to detect formal and functional aspects involved in its constitution and use. In addition, I propose to verify how this sentence pattern can be located categorically, based on its formal and functional properties. The database for this research is composed of texts extracted from the set of *corpora* of the *Para a História do Português Brasileiro (PHPB)* project, particularly newspaper advertisements and private letters that have circulated in Brazil during the nineteenth century. The theoretical support is the *Usage-Based Functional Linguistics*, as characterized in Furtado da Cunha, Bispo and Silva (2013). In methodological terms, this research is of eminently qualitative character grounded in quantitative support and it has descriptive-explanatory objectives. The results show that, from the formal point of view, this clause works both in the scope of the verbal phrase and in the nominal one. Moreover, in this kind of relative clause, the *quem* loses one of the properties of *relative pronouns*, that of returning to a preceding term. In relation to functional properties, the “who(m)” (plus other elements of this clause) form a unit of nominal character, whose features are [+ ANIMATE], [+ HUMAN] and [+/-DEFINID/GENERIC] and some sociointerational issues underlie the use of this structure. Lastly, data analysis indicates that, categorically, this structure may be situated on a continuum between complement clauses and restrictive relative clauses with antecedent.

Keywords: Free relative clause. Usage-based Functional Linguistics. Formal and functional aspects.

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PB – Português Brasileiro

PHPB – Para a História do Português Brasileiro

LFCU – Linguística Funcional Centrada no Uso

D&G – Discurso e Gramática

SN – Sintagma Nominal

SD – Sintagma Determinante

SV – Sintagma Verbal

SP – Sintagma Preposicional

RL(s) – Relativa(s) Livre(s)

IIs – Interrogativas Indiretas

SUJ – Sujeito

OD – Objeto Direto

OI – Objeto Indireto

CR – Complemento relativo

CN – Complemento Nominal

ADN – Adjunto Adnominal

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 1: Propriedades semânticas dos nomes	p. 28
Quadro 2: Papéis semânticos propostos por Fillmore (1971)	p. 29
Quadro 3: Papéis semânticos segundo Borba (1996, 2002)	p. 30
Quadro 4: Quantitativo das fontes de dados	p. 41
Quadro 5: Fatores de análise	p. 45
Quadro 6: <i>Continuum</i> do grau de fusão cognitiva dos componentes da relativa livre	p. 111
Quadro 7: <i>Continuum</i> substantiva – relativa restritiva com base no item em que se encaixa a subordinada	p. 113
Quadro 8: <i>Continuum</i> substantiva – relativa restritiva com base no elemento introdutor da subordinada	p. 116

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 1: Regra de fusão morfofonológica (antecedente nulo/ morfema relativo) ...p. 55

Figura 2: Hierarquia de Acessibilidadep. 74

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo das ocorrências por gênero textual	p. 42
Tabela 2: Quantitativo de ocorrências por tipo de anúncio de jornal	p. 43
Tabela 3: Quantitativo das ocorrências por tipo de carta particular	p. 44
Tabela 4: Distribuição das ocorrências quanto à relação gramatical desempenhada	p. 73
Tabela 5: Distribuição das ocorrências quanto à posição da relativa livre em relação à oração matriz	p. 76
Tabela 6: Distribuição das ocorrências quanto ao modo verbal da relativa livre	p. 81
Tabela 7: Verbos da oração matriz com a relativa livre no subjuntivo	p. 84
Tabela 8: Distribuição das ocorrências em função do referente do <i>quem</i>	p. 90
Tabela 9: Distribuição das ocorrências quanto ao tipo semântico de verbo da relativa livre	p. 94
Tabela 10: Distribuição das ocorrências quanto ao papel semântico do <i>quem</i> atribuído pelo verbo da relativa livre	p. 96
Tabela 11: Distribuição das ocorrências quanto ao tipo semântico de verbo da oração matriz	p. 97
Tabela 12: Distribuição das ocorrências quanto ao papel semântico do <i>quem</i> atribuído pelo verbo da matriz	p. 98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	21
2.1 A Linguística Funcional Centrada no Uso	21
2.1.1 Conceitos-chave.....	24
2.2 Gênero Textual	25
2.3 Categorias analíticas	26
2.4 Aspectos metodológicos	37
2.4.1 Classificação da pesquisa	37
2.4.2 O <i>corpus</i>	38
2.4.3 O tratamento dos dados	42
2.4.4 Fatores de análise.....	45
3 ABORDAGENS DA RELATIVA LIVRE	46
3.1 As relativas livres em gramáticas tradicionais	46
3.2 As relativas livres em gramáticas descritivas	48
3.3 As relativas livres em pesquisas linguísticas	51
4 ANÁLISE DOS DADOS	70
4.1 Propriedades formais da relativa livre introduzida por <i>quem</i>	70
4.2 Propriedades funcionais da relativa livre introduzida por <i>quem</i>	88
4.2.1 Aspectos semânticos.....	88
4.2.2 Aspectos discursivo-pragmáticos	100
4.3 <i>Chunking</i> e categorização na relativa livre introduzida por <i>quem</i>	108
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
ANEXO A – Exemplos de anúncios de jornal por subtipo	128
ANEXO B – Exemplos de cartas particulares por subtipo	129

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, inicialmente, apresento o objeto de estudo que investigo neste trabalho e as motivações que me levaram à sua escolha. Em seguida, explico as questões de pesquisa, as hipóteses levantadas e os objetivos propostos. Por fim, exponho, brevemente, o alicerce teórico que sustenta a investigação que desenvolvo, bem como os procedimentos metodológicos adotados ao longo desta pesquisa.

1.1 Delimitação do objeto de estudo

Estudos sobre a tipologia da cláusula¹ relativa em diferentes línguas, a exemplo de Keenan (1985), caracterizam-na como um universal linguístico, isto é, uma propriedade presente na maioria das línguas em virtude da necessidade de os falantes delimitarem ou especificarem o conteúdo de um núcleo nominal. Assim, esses trabalhos assumem, para essa estrutura, o estatuto sintático de modificador de um nome, tal qual um adjetivo.

Pesquisas tipológicas revelam ainda que a cláusula relativa pode ser classificada em dois tipos, com base na existência de um nome domínio: as orações que apresentam o nome domínio expresso são denominadas relativas com antecedente (*headed relatives*), já aquelas que ou não exibem esse nome domínio ou o exibem dentro da relativa são consideradas relativas sem antecedente (*headless relatives*). A título de exemplificação, atentemos para as amostras assinaladas em (1), (2) e (3) em relação ao Português Brasileiro (doravante, PB).

- (1) A sua carta de 6 do mes proximo passado| me deo grande saptisfação [...] de ter| achado com saúde toda a sua Familia, **á quem| rendo os meus respeitos**, que igualmente são derigi=|dos por minha mulher [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)
- (2) **Quem quizer aprender a traduzir e fallar as Línguas Franceza e Ingleza**, dirija-se a Diogo Antonio Archer (Portuguez [...]) (*Corpus PHPB*, anúncio, século XIX)
- (3) Remeto-lhe sua Burra que condusio o Vigario, porem que aqui estava intregue ao Rodrigues que tinha fugido e foi pega-do no Bucarú, **aque**m

¹ Nesta dissertação, tomarei os termos *oração* e *clausula* como intercambiáveis.

vier aparte d'elle direi o ocorrido [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)

Com base na proposta de Keenan (1985), a cláusula destacada em (1) representa uma oração relativa com antecedente; já as realçadas em (2) e em (3) ilustram casos de relativas sem antecedente. Todas as três orações apresentam-se introduzidas pelo pronome *quem*, sendo que, em (1) e em (3), elas são antecedidas por preposição (*a*, nesses casos), em virtude da regência dos verbos *render*, em (1), e *vir*, em (3).

A outra diferença entre elas, relevante a esse trabalho, é que, em (1), a estrutura apresenta os elementos que Payne (1997) considera pertinentes a uma oração relativa: o Sintagma Nominal (doravante, SN) modificado pela relativa (o substantivo *família*); a cláusula restritiva, que é a oração relativa propriamente dita (a sequência *á quem rendo os meus respeitos*) e o SN relativizado, isto é, o elemento correferente, dentro da oração relativa, ao núcleo (o pronome relativo *quem*). Em (2) e em (3), contudo, não é possível atestar a existência do SN modificado pela oração iniciada por *quem*, pois ele estaria interno à cláusula relativa, segundo Keenan (1985).

Durante dois anos como bolsista de Iniciação Científica, pesquisei, com base nos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante, LFCU), o emprego de orações relativas com antecedente em textos escritos do PB ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, com vistas a identificar fatores de ordem semântico-cognitiva e pragmático-discursiva que influenciam a recorrência a estratégias de relativização canônicas ou não canônicas (cortadoras e copiadoras).

Com base nas leituras realizadas acerca das estratégias de relativização, pude perceber que, apesar dos vários trabalhos empreendidos sobre as cláusulas ditas relativas, muitos aspectos que as caracterizam ainda não foram estudados sob uma perspectiva teórica que leve em consideração os usos efetivos da língua. Um deles é o fato de esse tipo oracional poder ser realizado sem a coocorrência do antecedente nominal a que se refere. Conforme exposto em Keenan (1985), de modo geral, não são muitos os estudos empreendidos acerca desse tipo de relativa, pois a preferência dos pesquisadores, em sua maioria, é pela investigação das propriedades linguísticas das relativas com antecedente.

No âmbito do PB, especialmente no que diz respeito à descrição gramatical acerca das orações relativas, não há consenso quanto à classificação das sem antecedente como um tipo de estratégia de relativização. Rocha Lima (2001[1972]),

Almeida (2009[1943]) e Cunha e Cintra (2013[1985]) defendem que os pronomes relativos podem trazer o antecedente incorporado em si, condensando duas funções: um termo da oração principal e um termo da oração adjetiva. De acordo com eles, para efeito de análise, convém restaurar o antecedente omitido, com o qual se tornará mais nítida a estrutura de cada uma das orações.

Seguindo o raciocínio desses autores, na análise da amostra destacada em (2), *Quem quizer aprender a traduzir e fallar as Línguas Franceza e Ingleza*, o *quem* encerraria dois elementos (*aquele* e *que*), sendo *aquele* o sujeito da oração principal e *que* o sujeito da oração adjetiva. No entanto, esse viés interpretativo apresenta o inconveniente de não analisar a estrutura tal como ela é, mas sim de analisar uma estrutura substituta que possui apenas uma leitura semântica equivalente às relativas com antecedente.

Said Ali (2001[1921]) e Azeredo (2008), em contrapartida, preferem colocar cláusulas como as assinaladas nas amostras (2) e (3) no quadro das subordinadas substantivas. Desse modo, eles não consideram que uma oração relativa possa existir sem a coocorrência do antecedente nominal a que se refere.

Orações como as ilustradas em (2) e em (3), também denominadas na literatura linguística por *relativas livres*, têm sido objeto de análise de estudiosos gerativistas² no que diz respeito à sua constituição sintática e, em menor grau, aos seus aspectos semânticos. Para eles, essas cláusulas seriam introduzidas por pronomes que trazem embutido em si o termo que seria o antecedente nominal³ e, desse modo, a coocorrência dele tornaria a oração agramatical (cf. BRAGA; KATO; MIOTO, 2009 e MARCHESAN; MIOTO, 2014).

Feitas essas considerações, nesta pesquisa, investigo a oração relativa livre introduzida por *quem* em anúncios de jornal e em cartas particulares, escritos no século XIX, sob a perspectiva teórica da LFCU.

1.2 Justificativa, questões de pesquisa e hipóteses

No campo dos estudos linguísticos, existem alguns trabalhos acerca das orações relativas livres, todos sob a ótica da Gramática Gerativa (BRITO, 1988; MÓIA, 1992;

² Brito (1988); Mória (1992); Marchesan (2008; 2012) e Braga; Kato; Mioto (2009).

³ Os pronomes relativos e os termos que eles embutem seriam: *quem* (pessoa), *o que* (coisa), *quando* (tempo, momento), *onde* (lugar), *como* (modo) e *quanto* (quantia).

MEDEIROS JUNIOR, 2005, 2014; MARCHESAN, 2008, 2012; BRAGA; KATO; MIOTO, 2009 e GAVIOLI-PRESTES, 2012). Interessa a essas análises, basicamente, responder a questões atinentes à sintaxe dessas estruturas, como o fato de saber se o pronome relativo explícito pertence à cláusula matriz ou à encaixada e como relativas desse tipo comportam-se em relação aos requerimentos de compatibilidade. Esses estudos visam também estabelecer critérios sintáticos que distingam as relativas das interrogativas encaixadas, visto que ambas possuem características formais semelhantes.

Alguns poucos trabalhos investigam ainda critérios semânticos que possam diferenciar as relativas livres das orações relativas com antecedente e das interrogativas indiretas, como Marchesan (2008) e Gavioli-Prestes (2012). Quanto à consideração de critérios cognitivos e discursivo-pragmáticos, contudo, não encontrei, até o momento, análises para a relativa livre introduzida por *quem* em língua portuguesa⁴.

A pesquisa que empreendo afasta-se dos trabalhos até então conhecidos primeiramente pelo recorte que faço: objetivo analisar apenas a relativa livre introduzida por *quem*⁵, em virtude do curto tempo que é destinado para uma pesquisa de mestrado. Apesar dessa aparente limitação, esta proposta mostra-se relevante na medida em que busco investigar o referido objeto a partir da perspectiva teórico-metodológica da LFCU, visto que não há notícias, até o momento, de análises para as relativas sem antecedente sob esse aporte teórico.

Os estudos já feitos não utilizam dados reais de fala ou de escrita como *corpus* e se preocupam em descrever, em sua maioria, os aspectos formais dessa estrutura. Diferentemente dessa tendência, objetivo não apenas examinar características morfossintáticas da relativa livre introduzida por *quem* em textos efetivamente produzidos, mas também investigar propriedades cognitivas e/ou discursivo-pragmáticas implicadas nos usos desse tipo oracional.

A relevância deste trabalho também pode ser vista na discussão que faço acerca da classificação desse tipo de cláusula a qual, conforme explanação na seção introdutória, não ocorre de maneira consensual pelos gramáticos. Essa discussão se dá por meio de um confronto entre as características prototípicas atribuídas às orações

⁴ O artigo “Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente: contribuições da Gramática Discursivo-Funcional”, publicado por Gisele Cássia de Souza, em 2009, apresenta explicações funcionais que diferenciam orações relativas livres de orações interrogativas encaixadas, no quadro teórico da Linguística Discursivo-Funcional. Contudo, foram consideradas apenas as cláusulas introduzidas pelos pronomes *quando*, *onde* e *como*, as quais não serão consideradas nesta pesquisa.

⁵ Dada a falta de consenso para a classificação dessas estruturas, na literatura disponível sobre o tema, opto por, provisoriamente, a partir deste ponto, tratá-las como relativa livre, por ser, dentre as classificações, a mais recorrente.

substantivas, às relativas restritivas com antecedente (tomando como base o que é dito pelos gramáticos sobre ambos os tipos) e as características detectadas, a partir desta pesquisa, para a relativa livre introduzida por *quem*.

Para nortear esta investigação, busco responder às seguintes questões de pesquisa:

1. Que propriedades formais (morfológicas e sintáticas) exhibe a relativa livre introduzida por *quem*?
2. Que propriedades funcionais (semânticas e discursivo-pragmáticas) exhibe esse tipo oracional com base em suas ocorrências no *corpus* analisado?
3. Quais processos cognitivos estão implicados na formação das ocorrências da relativa livre introduzida por *quem*?
4. Como pode ser categorizado o tipo oracional aqui investigado, considerando interfaces de suas propriedades formais e/ou funcionais com as de orações relativas restritivas com antecedente e as de substantivas?

Como ponto de partida para esta pesquisa, apoio-me nas seguintes hipóteses, feitas a partir de um exame prévio do *corpus* escolhido:

1. A relativa livre introduzida por *quem*, no que diz respeito às propriedades formais, pode encaixar-se em um termo de natureza nominal ou verbal presente na cláusula matriz.
2. Do ponto de vista funcional, essa estrutura pode ser usada quando o escrevente deseja apontar para um referente de sentido não definido/genérico.
3. À formação dessa cláusula subjazem os processos cognitivos *chunking* e categorização.
4. A relativa livre introduzida por *quem* situa-se em um *continuum* categorial entre orações substantivas e orações relativas restritivas com antecedente, por possuir características de ambos os tipos.

1.3 Objetivos

Em linhas gerais, proponho-me analisar a oração relativa livre introduzida por *quem* em anúncios de jornais e em cartas particulares do PB, escritos no século XIX, sob a perspectiva teórica da LFCU. De modo específico, busco:

1. Caracterizar, em termos de propriedades formais, a relativa livre introduzida por *quem*;
2. Descrever as propriedades funcionais da estrutura linguística sob análise;
3. Obter indícios da possível influência de processos cognitivos que subjazem à formação desse tipo oracional;
4. Averiguar, a partir das características formais e funcionais identificadas nesta pesquisa, a existência de um *continuum* categorial em que o fenômeno linguístico em questão se encaixa.

1.4 Pressupostos teórico-metodológicos

Para a investigação do objeto de pesquisa escolhido, adoto como fundamentação teórica os pressupostos da LFCU. Essa perspectiva teórica integra contributos provenientes da Linguística Funcional de orientação norte-americana, representada por Bybee (2010), Givón (1979, 1995, 2001), Hopper (1987, 1988), Hopper e Traugott (2003), e da Linguística Cognitiva, conforme descrita em Lakoff e Johnson (2002), Langacker (1987; 1991) e Tomasello (1998).

A escolha desse aporte teórico deve-se ao fato de que ele amplia os limites das abordagens que elegem como foco de análise apenas os aspectos formais das línguas, ao reconhecer que elementos cognitivos, semânticos e discursivo-pragmáticos exercem influência sobre a configuração dos padrões gramaticais. As pesquisas alicerçadas pela LFCU buscam, em aspectos relacionados à interação e à cognição, explicações para a forma que a língua assume quando utilizada.

O *corpus* adotado para o empreendimento deste trabalho consiste em um recorte da plataforma de *corpora* pertencente ao projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Particularmente, recorro a amostras de anúncios de jornal e de cartas particulares que representam o PB escrito, ao longo do século XIX.

1.5 Organização estrutural do trabalho

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. Neste primeiro – a introdução – apresento aspectos gerais acerca deste trabalho, tais como: o objeto de estudo, a motivação para sua escolha, as questões de pesquisa, as hipóteses, os objetivos, bem como um resumo da metodologia e do aporte teórico adotados.

No segundo capítulo, exponho, de uma forma mais completa, a fundamentação teórico-metodológica que sustenta esta investigação, com os seus principais conceitos e as categorias analíticas a que recorri para o empreendimento da análise dos dados.

No terceiro capítulo, procedo a uma revisão bibliográfica. Nele, explico alguns estudos prévios acerca das orações relativas livres, os quais foram empreendidos por gramáticos tradicionais e descritivistas, bem como por pesquisadores na área da linguística.

O quarto capítulo diz respeito à análise dos dados do *corpus* desta pesquisa. Nele, o objeto estudado será discutido, com base na teoria que fundamenta esta dissertação.

No quinto e último capítulo, concluo esta investigação, com uma sistematização dos resultados alcançados ao longo da análise, para atestar se eles corroboraram ou não as hipóteses previamente estabelecidas. Ademais, aponto as possíveis contribuições desta pesquisa, no âmbito da descrição linguística, e possibilidades de investigações futuras dela decorrentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo, apresento a base teórica que sustenta esta investigação. Num primeiro momento, faço considerações acerca da LFCU, evidenciando suas principais premissas.

A seguir, exponho alguns conceitos-chave, basilares para este trabalho, tais como linguagem, língua, gramática, cognição – segundo a LFCU – e gênero textual – de acordo com a Linguística Textual – com base em Marcuschi (2010).

Posteriormente, exponho processos, princípios e categorias analíticas que nortearão a discussão dos dados, quais sejam: relações gramaticais, traços semânticos dos nomes, tipos semânticos de verbos e papéis semânticos; os processos cognitivos de domínio geral *chunking* e categorização; aspectos sociointeracionais, como (inter)subjetividade, inferência sugerida, polidez e preservação das faces; princípio de iconicidade.

Por fim, explico a metodologia de trabalho adotada para esta pesquisa. Para isso, exponho a classificação desta investigação (sua natureza, seus objetivos, sua forma de abordagem, seus procedimentos técnicos e os métodos de investigação adotados); o *corpus* selecionado; as técnicas utilizadas na coleta dos dados e a forma de tratamento dada a eles; e, finalmente, os fatores de análise considerados neste trabalho.

2.1 A Linguística Funcional Centrada no Uso

Por volta da década de 1930, uma corrente de estudos de base estruturalista, o Círculo Linguístico de Praga, trouxe um aspecto diferente às abordagens linguísticas até então praticadas na Europa. A influência da teoria da Gestalt, sobretudo dos trabalhos do psicólogo Karl Buhler, conferiu ao estruturalismo praticado pelos linguistas de Praga uma feição funcionalista, ao considerar a função como um elemento essencial à linguagem e não mais a primazia absoluta da forma. Desse modo, passou-se a considerar que o uso das línguas, pelos humanos, obedece a uma determinada finalidade comunicativa e esse fim a que elas se prestam é que fundamenta o discurso.

O reconhecimento da existência de um polo funcionalista para a linguagem e a pressuposição de que a função desempenhada pela forma linguística exerce um papel

substantivo na comunicação verbal ganhou força por volta da década de 1970 nos Estados Unidos, dando origem a uma nova corrente de estudos, a Linguística Funcional.

A identidade desse modelo reside em propor simultaneidade ao estudo do discurso e da gramática, visto que ambos interagem e se influenciam mutuamente (GIVÓN, 1995). Nessa perspectiva, a língua não pode ser vista como um objeto autônomo, mas sim como uma entidade maleável, cuja estrutura gramatical é, em parte, dependente de pressões oriundas da comunicação e da criatividade do falante em adaptar o seu discurso de acordo com seus objetivos e com as necessidades de seu interlocutor (MARTELOTTA, 2011).

A observância, por alguns estudiosos, de pontos de vista em comum entre a Linguística Funcional norte-americana e a Linguística Cognitiva – como o pressuposto de que a gramática deriva de nossas experiências com a língua – fez surgir um novo paradigma de estudos linguísticos: a LFCU⁶. Desse modo, esse aporte teórico integra contribuições provenientes da Linguística Funcional de orientação norte-americana, representada por Talmy Givon, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, entre outros, e da Linguística Cognitiva, conforme descrita por George Lakoff, Ronald Langacker, Gilles Fauconnier, Adele Goldberg, John Taylor e William Croft (cf. TOMASELLO, 1998).

A LFCU consiste em uma tendência de estudo das línguas com base nas funções (semânticas e discursivo-pragmáticas) que elas desempenham, em situações concretas de interação, e na consideração de que o comportamento linguístico dos seres humanos é reflexo de capacidades cognitivas gerais, presentes em domínios outros além do referente à linguagem (BYBEE, 2010). Assim, ao uso dos mecanismos formais, de que dispõem os falantes de uma língua, estão estreitamente relacionados aspectos da experiência humana no que concerne às suas tarefas individuais, sociointeracionais e culturais.

Uma premissa básica dessa abordagem é a ideia de que o discurso representa o *locus* para o surgimento e a configuração dos padrões estruturais das línguas. Sob essa perspectiva, a gramática de uma língua não é uma entidade fixa e imutável. Ela é, pois,

⁶ A denominação Linguística Funcional Centrada no Uso foi cunhada pelo Grupo de Pesquisa Discurso & Gramática (D&G) a partir da tradução do original *Usage-Based Linguistic* (Linguística Baseada no Uso). Como o termo “baseada” parecia não contemplar a importância central que o uso exerce para essa abordagem, o professor Mário Martelotta, pesquisador do D&G, sugeriu a substituição por “centrada”, resultando em Linguística Centrada no Uso. Posteriormente, integrantes do D&G Natal propuseram a inserção do termo *funcional*, demarcando explicitamente a base funcionalista dessa abordagem, passando a *Linguística Funcional Centrada no Uso*.

um agregado maleável, moldado gradualmente em virtude das necessidades comunicativas de seus utentes, e composto tanto por arranjos morfossintáticos aparentemente mais estáveis, já sistematizados pelo uso, quanto por padrões que passam a assumir novas configurações formais e/ou funcionais ao longo do tempo (cf. BYBEE, 2010). A sintaxe, da mesma sorte, não é uma entidade autônoma: para a LFCU, os domínios da sintaxe, da semântica, da pragmática e do discurso são inter-relacionados e interdependentes, de modo que fatores semânticos e discursivo-pragmáticos devem ser considerados nas investigações linguísticas.

A LFCU reconhece ainda que a categorização dos itens linguísticos segue os mesmos padrões de classificação que fazemos dos objetos da natureza e da cultura, visto que, na base desse processo, está a nossa experiência com o mundo, para o segundo caso, e com as construções em que os elementos de uma língua se encontram, para o primeiro caso (TAYLOR, 1998). O caráter análogo entre a categorização conceptual e a categorização linguística, portanto, sugere que o uso da língua e, por conseguinte, a sua configuração formal estão relacionados à mobilização de habilidades e estratégias cognitivas não restritas ao domínio da linguagem.

Em suma, a LFCU interessa-se por aspectos que ultrapassam os limites da estrutura gramatical, considerando os fatores cognitivo e socio-histórico como motivadores dos padrões morfossintáticos de que fazemos uso em um ato comunicativo de fala ou de escrita. Não se trata, todavia, de relegar a segundo plano os arranjos estruturais nas análises, mas, sim, de tentar explicá-los por meio de subsídios mais abrangentes do que as relações internas entre seus elementos. As pesquisas fundamentadas pela LFCU buscam nos aspectos ligados ao processamento linguístico e, sobretudo, à experiência humana no contexto de suas atividades sociointeracionais e culturais, as explicações para a organização da gramática e a codificação linguística (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013), sem os quais só conseguiríamos ter acesso a uma porção muito pequena de toda a complexidade que caracteriza a linguagem verbal humana.

Pela importância que confere à relação de interdependência entre discurso e gramática, é caro aos estudiosos assim orientados que os dados de suas análises provenham de situações reais de uso. Desse modo, metodologicamente, evitamos trabalhar com frases produzidas *ad hoc*, ou seja, inventadas e/ou dissociadas do contexto em que foram efetivamente produzidas (cf. FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

2.1.1 Conceitos-chave

Nesta seção, explico alguns conceitos basilares às pesquisas que se propõem a analisar a língua sob uma ótica funcional centrada no uso, a saber: linguagem, língua, gramática, cognição e gênero textual.

2.1.1.1 Linguagem

Assumo com Tomasello (1998, p. ix, tradução nossa) a linguagem como "um mosaico complexo de atividades cognitivas e sociocomunicativas estreitamente interligado às outras áreas da psicologia humana"⁷.

A linguagem, sobretudo em sua expressão verbal, é uma das formas de compartilhar com outros sujeitos o modo como percebemos a realidade, a maneira como categorizamos os aspectos do mundo natural e cultural e a forma como simbolizamos a construção cognitiva que fazemos dos fatos e das cenas do cotidiano. A linguagem, sob o ponto de vista da LFCU, possui um aspecto integrador, visto que o seu uso mobiliza capacidades cognitivas de domínio geral, como o processo de categorização, e fatores relativos ao processamento linguístico e ao contexto situacional dos falantes.

2.1.1.2 Língua

Acompanho Bybee (2010) ao compreender a língua como um sistema adaptativo complexo, constituído, ao mesmo tempo, de padrões regulares e emergentes em virtude das necessidades comunicativas e/ou cognitivas dos usuários.

Dessa maneira, para a LFCU, a língua não é uma entidade estática nem imanente, mas, sim, um sistema continuamente moldado pelo uso, cujas formas tendem a assumir novas funções e feições quando utilizadas em diferentes contextos. A LFCU, portanto, admite a interdependência entre língua e uso e busca em textos reais subsídios que expliquem a codificação morfossintática (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

2.1.1.3 Gramática

⁷ "it is a complex mosaic of cognitive and social communicative activities closely integrated with the rest of human psychology".

Na ótica da LCFU, a gramática corresponde a um conjunto de princípios que surgem para servir às funções que os falantes necessitam desempenhar com mais frequência e para esquematizar, de modo simbólico, a maneira como os usuários de uma língua apreendem as cenas da vida cotidiana. A gramática, portanto, nessa visão, está associada às rotinas cognitivas e interacionais dos falantes.

A gramática é, ao mesmo tempo, instrumento e resultado para/do discurso corrente: é indispensável à sua produção e organização e, da mesma sorte, é mantida, moldada e modificada por ele. Portanto, para a LFCU, a gramática é um sistema aberto e dinâmico, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia a dia (cf. FURTADO DA CUNHA, 2015).

2.1.1.4 Cognição

Cognição refere-se ao processo neurorracional de construção do conhecimento a partir das experiências que o sujeito tem com o meio, sejam elas sociais e/ou corporais. É, portanto, o conjunto de operações mentais que configuram o nosso sistema conceitual, cuja base é o contato do ser humano com o meio (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013). A cognição atua como mediadora entre o mundo e a palavra, orientando a construção dos sentidos (FERRARI, 2011).

2.2 Gênero Textual

Nesta investigação, tomo de empréstimo algumas considerações da Linguística Textual, especialmente as feitas por Marcuschi (2010), acerca da noção de gênero textual. Assim como Marcuschi (2010), assumo, para este trabalho, que a comunicação verbal se torna impossível de ser realizada sem a mediação de algum artefato linguístico concreto, o gênero.

Consoante esse autor, gênero textual pode ser entendido como:

entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa [...]. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais bem como na relação com inovações tecnológicas [...] (MARCUSCHI, 2010, p. 19)

Com base nesse conceito, é possível perceber que ao surgimento, à configuração e ao uso dos gêneros textuais estão estreitamente associados aspectos sociais, cognitivos e culturais dos indivíduos, de modo que eles não podem ser vistos como entidades estanques e enrijecedoras da ação criativa humana. Além disso, percebe-se que, por serem modelos comunicativos, os gêneros, na maioria das vezes, criam expectativas no leitor e o preparam para uma determinada reação.

Marcuschi (2010) aponta ainda que, na caracterização dos gêneros, as funções comunicativas, cognitivas e institucionais que eles desempenham assumem um papel mais relevante do que o arcabouço linguístico e estrutural que eles exibem, embora não se possa prescindir da forma. Por conseguinte, usar de modo satisfatório um determinado gênero não é dominar apenas formas linguísticas, mas, sim, dominar uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações particulares (MARCUSCHI, 2010).

Como observo a língua não só em seus aspectos formais, mas também em suas peculiaridades comunicativas e cognitivas, o conceito de gênero textual adquire estatuto indispensável para os objetivos desta pesquisa. Desse modo, reconheço que à seleção dos recursos linguísticos subjazem as condições de produção de um texto e a função que ele exerce no entorno interativo em que está inserido. Para este trabalho, especificamente, considero dois gêneros: anúncios de jornais e cartas particulares.

2.3 Categorias analíticas

Nesta seção, apresento as categorias de análise para a investigação a que me proponho. São elas: *tipos semânticos dos verbos, traços semânticos dos nomes, relações gramaticais e papéis semânticos dos argumentos*; os processos cognitivos de domínio geral *chunking* e *categorização*; aspectos sociointeracionais, como *(inter)subjetividade, inferência sugerida, polidez e preservação das faces*; e o *princípio de iconicidade*.

2.3.1 Tipos Semânticos de Verbos e Traços Semânticos dos Nomes

Em seu estudo sobre a estrutura semântica do inglês, Chafe (1979) postula que o universo conceptual humano é dividido em duas grandes áreas: a do verbo, que contempla estados e eventos, e a do nome, que engloba coisas. O autor afirma que a primeira categoria é central, ao passo que a segunda é periférica, visto que “é a natureza

do verbo que determina como deverá ser o restante da oração, principalmente, que nomes o acompanharão e como esses nomes serão semanticamente especificados” (CHAFE, 1979, p. 97).

Chafe (1979) e Borba (1996, 2002), com base em Chafe, agrupam os verbos em quatro tipos distintos, baseando-se em suas particularidades semânticas, quais sejam: ação, processo, ação-processo e estado.

Seguindo a proposta de Borba (1996, 2002), os verbos de ação caracterizam-se por indicar um fazer por parte do sujeito, isto é, uma ação, conforme ilustram as orações *Vou a Santos* e *A velha gritava desaforos*. O autor aponta ainda que esse tipo de verbo tem, pelo menos, um argumento a ele relacionado.

Os verbos de processo, por sua vez, “expressam um evento ou uma sucessão de eventos que afetam um sujeito” (BORBA, 1996, p. 58), ou seja, exprimem um acontecer, algo pelo qual o sujeito passa, ou um experimentar, algo que ele experimenta, como nos casos *Ana sente frio*, *O bebê acordou* e *Leo herdou uma fazenda do avô*. Para Borba (1996), os verbos de processo também possuem, obrigatoriamente, argumento.

O terceiro tipo, os verbos de ação-processo, manifesta tanto características dos verbos de ação quanto dos de processo: expressam uma ação realizada por um sujeito que atinge um complemento provocando uma mudança (de estado, de condição ou de posição) ou ainda promove a existência de algo. Os exemplos *José quebrou o pires*, *A costureira estragou o pano* e *José escreveu um romance* ilustram esse tipo semântico de verbo. Os verbos de ação-processo, obrigatoriamente, aparecem acompanhados de pelo menos dois argumentos: o que causa a ação e o que sofre.

Os verbos de estado, por fim, correspondem àqueles que expressam uma propriedade (estado, condição, situação) localizada no sujeito, conforme exemplificam as orações *Mario permaneceu em silêncio*, em que o sujeito suporta um estado (o silêncio), *Tadeu ama Dirce*, na qual o sujeito experimenta um estado (amar alguém) e *Fernando tem três filhos*, em que o sujeito suporta uma condição (ter três filhos). Esse tipo semântico de verbo apresenta obrigatoriamente um argumento.

De acordo com Chafe (1979), além dos verbos, os nomes também possuem propriedades semânticas que exercem papel primordial para a sua seleção pela palavra verbal e para a função semântica que exercem em uma oração. Vejamos, no quadro 1, dentre os traços semânticos descritos por Chafe (1979), aqueles que serão utilizados neste trabalho: *animado*, *humano*, *definido* e *genérico*.

Quadro 1 – Propriedades semânticas dos nomes

PROPRIEDADES SEMÂNTICAS	DEFINIÇÃO
Animado	Concebido pelo falante como pertencente à categoria dos animais. Ex.: I frightened the elephant . (Eu assustei o elefante)
Humano	Algo que diz respeito a seres humanos, em oposição a outras criaturas animadas. Ex.: I frightened the elephant. (Eu assustei o elefante)
Definido	Algo de cuja identidade o falante supõe o conhecimento prévio por parte do ouvinte ou dele mesmo. Ex.: The water dripped onto the floor. (A água escorreu no chão)
Genérico	Algo que se refere a uma classe inteira de itens e não a um único membro da classe ou a uma amostra particular. Ex.: Elephants like peanuts . (Elefantes gostam de amendoim)

Fonte: Chafe (1979)

Para esta dissertação, as noções de Tipos Semânticos de Verbos e Traços Semânticos dos Nomes serão relevantes para atestar algumas características semânticas do objeto em estudo, a saber: se há restrição para os tipos de verbos que ocorrem nessa estrutura e para os tipos de verbos presentes na oração matriz em que a relativa livre se encaixa e, por fim, quais os traços semânticos do referente para o qual o pronome *quem* aponta.

2.3.2. Relações Gramaticais e Papéis Semânticos

De acordo com Payne (1997), “relações gramaticais são frequentemente pensadas como relações entre argumentos e predicados no nível da estrutura linguística” (PAYNE, 1997, p.129).

Ainda segundo esse teórico, observações empíricas sugerem que as línguas tendem a distinguir, com mais frequência, três tipos de relações gramaticais: sujeito, objeto direto e objeto indireto. Para ele, esse fato, provavelmente, reflete “as limitações cognitivas dos humanos em rastrear o número de papéis de participantes necessários para expressar os tipos de mensagens (ou proposições) que os humanos normalmente expressam” (PAYNE, 1997, p.133). O autor afirma que as relações gramaticais não são diretamente mapeadas dos papéis semânticos, visto que uma mesma relação gramatical

pode expressar diferentes papéis semânticos, como em *George opened the door* e *The door was opened* em que os papéis semânticos de agente (George) e de paciente (the door) podem ser formalmente codificados como o sujeito da oração.

Os papéis semânticos, por sua vez, foram amplamente estudados por linguistas, em virtude de as relações gramaticais serem insuficientes para traduzir as relações semânticas existentes entre alguns nomes e os verbos que a eles se associam. Vejamos as propostas de Fillmore (1971 *apud* CASTILHO, 2012) e Borba (1996, 2002) para os papéis semânticos.

Com a Teoria da Gramática dos Casos, Fillmore (1968 *apud* CASTILHO, 2012) buscou identificar as relações semânticas existentes entre o conteúdo denotado pela palavra verbal e os seus demais constituintes, com base nos julgamentos que os seres humanos fazem acerca dos acontecimentos que ocorrem ao seu redor. Após reformulação, em Fillmore (1971 *apud* CASTILHO, 2012), os papéis semânticos defendidos pelo autor apresentam-se como no quadro 2.

Quadro 2 – Papéis semânticos propostos por Fillmore (1971)

PAPÉIS SEMÂNTICOS	DEFINIÇÃO
Agente	O “instigador” do evento.
Contra-agente	Força ou resistência contra a qual a ação é realizada.
Objeto	Entidade que se move ou muda.
Resultado	Entidade que surge como resultado de uma ação.
Instrumento	Estímulo ou causa física do evento.
Fonte	Lugar de onde algo se move.
Alvo	Lugar para onde algo se move.
Experienciador	Entidade que experimenta o efeito da ação.

Fonte: Castilho (2012, p. 255)

Borba (1996, 2002) cita as funções semânticas desempenhadas pelos nomes, tomando como ponto de partida os verbos a ele relacionados, conforme demonstra o quadro 3. Diferentemente de Fillmore (1971 *apud* Castilho 2012), Borba (1996, 2006) considera apenas os papéis semânticos dos nomes na relação gramatical de sujeito.

Quadro 3 – Papéis semânticos segundo Borba (1996, 2002)

PAPÉIS SEMÂNTICOS	DEFINIÇÃO
Agente	Aquele que, por si mesmo, desencadeia uma atividade, física ou não, sendo a origem dela e seu controlador. Associado a verbos de ação e ação-processo. Ex.: Ana abriu a porta.
Paciente	Aquele que é afetado ou efetuado pela ação verbal. Acompanha verbos de processo e ação-processo. Ex.: A planta cresce.
Experimentador	Aquele que experimenta o que o conteúdo semântico do verbo da oração expressa. Acompanha-se de verbos de processo e de estado. Ex.: Ana sente frio.
Beneficiário	Aquele que é o destinatário de um benefício. Aparece junto de verbos de processo ou de estado. Ex.: Lúcia herdou da avó um gato siamês.
Suporte	Aquele que é mero suporte das propriedades manifestadas por um verbo de estado. Ex.: Meu vizinho tem fazendas em Goiás.

Fonte: elaborado pela autora

Como é possível notar, os papéis semânticos já foram investigados por alguns pesquisadores⁸, contudo, ainda não se dispõe de uma classificação única, compartilhada por todos os estudiosos.

Neste trabalho, combinarei aspectos das duas propostas supracitadas, conforme os papéis estabelecidos por cada autor se mostrem adequados para a expressão semântica das ocorrências do objeto estudado, nos dados que compõem o *corpus*; além disso, estenderei, se necessário, a classificação proposta por Borba (1996, 2002) para sintagmas nominais além daqueles na relação de sujeito.

2.3.3 Processos cognitivos

Um dos pressupostos essenciais da LFCU é que as línguas também são moldadas por fatores de natureza cognitiva, subjacentes ao seu uso. De acordo com Bybee (2010), os processos cognitivos que atuam na criação dos padrões linguísticos não são específicos à língua, mas, sim, de âmbito geral, pois atuam em outros domínios cognitivos além do referente à linguagem. Dentre os processos citados pela autora,

⁸ Além dos estudos citados no corpo desta dissertação, há outros, a exemplo da classificação proposta por Perini (2010).

destaco dois de sumo relevo para a investigação aqui empreendida: *chunking* e categorização.

Chunking é um processo cognitivo de domínio geral que, juntamente com o processo de categorização, é responsável pela origem das construções linguísticas. Essa noção, como afirma Newell (1990 *apud* BYBEE, 2010), parece ser uma propriedade onipresente na memória que influencia todos os outros sistemas cognitivos.

Segundo a proposta da LFCU, as experiências que temos em nossas interações socioculturais – linguísticas ou não – são organizadas de forma sequencial e, em virtude da repetição com a qual certos encadeamentos são utilizados, eles passam a ser acessados com maior facilidade, como se fossem uma única unidade. Conforme referido por Bybee (2010), o processo de *chunking*, portanto, é um tipo de relação sequencial em que, quando dois ou mais *chunks* menores ocorrem juntos com certa frequência, formam um *chunk* maior contendo os menores.

Do ponto de vista linguístico, o *chunking* é a base cognitiva subjacente para a morfossintaxe e a sua organização hierárquica (cf. BYBEE, 2010). Esse processo contribui para a fluência e a economia no uso da língua: na produção, ocasiona a redução dos movimentos articulatórios e, na percepção e decodificação, permite antecipar a ideia que vem depois.

O *chunking* é ainda o processo por trás da constituição e do uso de sequências pré-fabricadas (*prefabs*) ou expressões idiomáticas, tais como *tomar banho*, *escolher a dedo*, *Maria vai com as outras*, dentre outros arranjos que são estocados na memória como blocos cognitivos cujos elementos estão tão integrados entre si que um não pode ser substituído por outro, sem que o sentido seja alterado.

De acordo com Bybee (2010), a configuração de um *chunk* na memória caracteriza-se como um *continuum*. Palavras que são usadas poucas vezes juntas constituem um *chunk* fraco, cujas partes internas são mais fortes que o todo, como em *Maria vai à feira*; nesse exemplo, os elementos internos possuem um sentido independente do todo (alguém vai a algum lugar). Já o idiomatismo *Maria vai com as outras*, em que o significado de cada uma das palavras que o compõe não corresponde exatamente ao sentido da frase (uma pessoa desprovida de personalidade), exemplifica um *chunk* forte, no qual o grau de integração sintática entre as suas partes é alta⁹ e,

⁹ Em *Maria vai com as outras*, não se pode inserir nenhum elemento sem que o arranjo perca o seu sentido original. Em *Maria vai à feira*, diferentemente, é possível dizer *Maria que é filha de Antônio vai*

possivelmente, tem sido repetido com alta frequência para remeter ao sentido que expressa.

Em relação a este trabalho, o processo de *chunking* é útil para atestar que grau de fusão cognitiva os constituintes da relativa livre introduzida por *quem* exibem em suas diferentes ocorrências.

O outro processo cognitivo de domínio geral fundamental à análise aqui empreendida é a categorização. Ela permeia nossa relação com o mundo físico e social e com o nosso intelecto, visto que entendemos o mundo não apenas em termos de coisas individuais, mas também em termos de categorias de coisas (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Categorizar é, pois, uma parte fundamental da cognição humana: tão logo experienciamos o mundo, criamos representações abstratas para os itens que nele existem e agrupamos essas representações em categorias. Essa habilidade permite-nos aliviar a memória na medida em que, para falarmos do mundo, podemos agrupar um número infinito de objetos em um número finito de categorias, o que acarreta uma otimização em termos de armazenamento e processamento de informações (cf. FERRARI, 2011).

Segundo Bybee (2010), no âmbito da linguagem, a categorização refere-se a relações de semelhança e de identidade que ocorrem quando palavras, sintagmas e suas partes composicionais são reconhecidos e associados a representações já estocadas.

Por serem construídas a partir da experiência humana, as categorias são fluidas, isto é, não podem ser concebidas como entidades estanques, com limites rígidos e pré-estabelecidos: os elementos de uma categoria são organizados em torno dos exemplares que melhor nos parecem membros centrais dela (os protótipos).

Conforme nos mostra Ferrari (2011, p. 41), os animais *sabiá*, *avestruz* e *pinguim* são categorizados sob o rótulo de *ave*. Contudo, nem todos possuem a mesma quantidade de traços associados a essa categoria: dos três animais elencados, apenas o *sabiá* ocupa o núcleo da categoria *ave*. Por conter um número maior de traços, ele representa o protótipo, ao passo que os outros se afastam gradualmente do protótipo por conterem uma quantidade menor dos traços definidores considerados. Há ainda casos em que alguns elementos possuem características de mais de uma categoria, como o já

à *feira* sem que a inserção da oração relativa restritiva, *que é filha de Antônio*, altere o sentido original da oração principal.

conhecido exemplo do animal *morcego*, que, embora seja considerado um mamífero, apresenta também características de aves, como o fato de possuir asas e voar.

Desse modo, os elementos, sejam do mundo ou da língua, distribuem-se em um *continuum* categorial, no qual alguns se localizam nos polos da escala, com propriedades conceituais mais ou menos bem definidas, e outros se situam em instâncias intermediárias, por compartilharem características de uma e outra categoria (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Para esta pesquisa, as noções de categorização e prototipicidade são caras, visto que busco refletir acerca da classificação que é dada, pela tradição gramatical, para a relativa livre introduzida por *quem*. Proponho que o objeto linguístico em análise se situa em um *continuum* categorial entre orações relativas restritivas com antecedente e orações substantivas.

2.3.4 Aspectos Sociointeracionais

Os aspectos sociointeracionais considerados nesta pesquisa dizem respeito ao contexto de produção linguística, o que envolve fatores como o objetivo do evento de fala e escrita, os seus interlocutores, questões relacionadas à situação de interação, tais como, o ambiente sócio-histórico e os possíveis aspectos cognitivos que influenciam os atos linguísticos. Questões dessa natureza são caras às pesquisas orientadas pela LFCU, visto que essa corrente teórica defende que as estruturas linguísticas estão em contínua (re)estruturação, a partir do uso que delas é feito nas situações de interação. Para esta pesquisa, considero as noções de (inter)subjetividade, estratégias de polidez e preservação da face, inferência sugerida e o princípio de iconicidade, conforme descritos a seguir.

Os primeiros estudos acerca da noção de (inter)subjetividade foram realizados por semanticistas como Bréal e Benveniste. Essa ideia, de acordo com Traugott e Dasher (2005), pode ser teorizada desde construtos cognitivos (LANGACKER, 1990; 2003) até as bases da interação humana e os procedimentos para a produção e compreensão da fala (SCHIFFRIN, 1990).

Sob esse ponto de vista, a subjetividade pode ser entendida como o relacionamento do falante com suas atitudes e crenças. Assim, essa ideia envolve a expressão do *eu* e a representação da perspectiva e do ponto de vista do falante, por meio do uso da modalidade e de marcadores discursivos, por exemplo. Traugott e

Dasher (2005) afirmam que intersubjetividade é um conceito sincrônico e está estreitamente inter-relacionado à subjetividade, de maneira tal que um é impossível de ser concebido sem a existência do outro. A intersubjetividade, por sua vez, diz respeito à consideração, pelo falante, do “outro” (o destinatário) na codificação da informação, seja nos casos em que o considera como um participante do evento comunicativo ou quando manifesta sua atitude em relação a ele por meio do que enuncia.

Neste trabalho, tomo a noção de (inter)subjetividade para verificar se e de que maneira os escreventes dos anúncios e das cartas pessoais fazem uso da relativa livre introduzida por *quem* para expressar um julgamento sobre si mesmos e para dirigir-se ao interlocutor e/ou para direcionar a sua atenção ao seu interactante.

A inferência sugerida (ou convidada), por sua vez, é referida por Traugott e Dasher (2005) como a reanálise, em significado semântico, de significados pragmáticos convencionalizados. Nessa perspectiva, o sentido de um determinado padrão linguístico que está inicialmente associado a uma acepção particular sofre uma inovação, por meio de seu recrutamento, pelo falante, para um novo uso que pode ser desenvolvido de maneira instantânea e utilizado por outros utentes. Esse processo configura-se como intersubjetivo, visto que o falante, ao utilizar uma dada expressão linguística, conta com a colaboração do ouvinte para apreender o significado pretendido pelo falante (TRAUGOTT; DASHER, 2005).

Embora a inferência sugerida seja uma noção comumente associada ao prisma diacrônico, amplamente utilizada em estudos sobre gramaticalização, nesta dissertação, ela será utilizada de um ponto de vista sincrônico, para atestar se os escreventes recorrem à relativa livre introduzida por *quem* de uma maneira distinta do significado semântico convencionalizado para essa estrutura.

As noções de Estratégias de Polidez e Preservação das Faces, por sua vez, assentam-se na ideia de que qualquer interação verbal, seja falada ou escrita, pressupõe a existência de participantes e de um ato de linguagem, isto é, um enunciado efetivamente realizado por um falante, em uma determinada situação, com a intenção de produzir algum efeito sobre o outro (DUBOIS et al, 1973, p. 78).

Alguns atos de fala – como ordens e pedidos, por exemplo – são uma potencial ameaça à face dos interlocutores, isto é, à autoimagem pública, ao valor social positivo que os falantes reclamam para si durante uma situação comunicativa e que pretendem preservar (GOFFMAN, 1974). A depender do ato de fala empreendido, os usuários de uma língua, em menor ou maior grau, lançam mão de estratégias interacionais,

socioculturalmente determinadas, que almejem o estabelecimento e a manutenção de uma boa interação, dentre elas os mecanismos de polidez e preservação da face.

Marcuschi (1989) afirma que qualquer indivíduo possui dois tipos de face: a positiva, que se refere à procura pela aceitação de sua personalidade, de seus anseios, e a negativa, a qual diz respeito à sua proteção, em termos de poder agir independentemente de imposições feitas por outrem. Nessa perspectiva, durante um ato de fala, os interlocutores adotam, mutuamente, estratégias de polidez com vistas à preservação das faces e da atenuação de possíveis ameaças que possam prejudicar a comunicação.

Para este trabalho, essas noções serão relevantes para verificar se a configuração estrutural de algumas ocorrências da relativa livre introduzida por *quem* e a recorrência a elas podem ser uma estratégia para que o escrevente seja polido com o seu interlocutor e, conseqüentemente, tenha a sua face (ou a de ambos) resguardada durante a comunicação.

O *princípio de iconicidade*, por fim, pode ser definido como a correlação motivada entre forma e função, isto é, entre o código linguístico e o seu *designatum* (GIVÓN, 1984). Dessa maneira, a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência (CROFT, 1990).

A noção de *iconicidade*, na linguística, retoma as discussões em torno da motivação entre expressão e conteúdo na língua durante a Antiguidade Clássica, com a polêmica que dividiu os filósofos gregos em naturalistas e convencionalistas. Aqueles defendiam a língua(gem) como fonte de conhecimento (a língua teria um vínculo direto e essencial com a realidade); já estes entendiam a língua(gem) como um simples meio de comunicação (ela seria puramente arbitrária).

No âmbito dos estudos funcionalistas, inicialmente, foi postulada uma relação isomórfica radical em que a condição natural da língua seria preservar uma forma para um sentido e vice-versa. Contudo, conforme referido por Furtado da Cunha (2015), estudos sobre os processos de variação e mudança constataram a existência de duas ou mais formas alternativas para veicular o mesmo conteúdo informacional (ex.: a impessoalização no português brasileiro pode ser codificada de várias maneiras: verbo na 3ª pessoa do plural, voz passiva, pronome indefinido, entre outras) e de duas ou mais funções expressas por uma mesma forma (ex.: o sufixo *-inho* indica diminutivo, mas também afetividade e pejoratividade). Essas constatações levaram à reformulação dessa

versão forte. Em sua forma mais branda, a iconicidade manifesta-se em três subprincípios (cf. GIVON, 1984), consoante descrito a seguir.

O subprincípio da quantidade indica que, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma linguística para codificá-la. Assim, conforme Givon (1984), a complexidade da expressão reflete, de algum modo, a complexidade do pensamento: aquilo que é mais simples e previsível, do ponto de vista conceitual, manifesta-se por meio de estruturas menos complexas. Esse subprincípio é o que explica, por exemplo, a presença de um elemento *a* mais na palavra *meninos*, em comparação à *menino*. O acréscimo de um morfema *a* mais, nesse caso, *-s*, ocorre pela alteração do número singular para o plural. *Meninos*, portanto, é maior e mais complexo conceitual e estruturalmente do que *menino*.

O subprincípio da integração ou proximidade estabelece que os conteúdos que estão mais próximos mentalmente também estão mais próximos no nível da codificação (cf. GIVÓN, 1984). No *slogan* “Sedex: mandou, chegou.”, por exemplo, verifica-se uma maior proximidade entre os verbos *mandar* e *chegar*, decorrente da omissão dos complementos verbais. Essa maior integração no plano da forma é reflexo da maior proximidade, no plano do conteúdo, entre o momento de envio da mercadoria pelo remetente e o recebimento da mesma pelo destinatário. Nesse caso, a codificação escolhida reflete a intenção do anunciante em mostrar ao consumidor a rapidez do serviço oferecido pela empresa (FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013).

Em relação ao subprincípio da ordenação linear, entende-se, por meio dele, que a ordenação das informações em um enunciado tende a refletir a importância que elas têm e/ou a sequência temporal em que os eventos ocorrem. No primeiro caso, a informação que tende a vir em primeiro lugar é aquela mais proeminente, como é o caso do sujeito, que tende a ocupar o primeiro lugar na oração. No segundo caso, a ordem dos elementos, em um arranjo morfossintático, tende a refletir a sequência temporal ou lógica dos acontecimentos, como, por exemplo, a ordenação das orações numa narrativa, ilustrado em: *o professor me chamou, me fez uma experiência, me mostrou uma coisa bem interessante, pegou um béquer com meio d'água e colocou um pouquinho de cloreto de sódio pastoso ... então foi aquele fogaréu* (FURTADO DA CUNHA, 1998, p. 16.).

Há casos, contudo, em que a relação entre forma e significado assume uma feição aparentemente arbitrária, pois o significado original do elemento linguístico pode perder-se total ou parcialmente, assim como a motivação para a sua criação. É o que

ocorre, por exemplo, com a conjunção concessiva *embora*, cujo significado era “em boa hora”. Situações como essa ocorrem porque a iconicidade está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas tanto na forma quanto na função: o código (forma) sofre constante erosão pelo atrito fonológico, tendo sua forma diminuída e a mensagem (função) é constantemente alterada por processos metafóricos e metonímicos (cf. FURTADO DA CUNHA, 2015).

No que concerne a esta dissertação, a aplicação do princípio de iconicidade é proveitosa para demonstrar que a ordenação e a disposição dos elementos da relativa livre introduzida por *quem*, assim como a escolha por ela – em detrimento de outras semanticamente equivalentes, como a relativa restritiva com antecedente – pode refletir motivações comunicativas do produtor do texto, com base nas características do gênero e de seus possíveis leitores.

2.4 Aspectos metodológicos

Nesta seção, explico a metodologia adotada para atingir os objetivos pretendidos neste trabalho. Em um primeiro momento, apresento a classificação desta pesquisa quanto à sua natureza, aos seus objetivos, à sua forma de abordagem, aos procedimentos técnicos e aos métodos de investigação adotados para seu empreendimento. Em seguida, caracterizo o *corpus* selecionado, de onde provêm as ocorrências analisadas nessa dissertação, assim como exponho as justificativas que fundamentam a sua escolha, as técnicas empregadas na obtenção dos dados e a forma como eles foram tratados. Por fim, evidencio os fatores utilizados na análise dos dados.

2.4.1 Classificação da pesquisa

Quanto à natureza, esta é uma pesquisa básica, visto que possui um caráter eminentemente teórico, com vistas à geração de conhecimentos que possam contribuir para os estudos linguísticos, sem haver pretensões de que os resultados alcançados sejam aplicados para resolver problemas de ordem prática, como dificuldades de ensino-aprendizagem, por exemplo. Assim, a investigação aqui empreendida possibilita um maior conhecimento acerca do fenômeno estudado.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa é analítico-interpretativista, pois conjuga aspectos tanto da investigação descritiva quanto da explicativa: ao mesmo tempo em

que explicitarei propriedades formais e funcionais do fenômeno linguístico estudado, objetivei também fornecer explicações que pudessem justificar as características de suas ocorrências de uso. Nesse sentido, a investigação aqui empreendida pode fornecer explicações novas para a descrição morfossintática desse arranjo linguístico, com base em fatores de ordem semântica, cognitiva e discursivo-pragmática.

No que diz respeito à forma de abordagem, consoante os pressupostos teórico-metodológicos da LFCU, nos quais este trabalho está circunscrito, “aferir a frequência de ocorrência de um dado fenômeno linguístico é importante, já que assinala aquilo que o consagra como estratégia de comunicação em um determinado contexto” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013). Desse modo, neste trabalho, adoto uma abordagem de cunho eminentemente qualitativo, com suporte quantitativo: qualitativo na medida em que me propus analisar e interpretar os dados do *corpus* com base em categorias analíticas concernentes ao aporte teórico que a fundamentou e, quantitativo, porque me apoiei em quantificação numérica para justificar as generalizações feitas na discussão dos resultados.

Em relação aos procedimentos técnicos, esta investigação é bibliográfica, visto que foi empreendida com base em materiais outrora publicados sobre o objeto de estudo e sobre a perspectiva teórica que a sustenta. O caráter bibliográfico apresentado por este trabalho deve-se também ao fato de a fonte de dados que lhe serviu de base ter sido composta por materiais de ampla circulação, nesse caso, em sítios virtuais.

Por fim, quanto ao método de investigação adotado, esta pesquisa caracteriza-se pelo uso tanto do método indutivo quanto do dedutivo. O viés dedutivo, presente neste trabalho, refere-se ao fato de que tomei, como ponto de partida, hipóteses previamente estabelecidas sobre o objeto de estudo fundamentadas em um arcabouço teórico específico, para que as características do tipo oracional investigado fossem descritas e explicadas. O prisma indutivo, por sua vez, relaciona-se à observação de ocorrências particulares da relativa livre introduzida por *quem*, para que possíveis generalizações pudessem ser capturadas.

2.4.2 O *corpus*

Os dados utilizados para o empreendimento deste trabalho representam um recorte da plataforma de *corpora* pertencente ao projeto Para a História do Português Brasileiro (doravante, PHPB), especificamente amostras de anúncios de jornais e de

cartas particulares que representam o PB escrito ao longo do século XIX em cinco estados brasileiros (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo).

Em relação à escolha dos gêneros, justifico-a com base na necessidade de investigar um mesmo fenômeno linguístico em contextos discursivos distintos da língua em uso: tanto em esferas de produção e recepção (dos textos) públicas – como no caso dos anúncios – quanto em esferas particulares – como no caso das cartas. Assim, será possível explicar, em alguma medida, como as diferentes características dos dois gêneros considerados por esta análise podem motivar o uso da relativa livre introduzida por *quem*.

Considerando que um exemplar de anúncio é, comumente, menor do que o de uma carta particular, optei pela contagem do número de palavras para equacionar a quantidade de material linguístico a ser analisado. Nesse sentido, foram selecionados 337 anúncios, constituindo um total de 20.411 palavras, e 90 cartas, totalizando 20.401 palavras, quantitativo este que julguei ser satisfatório para a consecução dos objetivos a que me propus neste trabalho.

Os anúncios dessa época são um gênero de natureza impressa, cujo uso relaciona-se à divulgação pública das necessidades da sociedade brasileira daquele período histórico. No início do século XIX, esses textos tratavam de necessidades mais básicas, como alimentos, moradia, educação e medicamentos. A partir da segunda metade desse século, outros assuntos passaram a ocupar os anúncios, como produtos relacionados a conforto e *status*. Outro tema pertinente aos anúncios dessa época, sobretudo aos da primeira metade do referido século, é fuga de escravos, que tinham por objetivo que alguém os encontrasse e os entregasse aos seus senhores.

Em relação à estrutura composicional dos anúncios do século XIX, não existia uma fórmula fixa e rígida para eles, tendo em vista que cabia ao anunciante ocupar o espaço que lhe era destinado da forma como julgasse mais apropriada para alcançar seus objetivos. Como a maioria deles era escrita por indivíduos pouco letrados (cf. FREYRE, 2012), os anúncios dessa época caracterizam-se por uma linguagem simples e objetiva.

Quanto ao público, alguns anúncios de jornal dessa época, como aqueles que solicitavam que um determinado cidadão pagasse uma dívida, eram direcionados a um destinatário específico, contudo a maioria dos exemplares desse gênero era destinada ao público em geral.

Dada a diversidade de temas e objetivos dos anúncios no século XIX¹⁰, para este trabalho, selecionei apenas aqueles que podem ser agrupados em três subcategorias: compra, venda e aluguel de produtos¹¹; objetos achados e perdidos¹²; e, por fim, prestação de serviços.

O gênero *carta particular*, por sua vez, é um texto manuscrito caracterizado por uma liberdade de escrita maior do que a dos anúncios, visto que possui caráter de comunicação particular, direcionada a um destinatário específico. Além disso, em comparação com os anúncios, que tendem a ser curtos (menos de dez linhas, na maioria dos casos), as cartas não possuem uma extensão fixa, tendo algumas menos de uma página e outras sete, por exemplo.

No que diz respeito à temática, de acordo com Simões (2007), uma carta particular dificilmente apresentará um tema fixo, visto que o produtor relata fatos diversos, particulares ou não, informa sobre a família, agradece, presta contas, fornece justificativas, apresenta pedidos de favores ou de desculpas, agradecimentos e, até mesmo, reclama sobre algum fato ou situação que lhe desagrade.

Em relação à estrutura composicional, a carta, em geral, é mais padronizada que os anúncios: a maioria das correspondências, além do desenvolvimento, apresenta lugar e data, nome do destinatário, despedida e assinatura. A linguagem usada em uma carta tende, assim como nos anúncios, a ser mais próxima da oralidade, pois esse gênero pode ser visto como “um diálogo escrito, o qual retoma tópicos anteriormente tratados e propõe novos temas” (SIMÕES, 2007, p. 193).

As cartas presentes na plataforma do PHPB, de onde provém o material de análise para este trabalho, apresentam uma diversidade de temas e de interlocutores. Assim, nelas, encontram-se assuntos voltados para o cotidiano e a família, e também temas mais formais, como informações sobre política e pedidos de favores entre interactantes de níveis sociais distintos. Na seleção e organização das cartas a serem analisadas, optei por dividi-las, tomando por base o grau de proximidade entre os

¹⁰ Talvez pelo fato de serem limitados os meios de comunicação no século XIX, alguns anúncios confundiam-se com notícias sobre desentendimentos e separações entre casais, falecimento de pessoas, mudança de endereço e mudança de nome de um indivíduo; alguns outros, com avisos sobre cobrança de dívidas e sobre o local onde seria realizado algum evento.

¹¹ Incluem-se, nesses anúncios, os relativos à compra, venda ou aluguel de escravos, visto que, naquela época, eles eram considerados, conforme apontam alguns historiadores, juristas e sociólogos (cf. PERDIGÃO MALHEIRO, 2008; CARDOSO, 1962), como um produto/objeto e, como tal, podiam ser comprados, vendidos e alugados, passando a ser propriedade de seus senhores e privados de seus direitos.

¹² Pelo motivo explicado na nota anterior, incluem-se também, nessa classificação, os anúncios relativos à fuga de escravos.

interlocutores, da seguinte maneira: cartas trocadas entre familiares e cartas trocadas entre não-familiares (amigos e/ou colegas).

No que diz respeito aos remetentes, o banco de dados do PHPB abriga cartas tanto escritas por pessoas ilustres e mais letradas, como o escritor Casimiro de Abreu, quanto por pessoas comuns e/ou com baixo nível de letramento. Para esta pesquisa, optei por não considerar relevantes esses fatores; desse modo, não levei em consideração o nível de escolaridade do produtor e o grau de formalidade do assunto tratado na escolha dos exemplares para análise, porque esses fatores não eram passíveis de identificação na maioria das correspondências.

Assim, o *corpus* escolhido encontra-se caracterizado conforme se verifica no quadro 4:

Quadro 4 – Quantitativo das fontes de dados

ANÚNCIOS DE JORNAL	
Compra, venda e aluguel de produtos	172 anúncios 8.750 palavras
Objetos achados e perdidos	111 anúncios 9.049 palavras
Prestação de serviços	54 anúncios 2.612 palavras
CARTAS PARTICULARES	
Trocadas entre familiares	16 cartas 3.694 palavras
Trocadas entre não-familiares	74 cartas 16.707 palavras

Fonte: elaborado pela autora

A escolha de textos oriundos da plataforma de *corpora* do projeto PHPB para compor o material de análise desta pesquisa resultou das observações feitas por mim ao longo do projeto de Iniciação Científica. Nele, investiguei as relativas com antecedente em cinco gêneros textuais (anúncios, cartas particulares, cartas do leitor, editoriais e cartas oficiais) e observei que as relativas livres eram recorrentes em alguns deles. A opção pelo século XIX, em específico, decorreu em razão da estrutura composicional dos anúncios na outra sincronia disponível no *site*. Observei que, a partir do século XX, os anúncios de jornal tendem a evitar, em sua maioria, a subordinação oracional; assim,

não seria produtivo, para este trabalho, levantar ocorrências do objeto linguístico escolhido em exemplares de séculos posteriores ao XIX.

Apesar da opção por um *corpus* de um século anterior ao atual, ressalvo, que, nesta pesquisa, não tenho nenhuma pretensão de fazer comparações diacrônicas em relação ao uso do tipo oracional em estudo: nem em relação às duas metades do século XIX tampouco em relação a séculos posteriores. Dessa maneira, esta pesquisa, quanto a sua perspectiva de análise, é sincrônica, com vistas a descrever e explicar os usos da relativa livre introduzida por *quem*, em cartas particulares e anúncios de jornal circunscritos ao século XIX.

2.4.3. O tratamento dos dados

Com relação a essa etapa da análise, primeiramente, procedi à coleta de dados considerados, pela tradição gramatical e pela literatura linguística já desenvolvida sobre o tema, como amostras de orações relativas livres introduzidas por *quem*, nos anúncios e nas cartas selecionados.

Para a identificação e coleta dos dados que podem ser considerados amostras desse tipo oracional, considerei, inicialmente, as características a elas atribuídas pelos estudos anteriormente realizados (ver capítulo 3). Algumas ocorrências foram por mim submetidas aos testes propostos por Marchesan (2008) (ver capítulo 3), para verificar se de fato eram relativas livres ou interrogativas, sendo descartadas as que não eram do primeiro tipo.

Em seguida, organizei e quantifiquei as ocorrências. Para a tabulação dos dados, dispus as ocorrências considerando a variável gênero textual. Desse modo, inicialmente, verifiquei o quantitativo total dos dados nos anúncios e nas cartas particulares, conforme aponta a tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo das ocorrências por gênero textual

	N	%
Anúncio de Jornal	281	88,1
Carta Particular	38	11,9
TOTAL	319	100,00

Fonte: elaborado pela autora

De acordo com a tabela 1, é possível atestar que foram encontrados, no geral, 319 dados do objeto em tela, sendo 281 (88,1%) referentes aos anúncios e 38 (11,9%) concernentes às cartas pessoais¹³.

Feito isso, detalhei de que maneira os dados detectados nos anúncios e nas cartas distribuem-se em relação aos subtipos desses gêneros considerados para esta análise. Verifiquei, portanto, como as ocorrências provenientes dos anúncios encontram-se dispostas em relação aos anúncios de compra, venda e aluguel de produtos; de objetos achados e perdidos e de prestação de serviços; de uma mesma sorte, atestei a distribuição dos dados nas cartas trocadas entre familiares e entre não-familiares.

A tabela 2, a seguir, mostra as ocorrências da relativa livre introduzida por *quem* encontradas nos três subtipos de anúncios de jornal considerados¹⁴.

Tabela 2 – Quantitativo de ocorrências por tipo de anúncio de jornal

Tipo de anúncio	N	%
Achados e perdidos	132	47,0
Compra, venda e aluguel	110	39,1
Prestação de serviços	39	13,9
TOTAL	281	100,00

Fonte: elaborado pela autora

A tabela 2 revela que os anúncios de jornal selecionados para o *corpus* comportam um total de 281 ocorrências da relativa livre introduzida por *quem*, sendo 132 (47%) provenientes dos reclames de objetos achados e perdidos, 110 (39,1%) resultantes dos de compra, venda e aluguel de produtos e, por fim, 39 (13,9%) derivadas dos anúncios relativos à atividade de prestação de serviços.

¹³ Apesar da diferença considerável no número de dados da relativa livre em relação aos gêneros textuais considerados, neste trabalho, não me dedicarei a explicar o porquê dessa diferença, pois os objetivos desta pesquisa se voltam a caracterizar a relativa livre introduzida por *quem* no tocante às suas propriedades formais e funcionais e investigar motivações cognitivas que subjazem à sua formação, com base nos pressupostos da LFCU. Ademais, para que seja feita uma investigação consistente a respeito da influência dos gêneros textuais na frequência de uso dessa estrutura, é primordial ampliar os gêneros analisados para além dos dois que aqui considero. Deixo, portanto, essa investigação para pesquisas futuras e, até mesmo, sob o aporte de teorias linguísticas que, talvez, possam explicar melhor essa questão, como as Tradições Discursivas (TD).

¹⁴ No anexo A, encontra-se um exemplar representativo de cada tipo de anúncio de jornal.

A tabela 3, por sua vez, exhibe as ocorrências encontradas nos dois subtipos de cartas particulares consideradas: as cartas trocadas entre familiares e entre não-familiares¹⁵.

Tabela 3 – Quantitativo das ocorrências por tipo de carta particular

Tipo de carta	N	%
Entre familiares	7	18,4
Entre não-familiares	31	81,6
TOTAL	38	100,00

Fonte: elaborado pela autora

Consoante o quantitativo que consta da tabela 3, atesta-se que, nas cartas particulares, foram detectadas 38 ocorrências da construção em análise, das quais 7 (18,4% do total) nas trocadas entre membros da mesma família e 31 (81,6% do total) figuram em correspondências trocadas entre não-familiares.

Feita a tabulação dos dados de acordo com os gêneros textuais, posteriormente, quantifiquei-os¹⁶ de acordo com os seguintes aspectos:

- (1) Relação gramatical¹⁷ da relativa livre em relação à matriz.
- (2) Ordenação da relativa livre em relação à matriz.
- (3) Referente¹⁸ para o qual o *quem* aponta.
- (4) Classificação semântica do verbo da relativa livre.
- (5) Papel semântico do *quem* atribuído pelo verbo da relativa livre.
- (6) Classificação semântica do verbo da oração matriz.
- (7) Papel semântico do *quem* atribuído pelo verbo da oração matriz.

Por último, realizei uma discussão dos resultados encontrados com base no referencial teórico que sustenta esta investigação: a LFCU. Nessa etapa, realizei os passos que seguem: (i) explicitar as propriedades formais (morfossintáticas) e funcionais (semânticas e discursivo-pragmáticas) envolvidas no uso dessa estrutura; (ii)

¹⁵ No anexo B, encontra-se um exemplar representativo de cada tipo de carta particular.

¹⁶ Os quantitativos referentes aos fatores considerados serão expostos no capítulo de análise dos dados.

¹⁷ Denominação utilizada por Payne (1997) para o que a tradição gramatical denomina “função sintática”.

¹⁸ Em se tratando da relativa livre, o referente do pronome *quem* não diz respeito a um termo a ele antecedente, mas, sim, ao elemento do mundo extralinguístico ao qual essa palavra remete.

atestei a atuação de processos cognitivos na constituição dessa estrutura; e, por fim, (iii) apresentei uma discussão sobre se e em que medida o objeto de estudo em questão pode ser categorizado sob o rótulo de oração relativa restritiva com antecedente ou de oração substantiva, levando-se em conta a análise empreendida.

2.4.4 Fatores de análise

Esclarecidos a classificação da pesquisa, o *corpus* selecionado para o seu empreendimento e o tratamento dos dados, exponho os fatores que foram considerados para a análise das ocorrências, conforme demonstrado no quadro 5.

Quadro 5 – Fatores de análise

FATORES DE ANÁLISE	
Aspectos sintáticos	Modo de articulação da relativa livre em relação à matriz.
	Relação gramatical da relativa livre em relação à oração matriz.
	Ordenação da relativa livre em relação à matriz.
Aspectos morfológicos	Classificação do elemento <i>quem</i> .
	Modo do verbo da oração relativa.
Aspectos semânticos	Referente para o qual o <i>quem</i> aponta.
	Classificação semântica do verbo da relativa livre.
	Papel semântico do <i>quem</i> atribuído pelo verbo da relativa livre.
	Classificação semântica do verbo da oração matriz.
	Papel semântico do <i>quem</i> atribuído pelo verbo da oração matriz.
Aspectos discursivo-pragmáticos	<ul style="list-style-type: none"> • (Inter)subjetividade • Polidez e Preservação das Faces • Inferência Sugerida • Iconicidade
Processos cognitivos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Chunking</i> • Categorização

Fonte: elaborado pela autora

3 ABORDAGENS DA RELATIVA LIVRE

Neste capítulo, exponho parte do que já foi discutido por gramáticos e linguistas acerca da caracterização das chamadas orações relativas livres, com ênfase para a introduzida por *quem*, objeto de estudo desta dissertação.

Em um primeiro momento, na seção 3.1, apresento a visão das gramáticas tradicionais sobre a caracterização desse tipo de cláusula; em seguida, na seção 3.2, evidencio o que defendem gramáticos de cunho descritivista sobre as propriedades desse tipo oracional; e, por fim, na seção, 3.3, evidencio as características das relativas livres, conforme investigadas por trabalhos na área dos estudos linguísticos.

3.1 A relativa livre em gramáticas tradicionais

Nesta seção, exponho a visão de gramáticos tradicionais – a exemplo de Almeida (2009[1943]), Rocha Lima (2001[1972]), Bechara (2009[1961]) e Gama Kury (1999[1984]) – acerca do objeto de estudo desta pesquisa.

Na obra intitulada “Gramática Metódica da Língua Portuguesa”, Almeida (2009[1943]) explicita as características dessa estrutura, que ele denomina “relativas sem antecedente”, em uma nota de rodapé na seção destinada às orações subordinadas adjetivas.

Na visão desse autor, não é raro o fato de que as orações adjetivas possam aparecer com o antecedente elidido e cita, como um dos exemplos, “vi **quem chegou**”. Em casos como esse, o autor aponta que, para analisá-las, convém desdobrá-las, resultando em “vi aquele que chegou”, em que *aquele* seria objeto direto do verbo *ver* e *que* seria sujeito do verbo *chegar*. Além da cláusula introduzida por pronome *quem*, o autor apresenta também exemplificações de orações relativas sem antecedente encabeçadas pelos elementos *que* e *onde*.

Almeida (2009[1943]) encerra as considerações feitas sobre esse assunto, argumentando que estruturas dessa natureza devem ser analisadas no quadro das orações adjetivas (relativas), ao afirmar que:

[...] assim como no período “Estimo quem me estima” não se analisa “quem me estima” como subordinada substantiva, também não se deve dar essa

análise forçada e inútil, para orações iniciadas por outros relativos. (ALMEIDA, 2009[1943], p. 528, grifos do autor).

Um posicionamento semelhante ao de Almeida (2009[1943]) é a visão apresentada por Rocha Lima (2001[1972]), na “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”. Na seção destinada às orações subordinadas adjetivas, Rocha Lima (2001[1972]) defende que existem pronomes relativos condensados ou indefinidos, a exemplo de *que*, *quem*, *quanto*, *onde* e *como*.

Tal denominação lhes é dada pelo fato de esses pronomes condensarem em si duas funções: uma de um termo da oração principal; outra de um termo da oração adjetiva. No exemplo “não há **quem dele se apiede**”, o pronome *quem*, nas palavras de Rocha Lima (2001[1972], p. 271), “encerra e implica dois elementos (ninguém/que), o primeiro dos quais é o objeto direto do verbo da oração principal, e o segundo o sujeito do verbo da oração adjetiva”. Para efeito de análise, portanto, o autor afirma ser conveniente restaurar o antecedente omitido, com o qual se tornará mais nítida a estrutura de cada uma das orações.

Já Bechara (2009[1961]), na “Moderna Gramática Portuguesa”, apresenta estruturas como a relativa livre introduzida por *quem* em uma seção destinada às orações complexas de transposição adjetiva (orações adjetivas), na qual discorre acerca da substantivação de orações originalmente adjetivas.

Na seção supracitada, o autor defende que, assim como os adjetivos, orações adjetivas podem, mediante o apagamento do antecedente do pronome relativo, ser substantivadas. Para ele, esse expediente de substantivação ocorre com pronomes e advérbios relativos, a saber: *quem*, *quanto*, *onde*, *porque*, *como*, *quando*, *que* e *qual*. Feita a transposição, o autor afirma que a oração de relativo sem antecedente expresso pode exercer as funções próprias das substantivas originais: objeto direto, sujeito, predicativo e objeto indireto.

Esse processo, segundo Bechara (2009[1961]), ocorre quando o antecedente desses elementos, pela situação do discurso, é conhecido dos interlocutores ou se lhe quer dar certo ar de generalização, como no exemplo – fornecido pelo autor – “**Para quem não tem juízo** os maiores bem da vida se convertem em gravíssimos males”. Apesar de atentar para essa possibilidade, o autor não aprofunda a questão. Esse aspecto será retomado e discutido no capítulo de análise desta pesquisa.

Bechara (2009[1961]) explicita, contudo, que outros estudiosos¹⁹ preferem desdobrar o *quem* em *aquele que*, não aceitando a substantivação, portanto, e analisando uma estrutura desse tipo como uma adjetiva. O gramático reconhece essa maneira de analisar como possível, mas finaliza a seção destinada à descrição das propriedades desse arranjo linguístico, argumentando que a proposta apresentada por ele possui a vantagem de “encarar uma realidade da língua, e não uma substituição que a ela realmente nem sempre equivale” (BECHARA, 2009[1961], p.470).

Em uma apreciação que parece conjugar as duas possibilidades de classificação até então descritas para essas estruturas, Gama Kury (1999[1984]), no manual “Novas Lições de Análise Sintática”, classifica orações desse tipo ora como substantivas ora como adjetivas.

Elas são classificadas como orações substantivas quando exercem funções típicas de substantivos, a saber: sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo e agente da passiva. Como substantivas, elas são consideradas orações desenvolvidas justapostas e podem ou não ser introduzidas por preposição (*a*, *por* e *de*, conforme mostram os exemplos destacados pelo autor, “**Quem espera** sempre alcança” e “Sê útil mesmo **a quem não conhece**”). Nesse caso, em cláusulas como “**quem canta** seus males espanta”, o autor considera “desaconselhável” e “artificial” o desdobramento do elemento *quem* – o qual ele denomina por pronome indefinido – em *aquele que* e a classificação dessa oração como uma adjetiva.

Para Gama Kury (1999[1984]), orações dessa natureza também podem ser classificadas como adjetivas. Isso ocorre quando elas exercem a função de adjunto adnominal, como no exemplo “não vemos os defeitos **de quem amamos**”. Nesse caso, apresentam-se justapostas à oração principal e são introduzidas por um pronome indefinido sem antecedente, precedido, obrigatoriamente, pela preposição *de*.

Por existirem casos como esse, o autor considera necessária a distinção entre orações relativas e orações adjetivas e afirma que, quando exercem a função de adjunto adnominal, não podem ser consideradas relativas, visto que não são introduzidas por um pronome relativo, razão pela qual devem ser classificadas como orações adjetivas.

3.2 As relativas livres em gramáticas descritivas

¹⁹ Bechara (2009[1961]) não cita quem seriam os outros estudiosos.

Na presente seção, evidencio o tratamento fornecido por alguns gramáticos descritivistas sobre as orações relativas sem antecedente. São eles: Said Ali (2001[1921]), Azeredo (2008), Matheus *et al* (1983), Neves (2011[1999]) e Castilho (2012).

Said Ali (2001[1921]), na obra “Gramática Histórica da Língua Portuguesa”, não dedica espaço para descrever a subordinação oracional, contudo, ao tratar do tópico que ele denomina “pronome relativo indefinido”, na seção reservada aos pronomes, considera que, em proposições como “**quem espera** sempre alcança”, o vocábulo *quem*, apesar de aparecer visivelmente destituído de antecedente, sugere a noção de “homem (ou mulher) que”.

Por esse motivo, o gramático afirma que nos sentimos inclinados a analisar a estrutura semanticamente correlata *aquele que*, em vez de a iniciada por *quem*. Para ele, isso consiste em um “método de conciliação forçada”, visto que estruturas semelhantes, como *quem quer que*, não podem ser analisadas utilizando-se desse mesmo expediente. O autor também considera “condenável” a classificação desse pronome como um “relativo condensado”, pois, historicamente, ele deriva do interrogativo *quem* (em orações interrogativas indiretas) e do indefinido *quem*.

Said Ali (2001[1921]) defende, portanto, que o pronome “relativo indefinido” gera orações de caráter substantivo, opondo-se à classificação de cláusulas do tipo “**quem espera** sempre alcança” como adjetivas ou relativas.

Assim como Said Ali, Azeredo (2008), na “Gramática Houaiss da Língua Portuguesa”, argumenta também favoravelmente à alocação de estruturas descritas como “relativas livres” no quadro das orações subordinadas substantivas.

Embora não apresente, no exemplar consultado, mais detalhes sobre as particularidades dessa estrutura, foi possível inferir, por meio da consulta realizada, que, para Azeredo (2008), esse tipo de cláusula seria introduzida pelo pronome indefinido *quem* e exerceria apenas as funções sintáticas de sujeito e objeto direto.

Posicionando-se de maneira distinta à visão dos gramáticos supracitados, Mateus *et al* (1983) e Neves (2011[1999]) preferem classificar estruturas desse tipo como um caso particular de orações relativas restritivas sem antecedente.

Em relação a Mateus *et al* (1983), na “Gramática da Língua Portuguesa”, as autoras consideram que as relativas restritivas sem antecedente (ou relativas livres) podem ser introduzidas pelos pronomes relativos *que*, *quem*, *quanto* e *onde*, os quais exibem uma função sintática no interior da oração a que pertencem. Da mesma sorte, as

próprias orações relativas livres são um constituinte da oração superior, com uma função sintática própria. No caso específico das encabeçadas pelo *quem*, ele (e as orações por ele iniciadas) pode ter função de sujeito, objeto direto e objeto indireto.

Além das propriedades sintáticas descritas, Mateus *et al* (1983) apresentam características semânticas exibidas por esse tipo de cláusula. Conforme as autoras, o pronome *quem* pode designar um conjunto singular que só pode ser definido contextualmente, como é o caso de “recebi **quem tu recomendaste**” ou “dei **a quem precisava mais**” ou também representar uma variável universalmente quantificada, a exemplo de “**quem vai ao mar** perde o lugar”. Apesar de apresentar aspectos sobre a semântica dessas estruturas, as autoras não esclarecem a que exatamente corresponderiam as noções “conjunto singular que só pode ser definido contextualmente” e “variável universalmente quantificada”.

Na “Gramática de Usos do Português”, Neves (2011[1999]) sustenta que, em “**quem dá aos pobres** empresta a Deus”, a cláusula destacada em negrito corresponde a um tipo de oração relativa, isto é, uma cláusula de função adnominal, contudo dotada de uma particularidade: ser introduzida por um tipo de pronome relativo não-fórico, ou seja, que não retoma um antecedente. Desse modo, a autora, assim como gramáticos de orientação normativa, Rocha Lima (2001[1972]) e Almeida (2009[1943]), por exemplo, demonstra ser favorável ao desdobramento do pronome *quem* em *aquele que*.

Castilho (2012), em sua “Gramática do Português Brasileiro”, embora apresente orações desse tipo numa seção rotulada “a adjetiva livre”, parece ser o único que não se compromete quanto à classificação categórica dessas estruturas no âmbito das orações subordinadas relativas ou substantivas.

Primeiramente, o autor considera que estruturas como “**quem foi a Portugal** perdeu o lugar” e “já se apresentou ao emprego **quem você recomendou**” são um problema para os estudiosos, posto que o antecedente em que a estrutura se encaixa não aparece expresso, logo, não poderíamos tratá-las como uma oração adjetiva ou relativa. A seguir, o autor apresenta, com base em outros autores, algumas possibilidades de análise para elas.

Castilho (2012) pontua que Luft (1974 *apud* CASTILHO, 2012) coloca estruturas desse tipo no âmbito das substantivas, em virtude de exercerem funções sintáticas próprias dos substantivos, contudo, denomina-as por “substantiva de adjunto adnominal”. Nesse caso, Castilho (2012) argumenta que o *quem* funcionaria como uma conjunção integrante e as substantivas poderiam funcionar também como um adjunto.

Outros autores, segundo CASTILHO (2012), cogitam, assim como Rocha Lima (2001[1972]), Almeida (2009[1943]), Mateus *et al* (1983) e Neves (2011[1999]), a possibilidade de o *quem* ter por antecedente uma expressão omitida de traço /humano/, parafraseável por [*aquele* Ø]. Nesse caso, elas poderiam ser vistas como uma adjetiva, pois o *quem* seria desdobrado em *aquele que*. O problema dessa perspectiva apontado por Castilho (2012) é que ela não pressupõe a análise da estrutura como é, mas, sim, de uma paráfrase.

O pronome *quem*, por fim, organizaria uma oração adjetiva apenas quando preposicionado; nesse caso, ele poderia funcionar como argumento interno do verbo ("só trato de negócios **com quem me respeita**") ou do substantivo da cláusula adjetiva por ele encabeçada ("vivia colado no profeta, **de quem se tornaria seguidor**").

A partir dos três diferentes pontos de vista elencados, Castilho (2012) argumenta que essas estruturas podem estar situadas em um *continuum* entre o encaixamento no Sintagma Verbal (doravante, SV) e no SN, pois: “se a conjunção integrante derivou do pronome relativo, essas estruturas poderiam estar situadas no ponto de passagem do pronome relativo para a conjunção integrante” (CASTILHO, 2012, p. 370). Apesar desse posicionamento, o autor não aprofunda a ideia do *continuum* categorial que defende.

3.3 As relativas livres em pesquisas linguísticas

Nesta seção, apresento os resultados a que chegaram algumas pesquisas cujo tema foram as chamadas orações relativas livres. Para tanto, focalizo esta revisão bibliográfica em torno das características formais e semânticas que os autores apontam para essa estrutura, consoante às pesquisas desenvolvidas. Os trabalhos aqui citados são as dissertações de mestrado de Mória (1992), Marchesan (2008) e Gavioli-Prestes (2012), e as teses de doutoramento de Brito (1988) e Marchesan (2012)²⁰.

²⁰ No âmbito do PB, sobre as relativas livres, ainda existem a dissertação de mestrado “Sobre Sintagmas-QU e Relativas Livres no Português” e a tese de doutorado “Relativas Livres do PB: Sintaxe, Semântica e Diacronia”, ambos os trabalhos desenvolvidos por Medeiros Junior e publicados em 2005 e 2014, respectivamente. Nesta seção, não incluirei a resenha dessas pesquisas por considerar as dissertações e teses por mim escolhidas suficientes para a explanação das características da relativa livre introduzida por *quem* sob a ótica gerativista. Além disso, como veremos adiante, o trabalho empreendido por Medeiros Junior é citado por alguns pesquisadores contemplados neste capítulo.

O trabalho pioneiro sobre as relativas livres, em língua portuguesa, é a tese de doutorado de Ana Maria Barros de Brito, defendida em 1988, sob o título “A sintaxe das orações relativas em português”.

Nessa pesquisa, o objetivo geral da autora é descrever as propriedades sintáticas das orações relativas na gramática do Português Europeu (doravante, PE), no quadro da Teoria da Regência e da Ligação, visto que não existia uma investigação sistemática dos aspectos sintáticos desse tipo de cláusula na gramática do português. Ademais as chamadas relativas sem antecedente, até então, apareciam como um objeto de análise separado das relativas com antecedente. O trabalho desenvolvido por Brito (1988) busca, desse modo, englobar, em uma só análise, os dois tipos de estratégias de relativização supracitados.

A tese desenvolvida por Brito (1988) apresenta-se, estruturalmente, dividida em cinco capítulos. Vejamos, resumidamente, o conteúdo de cada capítulo e, a seguir, um apanhado mais detalhado sobre o capítulo que trata das relativas livres, destacando as características formais que a autora defende para esse tipo de estrutura.

No capítulo 1, a autora explicita os princípios e noções pertencentes ao quadro teórico da Gramática Gerativa Transformacional, que ela considera serem os mais relevantes para a explicação das orações relativas. No capítulo 2, Brito (1988) apresenta e avalia de forma crítica as diferentes estruturas de constituintes propostas, no âmbito do referido quadro teórico, para orações relativas, com ênfase para as restritivas. No capítulo 3, a autora, utilizando os pressupostos da Teoria da Regência e Ligação, procede à análise das orações relativas do português, com especial atenção para os mecanismos interpretativos que operam nas relativas restritivas e nas apositivas. No capítulo 4, Brito (1988) esboça hipóteses, de natureza comparativa, acerca das condições para a distribuição dos morfemas relativos, sobretudo *que*, *quem* e *o qual*, em diferentes línguas. No capítulo 5, por fim, a pesquisadora discute as propostas, no âmbito da Teoria da Regência e Ligação, para a estruturação morfossintática das orações relativas livres.

Nesse último capítulo, inteiramente dedicado às “relativas livres”, a autora aponta que, do ponto de vista morfológico, as relativas sem antecedente comportam apenas alguns dos morfemas-Q que são empregados nas relativas com antecedente, a exemplo de *quem* e *o que* (podendo ou não ser precedidos de preposição), e do pronome *onde*. Em relação aos aspectos sintáticos, esse tipo de cláusula possui uma natureza

argumental e uma função sintática própria. Vejamos exemplos de orações relativas livres apresentados por Brito (1988).

- (4) **Quem quer te falar** telefonou.
- (5) **O que tu fizeste** surpreendeu-me.
- (6) Eu admiro **quem ainda mantém a esperança**.
- (7) Eu fiz **o que era melhor para ela**.
- (8) Eu dei uma ajuda **a quem precisava mais**.
- (9) O Luís arrumou os livros **onde eu tinha posto as revistas**.

Os exemplos destacados de (4) a (9) evidenciam, conforme exposto pela autora, que as relativas livres possuem, de modo geral, uma natureza argumental, podendo figurar em qualquer uma das posições possíveis para os argumentos, e possuem uma relação temática e uma função sintática próprias: em (4) e em (5), as relativas atuam como sujeito da oração superiora²¹; em (6) e (7), funcionam como o objeto direto do verbo da oração superiora; em (8), a relativa livre aparece precedida de preposição, exercendo o papel de objeto indireto do verbo presente na oração superiora; e, em (9), por fim, a relativa funciona como um argumento locativo.

Após descrever algumas hipóteses de tratamento sintático para essas estruturas, propostas no quadro da Teoria da Regência e Ligação, Brito (1988) argumenta em favor da análise defendida por Suñer (1983; 1984 *apud* BRITO, 1988), segundo a qual as relativas livres têm uma estrutura sintática paralela à das relativas com antecedente, contudo o antecedente é não preenchido, mas, sim, a categoria vazia *pro*²².

Para a autora, as orações relativas livres apresentam o que o paradigma da Gramática Gerativa denomina conformidade categorial (*matching effect*). Nesse sentido, nas relativas livres, como as apresentadas de (4) à (9), os sintagmas-Q, que surgem em posição inicial, estão em conformidade categorial tanto com os verbos da oração principal quanto com os verbos da subordinada: os morfemas-Q, introdutores de uma relativa livre, devem pertencer à mesma “grelha temática” das duas palavras verbais envolvidas nesse tipo oracional. Contudo, Brito (1988) alerta que há casos nos quais esse efeito de compatibilidade pode não existir.

Ainda em relação ao PE, Telmo Mória, na dissertação de mestrado intitulada “A sintaxe das orações relativas sem antecedente expresso no português”, publicada em

²¹ Brito (1988) denomina por “oração superiora” o que alguns autores chamam de oração principal, matriz ou subordinante.

²² Elemento pronominal nulo não anafórico.

1992, busca suprir uma lacuna existente no trabalho desenvolvido por Brito (1988): encontrar uma fundamentação, no mesmo quadro teórico adotado pela pesquisadora – a Teoria da Regência e da Ligação – para a alegada existência, nas relativas livres, de um requisito de conformidade categorial entre o constituinte que contém o morfema relativo e o suposto antecedente nulo da relativa. Além disso, Mória (1992) busca analisar, também de forma sistemática e integrada, as orações encabeçadas pelos morfemas relativos *onde*, *como* e *quando*, em virtude de elas não serem, normalmente, objeto de reflexão nos estudos sobre esse tipo de cláusula.

Em seu estudo, Mória (1992) retoma (e adota) algumas características morfossintáticas referidas por Brito (1988) para as relativas livres. A primeira delas é o fato de essas orações comportarem-se, normalmente, como *ilhas-Q*, isto é, de não permitirem a extração de nenhum elemento que a constitui por *movimento-Q*, o que faz com que esse subtipo oracional apresente semelhanças estruturais com as orações relativas com antecedente expreso e diferenças, por exemplo, das orações interrogativas indiretas.

Outro fator aludido por Mória (1992) é a impossibilidade de os morfemas relativos *que* e *o qual* introduzirem relativas sem antecedente, dado que eles não são marcados com qualquer traço sintático-semântico próprio. Assim, como possíveis relativos presentes nesse tipo de estrutura, o estudioso aponta *quem*, traço [+Humano], *o que* e *quanto*, traço [-Humano], *onde*, traço [+Locativo], *como*, traço [+Modo], e, por fim, *quando*, traço [+Tempo].

Mória (1992), assim como Brito (1988), conclui que o aspecto sintático caracterizador desse tipo de cláusula é a existência, na oração em que se insere, de um antecedente nominal que não aparece realizado lexicalmente. Contudo, o autor, diferentemente de Brito (1988), é contrário às nomenclaturas “relativa livre” e “relativa sem antecedente” para esse tipo oracional, adotando, como mais adequada para designar essas orações, na visão dele, a denominação “orações relativas sem antecedente expreso”.

Em relação à elaboração de uma hipótese explicativa que sustente a ideia do requisito de conformidade categorial entre o antecedente (nulo) da relativa e o constituinte que contém o morfema relativo, Mória (1992) argumenta que a definição do conteúdo do antecedente nulo desse tipo de oração envolve uma fusão entre esses dois elementos, por consequência da atuação de uma regra morfofonológica.

Sobre esse ponto, Mória (1992) afirma que o morfema relativo somente assume uma forma marcada após ser ligado pelo seu antecedente por meio da coindexação e de ser verificado se há uma conformidade do traço inerente. Assim, segundo o exemplo citado pelo autor, o morfema *quem*, por exemplo, marcado com o traço [+Humano], resultará da atuação da regra a seguir:

Figura 1 – Regra de fusão morfofonológica (antecedente nulo / morfema relativo)

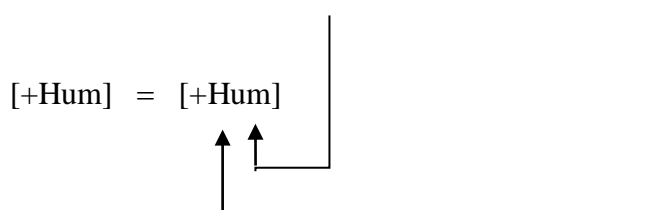
$$\begin{array}{ccc} pro_i & op.rel.i & ==> \quad quem \\ [+Hum] & [+Hum] & [+Hum] \end{array}$$

Fonte: Mória (1992)

A figura 1 ilustra a regra morfofonológica que atua nas relativas livres introduzidas por *quem*: a fusão entre o antecedente nulo, representado pela categoria *pro*, e o operador relativo, a partir da conformidade dos traços sintático-semânticos que eles exibem na frase em que estão inseridos. Entendamos melhor esse processo com base nos exemplos (10) e (11), fornecidos pelo autor.

(10) *Quem leu o livro aprendeu muitas coisas.

pro_i [quem_i leu o livro] aprendeu muitas coisas



O exemplo destacado em (10) refere-se à fusão entre a categoria *pro* e o operador relativo, possibilitada pelo fato de possuírem o mesmo traço semântico, [+HUMANO], nesse caso, selecionado, simultaneamente, pelos verbos da oração matriz e da oração encaixada, *aprender* e *ler*, respectivamente. Outro fator que possibilita a atuação dessa regra morfofonológica é a existência de contiguidade ou adjacência absoluta entre estes dois elementos nas orações relativas livres, ou seja, da impossibilidade de inserirem-se elementos entre esses termos, como uma preposição, por exemplo.

Na esfera do português brasileiro, destaco três trabalhos sobre as relativas livres: a dissertação de mestrado e a tese de doutoramento desenvolvidas por Ani Carla Marchesan, em 2008 e 2012, respectivamente; e a pesquisa de mestrado realizada por Cindy Mery Gavioli-Prestes, em 2012.

Na dissertação intitulada "Fatores determinantes na classificação das orações subordinadas como relativas livres", Marchesan (2008) delineia um estudo sobre essas estruturas sob o quadro da Linguística Gerativa, tomando como ponto de partida pressupostos sobre elas anteriormente formulados por outros trabalhos²³. São eles: (i) nas relativas livres, o pronome relativo-QU embute o que seria o núcleo nominal de uma relativa com núcleo e, por isso, somente pronomes-wh com essa capacidade de incorporação podem iniciar uma relativa livre²⁴; em contrapartida, os pronomes relativos que não embutem o núcleo nominal não podem introduzir uma relativa livre, a exemplo de *que*, *qual* e *cujos*, os quais, por poderem ser usados tanto para coisa ou pessoa, não são especificados e, por isso, só podem introduzir uma relativa com antecedente; e (ii) o pronome relativo-wh deve respeitar os requisitos de caso e/ou categoria de um núcleo da oração matriz e da encaixada simultaneamente (cf. MARCHESAN, 2008).

Dentre os objetivos pretendidos pela autora, na dissertação, destaco os seguintes: (i) distinguir uma relativa livre de uma interrogativa encaixada e de uma completiva; e (ii) estabelecer que posições sintáticas uma relativa livre pode desempenhar. A escolha desses pontos, dentre os objetivos propostos por Marchesan (2008), para serem resenhados nesta seção, deve-se ao fato de que eles evidenciam características sintáticas e semânticas das relativas livres, as quais podem ser refutadas ou ratificadas na análise que desenvolvo.

Em relação ao primeiro objetivo, Marchesan (2008) afirma que, por serem iniciadas por um pronome-wh, as relativas livres são frequentemente confundidas com as interrogativas encaixadas e sugere, com base em outros autores, alguns testes que podem diferenciá-las. Vejamos, brevemente, os testes referidos pela autora e as conclusões feitas a partir deles.

O teste 1, proposto por Alvarenga (1981 *apud* MARCHESAN, 2008) e adaptado por Baker (1988 *apud* MEDEIROS JÚNIOR, 2005, p. 17), consiste em focalizar o

²³ Brito (1988) e Mória (1992), no Português Europeu, e Medeiros Júnior (2005), no Português Brasileiro.

²⁴ O pronome relativo *quem* incorpora o núcleo nominal "pessoa"; *o que* incorpora "coisa"; *quando* incorpora "momento"; *como* incorpora "modo"; *onde* incorpora "lugar" e, finalmente, *quanto* incorpora "quantia".

pronome-wh com a inserção do par “(é) que” (mecanismo de clivagem). Se, após essa tentativa, o pronome em questão puder ser – sozinho – o foco da oração, tratar-se-á de uma interrogativa; caso contrário, tratar-se-á de uma relativa livre, conforme mostram os exemplos destacados de (11) a (12a).

- (11) A Maria perguntou [quem roubou o banco].
- (11a) A Maria perguntou [quem (é) que roubou o banco].
- (12) Maria convidou para a festa [quem João indicou].
- (12a) *Maria convidou para a festa [quem (é) que João indicou].

Conforme o teste realizado, a oração entre colchetes em (11) é uma interrogativa encaixada, pois aceita a inserção da expressão “é que”; a destacada em (12), por sua vez, é uma relativa livre, pois a inserção de “é que” torna-a agramatical (cf. MARCHESAN, 2008).

O teste 2, proposto por Medeiros Júnior (2005 *apud* MARCHESAN, 2008), consiste em inserir a expressão “quer que” após o pronome-wh. Caso, após as alterações necessárias no modo do verbo, a oração apresente-se bem formada, do ponto de vista gramatical, tratar-se-á de uma relativa livre; de modo oposto, ter-se-á uma interrogativa. Sobre isso, vejamos os exemplos de (13) a (14a).

- (13) Pedro convence [quem ele conhece] a trabalhar com ele.
- (13a) Pedro convence [quem quer que ele conheça] a trabalhar com ele.
- (14) Pedro quer saber [quem trabalha com ele].
- (14a) *Pedro quer saber [quem quer que trabalhe com ele].

A partir do teste realizado pela autora, é possível atestar que a oração destacada em (13), por permitir a inserção da expressão “quer que”, conforme demonstra a paráfrase dela em (13a), é uma relativa livre; a oração exemplificada em (14), por não permitir a inserção de “quer que”, é um caso de cláusula interrogativa.

O terceiro teste, sugerido pelo professor Carlos Mioto, em conversa pessoal com a autora, consiste em substituir o pronome-wh por uma expressão claramente interrogativa. Se o resultado for uma estrutura gramatical, a cláusula será uma do tipo interrogativa, como em (15); caso contrário, tratar-se-á de uma relativa livre, como em (16).

- (15) João sempre lê [o que a Maria escreve].
- (15a) *João sempre lê [que tipo de livro a Maria escreve].

- (16) João perguntou [o que a Maria escreve].
 (16a) João perguntou [que tipo de livro a Maria escreve].

Com base no teste feito, Marchesan (2008) conclui que, nas interrogativas, como em (11), (13) e (15), o pronome interrogativo-*wh* sempre precede um SN; assim, o *quem* é sempre descrito como “que pessoa”. Nas relativas livres, como em (12), (14) e (16), por sua vez, é o SN que é seguido pelo pronome relativo-*wh*; desse modo, *quem* é descrito como “a pessoa que”.

A respeito das diferenças entre relativas livres e interrogativas encaixadas, Marchesan (2008) apresenta ainda outras três maneiras pelas quais se pode distingui-las.

A primeira distinção está relacionada ao aspecto semântico inerente ao pronome-*wh* que introduz os dois tipos oracionais: quando faz parte de uma relativa livre, ele apresenta uma leitura de maximização²⁵; quando faz parte de uma interrogativa encaixada, por sua vez, esse pronome tem uma interpretação existencial. Vejamos os exemplos fornecidos pela autora.

- (17) Eu vi [o que você comprou] na feira ontem.
 (17a) Eu vi a(s) coisa(s) [que você comprou] na feira ontem.
 (18) Eu quero saber [o que você comprou] na feira ontem.
 (18a) Eu quero saber [qual(is) coisa(s) você comprou] na feira ontem.

Considerando as orações destacadas, em (17) e (18), e suas paráfrases, em (17a) e (18a), é possível perceber que, embora tenham os mesmos constituintes – o que você comprou – o significado do pronome-*QU* é distinto. Quando observamos a oração em (17a), nota-se que o pronome *o que* refere-se ao conjunto de todos os itens que foram comprados na feira, por isso, ele apresenta uma semântica de maximização, sendo, portanto, a oração em que ele aparece classificada de relativa livre. Ao observarmos a cláusula em (18a), por outro lado, percebe-se que o pronome *o que* introduz uma pergunta indireta, ou seja, aponta para quais itens existem no âmbito da compra realizada, sendo, desse modo, parte de uma oração interrogativa.

²⁵ Com base na proposta desenvolvida por Grosu & Landman (1998 *apud* MARCHESAN, 2008), a autora defende que essas estruturas possuem uma leitura semântica de maximização – que corresponde a um conjunto de indivíduos plurais máximos, originados da soma de todos os indivíduos atômicos – cuja interpretação pode ser definida ou universal.

A segunda diferença diz respeito à possibilidade de extração de um dos componentes dessas estruturas sem que a oração se torne agramatical²⁶: nenhum constituinte das relativas livres pode ser extraído, pois elas são “ilhas fortes”; já no caso das interrogativas, a extração é permitida, por se tratarem de “ilhas fracas”, conforme pode ser depreendido dos exemplos dados por Marchesan (2008).

(19) [Que poesia]_i a Ana perguntou [quando o Pedro declamou t_i].

(20) *[Que poesia]_i a Ana chorou [quando o Pedro declamou t_i]

O exemplo destacado em (19) mostra ser gramatical a extração de um constituinte – *que poesia*, no caso – o que permite classificar essa estrutura como uma oração interrogativa; já o exemplo em (20) mostra a agramaticalidade da estrutura, decorrente da extração desse mesmo constituinte, o que possibilita afirmar que se trata de uma relativa livre.

A terceira distinção faz alusão ao tipo de verbo que predica a oração matriz: quando ele seleciona um SD como complemento, a oração encaixada é uma relativa livre; quando seleciona um constituinte que não pode ser reduzido a um SD, contudo, refere-se a uma interrogativa. Vejamos os exemplos citados pela autora.

(21) Você deve devolver [o que você terminou de ler] para a biblioteca.

(21a) Você deve devolver [SN o livro] para a biblioteca.

(22) Você poderia me dizer [o que você terminou de ler]?

(22a)* Você poderia me dizer [SN o livro].

A paráfrase de (21), em (21a), mostra que é possível inserir um SD – *o livro*, nesse caso – logo após o verbo da matriz; já a paráfrase de (22), em (22a), mostra que não é possível a inserção de um SD nessa posição. Por conseguinte, tem-se em (21) uma relativa livre e, em (22), por sua vez, uma interrogativa encaixada.

Em relação ao segundo objetivo – estabelecer que posições sintáticas podem ser ocupadas por uma relativa livre – Marchesan (2008) argumenta que esse tipo de estrutura, por apresentar-se como uma oração encaixada, pode desempenhar os papéis de argumento externo de um verbo, como em (23), argumento interno, como em (24), adjunto de SV, como em (25), e, por fim, predicativo, como em (26).

²⁶ Termo utilizado na Teoria Gerativa para referir-se a uma estrutura que não foi formada de acordo com princípios e regras de uma determinada gramática. Esse rótulo é usado por Marchesan (2008), mas não é admitido por mim, ao longo desta dissertação, em virtude de esta investigação ser fundamentada pela LFCU.

- (23) [O que aconteceu] abalou João.
- (24) Maria não comprou [o que eu pedi].
- (25) Maria saiu [quando Pedro chegou].
- (26) Ana é [quem está com medo do tigre].

A autora, contudo, é categórica: “o que não pode ocorrer é uma relativa livre com função sintática de adjunto adnominal; quando for adjunto de um nome, a relativa formada será uma relativa com núcleo” (MARCHESAN, 2008, p. 22).

Na tese de doutorado intitulada “As relativas livres no português brasileiro”, publicada em 2012, Marchesan retoma as discussões acerca das relativas sem antecedente. Dentre os objetivos pretendidos pela autora, destaco dois deles: (i) identificar as propriedades comuns entre os três tipos de relativas livres do português brasileiro (as relativas livres, as relativas livres transparentes e as relativas livres não indicativas) e (ii) distinguir as relativas livres de outras orações encaixadas introduzidas por pronomes-wh, como as relativas com núcleo e as interrogativas.

Em relação ao primeiro objetivo – identificar as propriedades comuns entre os três tipos de relativas livres do português brasileiro – Marchesan (2012) apresenta os três subtipos de orações relativas livres existentes em língua portuguesa: as relativas livres, as relativas livres transparentes e as relativas livres não indicativas. Vejamos a exemplificação de cada um deles nas cláusulas destacadas em (27), (28), (29) e (30), fornecidas pela autora, e, em seguida, as características atribuídas a eles.

- (27) João comeu [o que a Maria cozinhou].
- (28) Ele cozinhou [o que parecia ser um prato exótico].
- (29) João não tem [o que cozinhar para o jantar].
- (30) João tem [quem cozinhe o jantar para ele].

Conforme descrição feita por Marchesan (2012), as orações destacadas de (27) a (30) representam os três tipos de relativa livre existentes no português: a relativa livre, em (27), a relativa livre transparente, em (28), e a relativa livre não indicativa, em (29) e em (30), sendo a primeira delas infinitiva e a segunda subjuntiva.

Sobre as relativas livres, conforme demonstrado no exemplo (27), Marchesan (2012) retoma características, já detalhadas em Marchesan (2008) e em outros estudos preexistentes. A autora divide as propriedades das relativas livres em lexicais, sintáticas e semânticas. Vejamo-las a seguir.

Do ponto de vista lexical, as relativas livres só podem ser introduzidas por pronomes especificados, ou seja, aqueles que incorporam o traço semântico do termo que seria o antecedente. Pronomes dessa natureza, segundo Marchesan (2012), podem ser divididos em dois grupos: o primeiro deles abarca os pronomes *quem*, *o que* e *quanto*, os quais possuem natureza nominal por poderem ser parafraseados por SDs (*a pessoa que*, *a coisa que* e *a quantia que*, respectivamente); já o segundo corresponde aos pronomes *quando*, *onde* e *como*, que possuem natureza oblíqua por poderem ser parafraseados por SPs (*no momento (em) que*, *no lugar (em) que* e *do modo que*, respectivamente).

No âmbito das propriedades sintáticas, Marchesan (2012) aponta que as relativas livres são orações encaixadas que não têm – nem podem ter um núcleo nominal adjacente e, por causa da ausência desse núcleo nominal, essas estruturas podem desempenhar funções sintáticas de sujeito, complemento de verbo ou de preposição e adjunto do SV. Outro aspecto sintático das relativas livres é que elas seriam “ilhas-wh”, em virtude de não permitirem a extração de nenhum de seus componentes. Por fim, a pesquisadora defende como uma característica sintática das relativas livres do PB o fato de que, para serem relativas livres, a sua expressão-wh tem que atender às exigências impostas pela matriz (Requerimento de Compatibilidade²⁷).

Em relação às propriedades semânticas, Marchesan (2012) afirma que, quando as relativas livres puderem ser parafraseadas por SDs, elas apresentam uma leitura semântica de maximização. Essa leitura resulta do mapeamento de um conjunto de indivíduos (indivíduos atômicos e/ou indivíduos plurais) em um conjunto singular máximo (indivíduo plural máximo). Vejamos melhor essa questão a partir do exemplo (31), citado pela autora.

(31) Paulo convidou para a conferência [_{RL}*quem ainda não foi*].

No exemplo em (31), a relativa *quem ainda não foi*, segundo Marchesan (2012) remete a totalidade das pessoas que não foram à conferência, ou seja, é um indivíduo plural máximo, pois reúne todos os indivíduos pertencentes ao conjunto dos que ainda não foram à conferência.

²⁷ Propriedade da Gramática Gerativa, segundo a qual o pronome *relativo-wh* deve respeitar os requisitos de caso e/ou categoria de um núcleo da matriz e da encaixada simultaneamente (cf. MARCHESAN, 2012).

Para as relativas livres que podem ser parafraseadas por SPs (as introduzidas por *quando*, *onde* e *como*), a autora não apresenta uma análise semântica nem própria nem a partir de trabalhos preexistentes, deixando essa discussão para investigações futuras.

Em relação às relativas livres transparentes, a exemplo da destacada em (28), Marchesan (2012), primeiramente, aponta as propriedades que as assemelham às relativas livres, quais sejam: (i) são orações encaixadas; (ii) não têm, nem podem ter um núcleo nominal adjacente; (iii) apresentam a mesma distribuição de SDs; (iv) possuem uma lacuna; (v) o pronome relativo que as introduz atende às exigências impostas pela matriz; e, por fim, (vi) podem ocorrer nas posições sintáticas de sujeito, complemento de verbo, complemento de preposição e predicativo.

Mais adiante, Marchesan (2012), exhibe características que diferenciam as relativas livres transparentes das relativas livres, ao mesmo tempo em que busca provas que afirmem a não consistência dessas propriedades, para argumentar em favor de uma análise unificada para as relativas livres. Vejamos algumas características citadas pela pesquisadora.

O primeiro fator que distingue uma relativa livre de uma relativa livre transparente é a *concordância*. Para tanto, vejamos os exemplos (32), (33) e (34), fornecidos pela autora.

(32) O que Maria comprou __ (no brechó) pertencia a mim.

(33) O que pareciam ser __ crianças compraram muitas roupas no brechó.

(34) O que parecia ser __ um estilista comprou muitas roupas no brechó.

Segundo Marchesan (2012), nas relativas livres, demonstrada no exemplo (32), a concordância do verbo da matriz, *pertencer*, nesse caso, ocorre sempre com o pronome relativo, *o que*, nesse caso. Nas relativas livres transparentes, as amostras em (33) e (34), a concordância pode variar: o verbo *comprar* pode aparecer tanto no plural, como em (33), ou no singular, como em (34), pois a concordância dele se dá com o predicativo nuclear (*crianças* e *estilista*, respectivamente).

Outro fator, apontado por Marchesan (2012), que distingue as relativas livres das relativas livres transparentes é o pronome que as introduz. Estudos anteriores, a exemplo de van Riemsdijk (2000 *apud* MARCHESAN, 2012) e Grosu (2003 *apud* MARCHESAN, 2012), de acordo com a autora, afirmam que as relativas livres transparentes seriam introduzidas apenas pelo pronome relativo *o que*, diferentemente das relativas livres, que poderiam ser introduzidas por outros pronomes. Contudo, ela

traz evidências, com base em exemplos do PB, que as relativas livres transparentes também podem ser introduzidas pelos pronomes *quem*, *quanto*, *quando*, *onde* e *como*, semelhantemente às relativas livres.

O terceiro aspecto, discutido por Marchesan (2012), que diferenciaria as relativas livres transparentes das relativas livres é a *(in)definitude*. A autora demonstra que, comumente as relativas livres são analisadas, na literatura linguística, como possuindo uma leitura definida, ao passo que, nas relativas livres transparentes, há uma variação quanto a esse critério, sendo mais comum que elas sejam indefinidas. Contudo, a pesquisadora encontra, com base em Hinterwimmer (2008 *apud* MARCHESAN, 2012), casos esporádicos em que as relativas livres apresentariam uma leitura indefinida. Assim, para Marchesan (2012, p. 113), “isso deixa aberta a possibilidade de relativas livres transparentes e relativas livres terem leitura [\pm definida]”.

O quarto critério investigado como diferenciador de relativas livres transparentes e relativas livres é a possibilidade de extração de um de seus componentes. Tomando como base estudos para o Inglês e para o Português Europeu, a exemplo de van Riemsdijk (2000 *apud* MARCHESAN, 2012) e Ferreira (2000 *apud* MARCHESAN, 2012), as relativas livres transparentes permitiriam a extração de constituintes, ao contrário das relativas livres. Ao investigar orações do PB, contudo, a autora demonstra que, assim como as relativas livres, as transparentes comportam-se como “ilhas”, ou seja, não permitem a extração de seus componentes.

Assim, com base nas semelhanças evidenciadas entre as propriedades das relativas livres e relativas livres transparentes, a pesquisadora conclui que seria mais adequada a adoção de uma proposta que as unifique, sendo escolhida a de Grosu (2003 *apud* MARCHESAN, 2012).

No que diz respeito às relativas não indicativas, de acordo com Marchesan (2012), essas orações caracterizam-se por apresentarem o verbo no infinitivo ou no subjuntivo.

Segundo a autora, as relativas livres não indicativas apresentam características que as assemelham às relativas livres, dentre as quais: (i) não poderem ser introduzidas por pronomes relativos subespecificados (*que*, *cujo* e *qual*); (ii) serem orações encaixadas que não têm, nem podem ter, um núcleo nominal adjacente; e (iii) poderem ser substituídas por SDs e SPs, conforme a distribuição exibida pelas relativas livres²⁸.

²⁸ Os pronomes *quem*, *o que* e *quanto* são parafraseados por SDs e os pronomes *quando*, *onde* e *como* são parafraseados por SPs.

Contudo, de acordo com Marchesan (2012), essas cláusulas também apresentam propriedades que as afastam das relativas livres, a saber: (i) as relativas livres não indicativas que apresentam verbo no infinitivo não se submetem a Requerimentos de Compatibilidade impostos pela matriz; (ii) tanto as com verbo no infinitivo quanto as com verbo no subjuntivo só ocorrem em posição subcategorizada por um conjunto restrito de verbos (*procurar, encontrar, escolher, arranjar, levar, trazer, dar, faltar, chegar, nascer, enviar, obter, enganar, falsificar, ter e haver*), sendo mais comuns os verbos existenciais²⁹ *ter* e *haver*; (iii) aparecem apenas pospostas ao verbo e não antepostas; (iv) aceitam um SD indefinido antes do pronome-wh, ao contrário das relativas livres, que são parafraseadas por SDs definidos; e, por fim, (v) não são encontradas em línguas germânicas, como inglês, alemão e holandês.

A partir das propriedades elencadas para as relativas livres na tese de doutoramento, Marchesan (2012) chega a duas conclusões sobre as relativas livres no PB. A primeira delas diz respeito a uma generalização sintática: todas as estruturas consideradas relativas livres se submetem aos Requerimentos de Compatibilidade. A segunda conclusão, por sua vez, decorre da primeira: as relativas livres infinitivas que não respeitam o requerimento de compatibilidade são, na verdade, relativas com núcleo nominal implícito.

Em relação ao segundo objetivo proposto por Marchesan (2012) – distinguir as relativas livres de outras orações encaixadas introduzidas por *pronomes-wh* – vejamos, inicialmente, as diferenças entre as relativas livres e as relativas com núcleo, com base nos exemplos (35) e (36), fornecidos pela autora.

(35) João reconheceu o *rapaz* [que roubou sua carteira].

(36) João reconheceu [quem roubou sua carteira].

De acordo com Marchesan (2012), *que roubou sua carteira*, em (35) – um exemplo de relativa com núcleo, e *quem roubou sua carteira*, em (36) – uma amostra de relativa livre – apesar de apresentarem em comum o fato de serem encaixadas e serem introduzidas por pronomes relativos, exibem aspectos que as diferenciam.

O primeiro deles é que as relativas com núcleo, como o próprio nome indica, são antecedidas por um núcleo nominal, ao passo que as relativas livres não têm – nem

²⁹ Segundo Marchesan (2012), correspondem a verbos que afirmam a existência de seu complemento.

podem ter – núcleo nominal antecedente. Assim, a oração em (35) possui o termo antecedente *rapaz*, não verificável em (36).

A segunda diferença, citada por Marchesan (2012), é que só os pronomes relativos que têm capacidade de incorporar o traço semântico daquilo que seria o núcleo nominal da relativa são capazes de introduzir relativas livres, ao contrário das relativas com núcleo³⁰, as quais também podem ser encabeçadas por pronomes relativos desprovidos dessa capacidade, a exemplo de *que*, *cujo* e *qual*.

A terceira diferença decorre da segunda: em virtude de o pronome relativo incorporar o núcleo nominal de uma relativa, ou seja, serem especificados, as relativas livres se diferenciam das relativas com núcleo, pois, enquanto aquelas sempre podem ser parafraseadas por SDs ou SPs, estas, por sua vez, nunca podem ser substituídas por SDs ou SPs. Sobre esse fato, vejamos as paráfrases dos exemplos (34) e (35).

(34) *João reconheceu aquele [SD a pessoa que roubou sua carteira].

(35) João reconheceu [SD a pessoa que roubou sua carteira].

Desse modo, a paráfrase em (35) mostra a possibilidade de uma relativa livre poder ser substituída por um SD. Ao contrário, a amostra em (34) aponta para a agramaticalidade da oração, resultante da substituição de uma relativa com núcleo por um SD.

No que concerne à distinção entre orações relativas livres e interrogativas, Marchesan (2012) apresenta alguns testes que possam diferenciá-las, os quais não serão aqui detalhados, em virtude de já o terem sido em relação a Marchesan (2008). De modo geral, a autora conclui que os testes são suficientes para diferenciar os dois tipos oracionais, na maioria dos casos. Contudo, quando a oração encaixada é selecionada por verbos como *ver*, *provar*, *cheirar*, entre outros, esses testes não fornecem um diagnóstico seguro para distinguir relativas livres de interrogativas. Para esses casos, consoante a autora, o contexto será responsável por distingui-las: “se o verbo afirmar a veracidade da cláusula encaixada, temos uma relativa livre; se questioná-la, temos uma interrogativa encaixada” (MARCHESAN, 2012, p. 68).

Ainda em relação ao português brasileiro, o outro trabalho sobre as relativas livres que evidencio é a dissertação de mestrado “Fatores determinantes na classificação das orações subordinadas como relativas livres”, de Cindy Mery Gavioli-Prestes. Nela,

³⁰ *Quem*, *o que*, *onde*, *como*, *quanto* e *quando*, conforme citado, anteriormente.

a autora adota, dentre as propostas de análise para as relativas com antecedente, o modelo *raising*, consoante defendido por Kato e Nunes (2009 *apud* GAVIOLI-PRESTES, 2012). Além disso, Gavioli-Prestes (2012) expõe quais são os fatores relevantes na estrutura sintática e os aspectos semânticos relacionados às relativas livres e de que modo essas características as distinguem tanto das relativas com núcleo nominal quanto das interrogativas indiretas.

No primeiro capítulo de sua dissertação, Gavioli-Prestes (2012) apresenta casos de orações relativas em que o núcleo nominal está ausente, como nos exemplos destacados de (38) a (42).

- (38) [O que comprei] custou muito caro.
- (39) O juiz penalizou [quem estava dentro da área].
- (40) Vá por [onde eu indiquei].
- (41) Moro [onde não mora ninguém].
- (42) Ela chegou [quando ele ainda estava cantando].

Orações como essas são assumidas pela autora como exemplos de relativas livres. Como não há um SN para essas cláusulas modificarem, Gavioli-Prestes (2012) afirma que não se pode considerá-las adjuntos adnominais. Nos exemplos (38), (39), (40) e (41), a autora defende que essas estruturas assumem um papel argumental, sendo sujeito, objeto, complemento de preposição e complemento locativo, respectivamente; já no exemplo (42), a relativa exerce a função de adjunto do verbo.

Assim como outros autores, a exemplo de Marchesan (2008), Gavioli-Prestes (2012) ratifica que quase todos os elementos introdutórios das relativas com núcleo nominal podem introduzir também uma relativa livre, como os pronomes-Q *quem*, *quando*, *onde*, *o que* e *quanto*. Os vocábulos *que*, *cujo* e *qual*, contudo, não introduzem relativas livres, pois apenas pronomes especiais, que incorporam o que seria o constituinte nominal com função de antecedente em uma relativa com núcleo nominal, podem encabeçar relativas livres.

No capítulo 2, Gavioli-Prestes (2012) analisa as diferenças entre relativas livres e interrogativas indiretas e também ressalta algumas propriedades das relativas livres que as afastam tanto das relativas com núcleo nominal quanto das integrativas indiretas.

No que diz respeito às distinções entre relativas livres e relativas com núcleo nominal, Gavioli-Prestes (2012) enfatiza que essas estruturas diferem no que diz respeito à interpretação que possuem: enquanto as relativas com núcleo nominal podem

ser restritivas ou apositivas/explicativas, as relativas livres não exibem esse tipo de interpretação, em virtude de não haver um SN explícito para ser modificado, mas sim uma interpretação de maximização, ou ainda, uma interpretação definida ou universal. Vejamos o exemplo (43), referido pela autora.

(43) Eu comi [o que o garçom colocou no meu prato].

Sobre a oração destacada em (43), Gavioli-Prestes (2012) explica que ela poderia ser lida como “eu comi toda a comida que o garçom colocou no meu prato” e, portanto, teríamos uma interpretação da cláusula encaixada como definida ou maximizadora (não deixei de comer nada que havia em meu prato que tinha sido colocado pelo garçom) ou poderia ser interpretada como “eu comi qualquer coisa de um conjunto de itens que o garçom colocou no meu prato” (dos itens que estavam em meu prato, eu comi qualquer um deles).

Ainda em relação aos aspectos semânticos das relativas livres, Gavioli-Prestes (2012) defende que, embora esse tipo oracional possa ser parafraseado por uma relativa com antecedente, nem sempre é fácil precisar os traços da expressão nominal recuperada, como se observa em (44).

(44) Eu conheço **quem** você falou.

(44a) Eu conheço a pessoa/as pessoas **com quem** você falou.

A oração destacada em (44) é considerada uma relativa livre, sendo (44a) sua paráfrase. A autora aponta que o pronome *quem* tanto pode ser parafraseado por “as pessoas” quanto por “a pessoa”, não sendo possível decidir se se trata de um ou outro a partir de (44) apenas. A explicação para essa questão está relacionada à interpretação semântica de maximização que as relativas livres apresentam. Conforme já demonstrado na presente seção, esse também é o posicionamento adotado por Marchesan (2008, 2012) no que diz respeito ao significado dessas estruturas. Desse modo, conforme destaca Gavioli-Prestes (2012, p.30):

Em uma sentença como “Maria conhece **quem** Pedro convidou para a festa”, não podemos recuperar exatamente se o *quem* faz referência a uma ou a mais pessoas, já que a RL é interpretada como maximizadora, não podendo dizer se nos referimos a um indivíduo ou a um conjunto de indivíduos (GAVIOLI-PRESTES, 2012, p. 30).

Já em relação às distinções entre relativas livres e interrogativas indiretas, Gavioli-Prestes (2012) retoma os testes propostos por Marchesan (2008), no PB e Mória (1992), no PE, e assume as conclusões a que os estudos anteriores chegaram. Além disso, a autora realizou testes, com falantes nativos do PB acerca da gramaticalidade de orações introduzidas por expressão-Q subordinadas a verbos que não estão entre os exemplos canônicos de relativas livres nem veiculam um sentido de interrogação, tais como *ignorar*, *ver*, *esquecer-se*, *lembrar-se*, *saber*, *revelar*, *descobrir*, *perceber*.

Os testes consistiram em apresentar, aos falantes, orações introduzidas por *quem* e por *quando* com a inserção da expressão “é que” e da expressão “quer que”, para identificar as interrogativas indiretas. Os resultados a que a autora chegou fizeram-na concluir que:

[...] as sentenças encaixadas encabeçadas por pronomes-Q comportam tipos que vão além das RLs e IIs. Portanto, os testes que levam a afirmar “se não é uma é outra” são inconsistentes (GAVIOLI-PRESTES, 2012, p. 51-52)

Desse modo, Gavioli-Prestes (2012) defende que, considerando o viés semântico, é possível diferenciar três tipos de orações encaixadas-Q, a saber: (i) as que denotam um indivíduo (relativas livres); (ii) as que denotam uma proposição (introduzidas por verbos que não têm um sentido interrogativo propriamente dito); e (iii) as que denotam uma pergunta ou um conjunto de proposições (aquelas introduzidas por verbos claramente interrogativos). Contudo, a autora ressalva que, para o caso de unificar orações encabeçadas pelos pronomes *quando*, *onde* e *como* ao quadro das relativas livres, essa assunção seria um contrassenso, visto que cláusulas dessa natureza não denotam, semanticamente, indivíduos.

Por fim, no capítulo 3 de sua dissertação, Gavioli-Prestes (2012) apresenta algumas propostas de análise para as relativas livres e para as relativas com núcleo nominal no quadro teórico da Linguística Gerativa. Em relação às propostas para as relativas do segundo tipo, a autora assume a análise *raising*, em particular a defendida por Kato e Nunes (2009 *apud* GAVIOLI-PRESTES, 2012), também para as relativas livres, em virtude de possibilitar uma unificação para a investigação de relativas com núcleo nominal e as relativas sem antecedente, com um custo teórico menor, se comparado às outras propostas. Sobre esse capítulo, contudo, não apresento mais detalhes, visto que se trata de considerações que não podem ser ratificadas ou ampliadas com base no arcabouço teórico que sustenta esta investigação.

Neste capítulo, procedi a uma revisão bibliográfica sobre o que já foi produzido acerca das orações relativas livres, considerando as proposições de gramáticos tradicionais e descritivistas, bem como resultados de pesquisas da área de linguística.

A partir dessa revisão, foi possível atestar que, no campo das gramáticas de língua portuguesa, não é unânime a categorização dada a esse tipo de cláusula: ora ela é classificada como uma oração subordinada substantiva – como vimos em Said Ali (2001[1921]) e Azeredo (2008) – ora como um tipo peculiar de oração relativa restritiva – a exemplo de Almeida (2009[1943]), Rocha Lima (2001[1972]) e Neves (2011[1999]) – ora como ambas – Gama Kury (1999[1984]). No domínio das pesquisas linguísticas, embora a descrição delas como oração relativa seja categórica para todos os autores resenhados – Brito (1988), Móia (1992), Marchesan (2008; 2012) e Gavioli-Prestes (2012) – o aporte teórico adotado por esses trabalhos – todos sob a rubrica da Linguística Gerativa – não pressupõe abordar aspectos da língua em uso. Assim, grande parte dos resultados da descrição existente na literatura linguística sobre as relativas livres limitam-se a questões de natureza formal.

Nesse contexto, o próximo capítulo desta dissertação visa fornecer uma descrição e explicação das relativas livres introduzidas por *quem* não só em sua constituição morfossintática, mas também considerando fatores de ordem discursivo-pragmática e cognitiva, que subjazem à língua em uso e são responsáveis, em grande parte, pela compleição formal que ela exhibe.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, procedo à análise dos dados obtidos a partir do levantamento realizado nos anúncios de jornais e nas cartas particulares do PB que constituem o *corpus* desta investigação.

Primeiramente, na seção 4.1, descrevo as características formais da estrutura em foco, considerando suas propriedades morfossintáticas. Em seguida, na seção 4.2, explico acerca das particularidades funcionais do objeto investigado, considerando aspectos semânticos e discursivo-pragmáticos que ele manifesta. Por fim, na seção 4.3, procedo à análise da influência de processos cognitivos subjacentes à constituição da relativa livre introduzida por *quem*, ao mesmo tempo em que faço algumas reflexões acerca do estatuto categorial desse tipo de cláusula.

4.1 Propriedades formais da relativa livre introduzida por *quem*

A postura assumida, neste trabalho, de que a oração descrita como relativa livre introduzida por *quem* será analisada sob a ótica da LFCU torna indispensável a descrição de elementos concernentes tanto ao polo da forma quanto ao polo da função que, de acordo com essa abordagem teórica, são interdependentes.

Acerca da constituição formal desse tipo de relativa, abordo, nesta seção, a natureza morfológica e sintática dos elementos que podem figurar em sua estrutura, estejam eles presentes em todas as ocorrências ou apenas em algumas delas. Em virtude de o material de análise desta dissertação provir de textos escritos (e não orais), a descrição das características fonético-fonológicas do objeto sob enfoque não será contemplada.

Como ponto de partida para a análise das propriedades formais desse tipo oracional, atentemos para os dados destacados de (45) a (54).

(45) **Quem perdeu hum cavalo sellado** procure-o em caza de Manoel Joaquim de Santa Anna [...]. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

(46) Excelentissimo Sr. Barão de Geremoabo| As pressas lhe escrevo para ver| se axo **quem va para o Bom Conselho** [...]. (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)

- (47) Remeto-lhe sua Burra que conduzio o Vigario, porem que aqui estava intregue ao Rodrigues que tinha fugido e foi pega-do no Bucarú, **aquem vier aparte d'elle** direi o ocorrido [...]. (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)
- (48) Fugio da fazenda da Boavista perto da Estação da Japucaya, em| 9 de Abril de 1877, o moleque SE|raphim, idade 20 annos [...]. Protesta-se com o rigor da lei| **contra quem o acoutar**. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (49) [...] Os Senhores Alfaiates, sapateiros, selleiros, correeiros, etc.,|tambem encontrarão nesta casa as mais aperfeiçoadas machinas, já|com accessorios que só a mechanica do progresso hodierno|poderia adeptar para que taes machinas produzam trabalhos|maravilhosos, não só pela perfeição como pelo pouco tempo consumido|e pelo pequeno incommodo **de quem as manejar para produzirem|taes resultados** [...] (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (50) ADMINISTRADOR|Uma pessoa com longa pratica da lavoura, offerece-se para tomar conta de fazenda ou administral-a. Tambem se encarrega das escripturações da fazenda.| **Quem precisar** pode dirigir-se a redacção desta folha, que dará informações completas. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (51) Precisa-se de hum preto proprio para| todo o serviço de huma casa, **quem Qui-|zer alugar** pode dirigir-se a esta Typografia. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (52) Confio que me considerará sempre no rol daqueles[...]| que são dedicados aos bons sentimentos **de quem tanto tem| se esforçado sem outro interesse a cauza publica senão o [seo]| engrandecimento** [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)
- (53) Desappareceu á José de Lima Nobre, e| crê se que furtado, no dia 28 do passado hum| Escravo de Nação Nagô, carregador de cadei-|ra, por nome Gaspar [...] **Quem o apprehender ou denunciar onde elle es-|tiver** será bem recompensado. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (54) Fugio do engenho São José no termo da| matta, hum escravo por nome Athualpa [...] **quem o| descobrir e entregar a Teixeira filho e companhia || nesta cidade ou no mesmo engenho**, será bem | recompensado. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

Do ponto de vista sintático, os dados elencados de (45) a (54) mostram, conforme já apontado por outros estudos sobre o mesmo tema (cf. BRITO, 1988; MÓIA, 1992; MARCHESAN, 2008, 2012; GAVIOLI-PRESTES, 2012), que essa oração se articula a um termo pertencente à outra cláusula com a qual se relaciona – a oração matriz. Essas ocorrências também revelam que o modo de conexão entre as

orações é o encaixamento, visto que uma delas – a relativa livre – assume uma relação gramatical no escopo da cláusula a que se subordina.

Apesar de exibirem em comum o fato de estarem encaixadas a um termo da oração matriz e de assumirem uma relação gramatical, as ocorrências de (45) a (54) demonstram que a natureza desse termo difere e que também varia é a relação gramatical apresentada.

Assim, primeiramente em relação ao termo em que se encaixa, nas ocorrências (45), (46), (47), (48), (50), (51), (53) e (54), a relativa livre estabelece relação com um item ou expressão de natureza verbal, presente na oração matriz, respectivamente, *procurar*, *achar*, *dizer*, *protestar*, *poder dirigir-se*, *poder dirigir-se*, *ser bem recompensado* e *ser bem recompensado*. Nas ocorrências (49) e (52), por sua vez, ela estabelece vínculo com um vocábulo de natureza nominal, respectivamente, *incômodo* e *sentimentos*. Os dados do *corpus*, portanto, corroboram a hipótese, por mim previamente estabelecida, de que a relativa livre introduzida por *quem* atua não só no escopo do SV, conforme demonstram estudos previamente realizados (cf. BRITO, 1988; MARCHESAN, 2008; GAVIOLI-PRESTES, 2012), mas também opera no escopo do SN.

Quanto à relação gramatical que a relativa pode assumir, no âmbito da cláusula em que se encaixa, os dados do *corpus* apontam para seis relações distintas, todas de caráter nominal. São elas: sujeito, objeto direto, objeto indireto e complemento relativo³¹ – quando encaixada a um verbo – e complemento nominal e adjunto adnominal – quando ela se encaixa a um nome. Desse modo, os dados expostos em (45), (50), (51), (53) e (54) exemplificam casos em que a relativa livre exibe a relação gramatical de sujeito; no dado (46), a relação estabelecida é a de objeto direto; o dado (47) apresenta a relativa livre como um objeto indireto do verbo da oração matriz; em (48), a relação é de complemento relativo; no dado (49), de complemento nominal; por fim, o dado (52) exibe a relação de adjunto adnominal.

Comparando, brevemente, esses resultados com os de trabalhos preexistentes atesto que, em um primeiro momento, eles corroboram os achados dos estudos desenvolvidos por Brito (1988), Marchesan (2008; 2012) e Gavioli-Prestes (2012) de

³¹ Embora alguns gramáticos (cf. CUNHA; CINTRA (2013[1985])) não considerem a distinção entre objeto indireto e complemento relativo, neste trabalho, adoto-a, por entender que essas relações gramaticais possuem diferenças relevantes, como o fato de o objeto indireto representar um ser animado ao qual se destinam a ação, o processo ou o estado que o verbo acrescido de seu argumento denota. O complemento relativo, por sua vez, “íntegra, com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa” (cf. ROCHA LIMA (2001[1972]), p. 251).

que essa estrutura funciona sintaticamente como sujeito, objeto direto e objeto indireto do predador da oração subordinante. Contudo, os resultados aqui encontrados, como a ocorrência exposta em (52), também se apresentam como um contraponto às afirmações feitas por Marchesan (2008) de que as relativas livres jamais poderiam exercer o estatuto sintático de adjunto adnominal.

Ainda sobre as funções sintáticas que a relativa livre pode desempenhar no escopo da oração principal, vejamos, na tabela 4, o quantitativo das relações gramaticais encontradas.

Tabela 4 – Distribuição das ocorrências quanto à relação gramatical desempenhada

RELAÇÃO GRAMATICAL	GÊNERO TEXTUAL		N	(%)
	ANÚNCIO	CARTA PART.		
Sujeito	214	8	222	69,6
Objeto indireto	50	6	56	17,6
Complemento relativo	11	9	20	6,3
Objeto direto	1	8	9	2,8
Adjunto adnominal	5	4	9	2,8
Complemento nominal	-	3	3	0,9
TOTAL	281	38	319	100

Fonte: elaborado pela autora

Os números expostos na tabela 4 revelam que foram encontradas 222 ocorrências (69,6%) na relação gramatical de sujeito; 56 dados (17,6%) na relação de objeto indireto; 20 ocorrências (6,3% do total) no papel de complemento relativo; 9 dados (2,8%) assumindo o estatuto de objeto direto; 9 dados (2,8%) com o estatuto de adjunto adnominal e, por fim, 3 dados (0,9% do total) na relação de complemento nominal.

De acordo com o levantamento das ocorrências, portanto, nota-se, dentre as relações gramaticais que a relativa livre pode assumir, a predominância de algumas em contraponto ao baixo índice de outras. De modo geral, houve uma maior recorrência a relações gramaticais que atuam no escopo do SV, correspondendo a 307 ocorrências (96,3% do total), das quais se destacam as relações de sujeito e objeto indireto.

Para justificar o cenário descrito na tabela 4 – sobretudo o alto número de dados da relativa livre na relação de sujeito e o baixo índice na relação de adjunto adnominal – recorro à Hierarquia de Acessibilidade, proposta por Keenan e Comrie (1977).

Essa proposta foi feita pelos autores tomando como base uma amostra de aproximadamente 50 línguas, para verificar quais relações gramaticais seriam mais suscetíveis à relativização. O resultado alcançado é a ordem de acessibilidade, da maior para a menor, contida na Figura 2:

Figura 2 – Hierarquia de Acessibilidade

SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO
> OBJETO DE COMPARAÇÃO³²

Fonte: Keenan e Comrie (1977)

Consoante à figura 2, a proposta de Keenan e Comrie (1977) pressupõe que, em termos cognitivos, a posição sintática de sujeito é a mais alta na Hierarquia de Acessibilidade, isto é, a mais facilmente relativizada pelos falantes, ao passo que a relação de objeto de comparação, em contrapartida, é a menos passível de ser relativizada. Além disso, essa distribuição sugere que, se uma língua é capaz de relativizar funções mais à direita da escala, obrigatoriamente, relativizará também todas as outras que a precedem, posicionadas à esquerda.

Aplicando esse modelo à distribuição das relações gramaticais que a relativa livre introduzida por *quem* pode assumir, é possível estabelecer uma correlação entre a frequência das relações gramaticais desempenhadas pela relativa livre e a distribuição das funções relativizadas na Hierarquia de Acessibilidade proposta pelos autores. Assim, o elevado índice de ocorrências desse tipo oracional assumindo a função sintática de sujeito correlaciona-se à predominância desse tipo de relação sintática na referida escala: esse estatuto sintático é o mais acessível, segundo a escala, e o mais recorrente dentre as relações gramaticais que a relativa livre pode desempenhar, sendo responsável por mais da metade dos dados do *corpus*.

Em contrapartida, o baixo número de ocorrências dessa estrutura que funciona como adjunto adnominal pode correlacionar-se, com base na escala proposta por Keenan e Comrie (1977), à baixa acessibilidade à relativização dessa função sintática. Essa relação gramatical, no trabalho de Keenan e Comrie (1977), corresponde à função de genitivo, penúltima na escala descrita.

³² Keenan e Comrie (1977, p. 74) apresentam, como exemplo de relativa de objeto de comparação, a oração *the man who Mary is taller than* (o homem que Mary é mais alto que ele).

A última propriedade concernente à sintaxe da relativa livre introduzida por *quem*, por mim destacada nesta seção, é a posição em que ela aparece quanto à oração principal em que se encaixa. Para tanto, atentemos para as ocorrências (55) e (56).

(55) [...] Não creias que seja incom- modo tratar de seus pequenos negocios, pois **quem trabalha na praça** não acha isso incommodo, e independente d'isso n'aquillo que te possa ser util é só escrever que de bôa vontade te servirei. [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)

(56) [...] Vejo que medis não estar oSobrinho. Manoel. naterra, que [corroído]/telo logo que chegue pella resposta da carta que. envieí, equeirão todos/pacciencia commigo, que. estou longe, então tenho **aquelem. ocupe**, ebem que estou neste desterro. [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)

Os dados (55) e (56) mostram as duas possibilidades de ocorrência disponíveis no *corpus*: anteposta à oração subordinante, como em (55), e posposta a ela, como na amostra (56).

Do ponto de vista quantitativo, a análise dos dados revelou a predominância da anteposição. Das 319 ocorrências encontradas no *corpus*, 224 antepõem-se à matriz – sendo 216 nos anúncios e 8 nas cartas – e apenas 95 delas pospõem-se à cláusula principal – sendo 65 nos anúncios e 30 nas cartas. Vejamos, na tabela 5, a distribuição dos dados no que diz respeito à ordenação, considerando como variável a relação gramatical que a relativa livre assume.

Tabela 5 – Distribuição das ocorrências quanto à posição da relativa livre em relação à oração matriz

ORDENAÇÃO/ RELAÇÃO GRAMATICAL		GÊNERO TEXTUAL		QTD	(%)
		ANÚNCIO	CARTA PART.		
Anteposição	SUJ	213	6	219	69,6
	OD	-	1	1	0,3
	OI	3	1	4	1,3
	CR	-	-	-	-
	CN	-	-	-	-
	AND	-	-	-	-
Posposição	SUJ	1	2	3	0,9
	OD	1	7	8	2,5
	OI	47	5	52	16,3
	CR	11	9	20	6,3
	CN	-	3	3	0,9
	ADN	5	4	9	2,8
TOTAL		281	38	319	100

Fonte: elaborado pela autora

Com base no demonstrativo da tabela 5, é possível afirmar que a posição da relativa livre, em relação à oração matriz, é fortemente condicionada pela relação gramatical por ela desempenhada.

Como exemplificação de que há um condicionamento entre relação gramatical/ordenação, têm-se as relações de complemento relativo, complemento nominal e adjunto adnominal, para as quais, segundo o levantamento, somente foi atestada a posposição. Já para as relações de sujeito, objeto direto e objeto indireto, em contrapartida, foram flagradas as duas possibilidades, a anteposição e a posposição; contudo, nota-se uma predominância da anteposição para os casos de sujeito e da posposição para os casos de objeto direto e objeto indireto.

Esses resultados podem explicar a preferência, no cômputo geral, pela anteposição, visto que a função de sujeito, responsável por mais da metade das ocorrências do *corpus*, aparece em 219 dados anteposta ao verbo com o qual se relaciona, sendo posposta em apenas 3 dados. Acerca da possibilidade de algumas ocorrências aparecerem pospostas ou antepostas à cláusula principal, comentarei mais adiante, na seção reservada às propriedades funcionais.

Descritas as particularidades concernentes à sintaxe da relativa livre introduzida por *quem*, dedico os próximos parágrafos desta seção à explanação das propriedades morfológicas exibidas por essa estrutura.

Acerca dos elementos que podem figurar nessa oração, é possível notar que nela há alguns opcionais (presentes em algumas ocorrências) e outros fixos (presentes em todas elas). Para discutir, inicialmente, acerca dos primeiros, voltemos às ocorrências de (45) a (54).

De acordo com os dados listados em (45) a (54), nota-se que alguns deles exibem um complemento verbal ou termo circunstancial relacionados ao predicator, enquanto outras ocorrências exibem apenas o *quem* e o verbo que a predica.

Assim, os dados destacados em (45) e em (51), por exemplo, manifestam, relacionados aos verbos que as predicam – *perder* e *querer*, respectivamente –, um objeto direto que lhes completa a significação, seja ele representado por um SN, como *um cavalo selado*, em (45), ou por uma oração reduzida, como *alugar*, em (51). A ocorrência destacada em (49), por sua vez, apresenta não apenas o objeto direto que completa o sentido do verbo *manejar* – representado por *as* – como também a expressão circunstancial *para se produzirem tais resultados*, que, sintaticamente, representa uma oração subordinada adverbial final referente ao predicator da relativa. Já o dado destacado em (50) apresenta como predicado apenas o verbo *precisar*; a não expressão do complemento relativo, *de um administrador*, nesse caso, ocorre em virtude de ele ser recuperável no cotexto.

Ainda no tocante aos elementos não usuais da oração em tela, algumas ocorrências, como as negritadas em (53) e (54), exibem outro núcleo verbal adjungido, por coordenação, ao verbo da oração relativa. No caso do dado focalizado em (53), o verbo *denunciar* aparece, por coordenação, adstrito ao verbo *apreender*, como uma alternativa que o anunciante apresenta ao seu interlocutor do que ele pode fazer, na condição de ele ter encontrado o escravo fugido. Na ocorrência em (54), por sua vez, *entregar* aparece coordenado ao verbo *descobrir*, como uma adição ao conteúdo expresso por este vocábulo. À vista disso, para ser recompensado, o interlocutor deve tanto descobrir onde o escravo fugido se encontra quanto entregá-lo à pessoa indicada.

Por fim, como último elemento não obrigatório que compõe a relativa livre introduzida por *quem*, passo a comentar a respeito da presença ou ausência de preposição, antecedendo o pronome *quem*.

Considerando as ocorrências de (45) a (54), nota-se que as destacadas em (45), (46), (50), (51), (53) e (54) não apresentam índice preposicional. Certamente, isso ocorre pelo fato de elas assumirem relações gramaticais em que esse elemento não é requerido, como sujeito – em (45), (50), (51), (53) e (54) – e objeto direto, em (46).

Diferentemente desses casos, as orações destacadas em (47), (48) e (49) exibem esse elemento em razão de a relativa livre exercer, em relação à cláusula matriz, uma função sintática em que a preposição é requerida, a saber: objeto indireto, complemento relativo e complemento nominal. Em (52), a presença do *de* também se deve à relação gramatical desempenhada pela relativa livre, adjunto adnominal, embora essa relação não implique necessariamente a presença de preposição.

Abordados os itens facultativos que o objeto em tela pode exibir, procedo, nos parágrafos ulteriores, à descrição dos elementos recorrentes em todas as ocorrências da relativa livre introduzida por *quem*.

No que diz respeito aos elementos fixos, observa-se que todas elas apresentam o item *quem* em sua composição. Além disso, essa estrutura exibe um constituinte verbal, responsável por conferir-lhes o caráter oracional que exprimem, podendo ser um verbo, como nas ocorrências (45), (46), (47), (48), (49), (50), (51), (53) e (54) – *perder, ir, vir, acoutar, manejar, ter, querer, apreender, descobrir*, respectivamente – ou ainda uma locução verbal, como no dado (52), *ter se esforçado*.

Sobre os elementos supracitados, consideremos, inicialmente, o item *quem*. Do ponto de vista morfológico, as investigações que defendem esse tipo oracional como um exemplar de oração relativa classificam-no como um pronome relativo condensado (cf. ROCHA LIMA, 2001[1972]), pois embutido a ele estaria outro pronome, *aquele*, e, para fins de análise da estrutura, seria preciso desmembrá-la em *aquele que*. Conforme mencionado no capítulo 3 desta dissertação, esse viés analítico apresenta o inconveniente de não analisar a oração tal como ela é, mas, sim, de analisar uma estrutura substituta. Até mesmo alguns gramáticos que defendem esse tipo de cláusula como representativa de uma oração substantiva, como é o caso de Said Ali (2001[1921]), consideram o pronome *quem* como um pronome “relativo indefinido”.

Consoante a abordagem teórico-metodológica que fundamenta essa pesquisa, cumpre-me analisar a língua em uso. Parece-me, em vista disso, contraditório recorrer a substituições em detrimento de considerar os elementos à maneira como eles aparecem. Com base nas ocorrências destacadas de (45) a (54), o *quem*, embora exerça uma função sintática na oração da qual faz parte (sujeito, nesses casos), não faz referência a um termo a ele antecedente. Vejamos melhor essa questão observando as ocorrências (57), (58) e (59).

- (57) A sua carta de 6 do mes proximo passado| me deo grande saptisfação [...] de ter| achado com saúde toda a sua Familia, **á quem| rendo os meus respeitos, que igualmente são derigi=|dos por minha mulher** [...] (Corpus PHPB, carta particular, século XIX)
- (58) EMPREZA PAULISTA|DE|Transporte de cargas, bagagens e encomen|das. [...] No escriptorio da Empresa, á|rua de São Bento numero 37, que estará|aberto das 6 horas da manhã ás|6 da tarde todos os dias úteis, se|receberá os chamados **de quem se|quiser utilizar dos seus serviços**. |São Paulo, 20 de setembro de 1879.| Sampaio & Companhia (*Corpus* PHPB, anúncio de jornal, século XIX)
- (59) VENDE-SE|| A fazenda da Cajazeira com todas as suas| terras de lavoura, plantações e gados, com| todos os seus matos virgens, casa de mora-|da, armazens, senzala, todos os mais pertenc-|es, situada a referida fazenda na freguezia| de São Gonçalo dos Campos, termo da cidade da| Cachoeira: **quem pretender** procure en-|tender-se com o abaixo assignado, senhor da mencionada fazenda, e nella morador. [...] (*Corpus* PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

Os dados em (57), (58) e (59) foram retirados de anúncios de jornal, sendo o primeiro deles um exemplar de oração relativa com antecedente e os outros dois, amostras da relativa livre introduzida por *quem*.

Ao observarmos o dado em (57), é possível perceber que o elemento *quem* exerce duas funções: a primeira delas é retomar anaforicamente o SN *família*, assumindo-o como o seu referente; a segunda é desempenhar uma função sintática no interior da oração relativa, nesse caso, objeto indireto.

Nas ocorrências ressaltadas em (58) e (59), por outro lado, embora o *quem* assuma uma função sintática na oração da qual faz parte – sujeito, em ambos os casos – não é possível dizer que ele faça referência a um termo antecedente. Em (58), ocorrência em que a cláusula exerce, em relação à oração matriz, o papel de adjunto adnominal, ainda que seja a mesma função sintática desempenhada por uma oração relativa restritiva com antecedente, o pronome *quem* não retoma o SN em que se encaixa, nesse caso, *chamados*.

De modo distinto a uma referenciação anafórica, as ocorrências do *corpus* indiciam que esse pronome – juntamente com os outros elementos da relativa livre – parece apontar para um referente circunscrito fora do texto, ou seja, situado no contexto comunicativo. Nos casos exemplificados em (58) e (59), o *quem* e o seu predicado apontam para os possíveis leitores dos anúncios.

Conforme exposto em Rocha Lima (2001[1972]) e Said Ali (2001[1921]), as características básicas para a definição de um pronome como *relativo* parecem ser o fato de ele retomar o antecedente nominal em que se encaixa e de exercer uma função sintática no interior da oração relativa. Vejamos como os autores definem a categoria *pronome relativo*:

Os pronomes relativos são palavras que reproduzem, numa oração, o sentido de um termo ou da totalidade de uma oração anterior. Eles não têm significação própria; em cada caso representam o seu antecedente (ROCHA LIMA; 2001[1972]; p. 166).

Chamam-se pronomes *relativos* aqueles que, referindo-se a um nome ou a outro pronome anteriormente mencionado, o antecedente, iniciam oração subordinada a este. Pode a oração relativa delimitar o sentido do antecedente, como no exemplo “pedra que rola não cria bolor”, e, neste caso, é restritiva; ou acrescentar simplesmente uma explicação, e então será explicativa, como neste exemplo: “contei o fato a Paulo, que por sua vez o contou a Antônio [...] Num e noutro exemplo a palavra *que* é pronome relativo, tendo para antecedentes, respectivamente, *pedra* e *Paulo* (SAID ALI; 2001[1921]; p. 85; grifos do autor)

Em consequência disso, assumo que, quando usado em uma relativa livre, o pronome *quem* não exhibe o comportamento prototípico de um representante da categoria dos pronomes relativos, em virtude de, conforme já demonstrado, esse elemento não estabelecer a retomada de nenhum termo da oração principal, se comparado ao uso desse vocábulo em uma oração relativa com antecedente.

Em adição a isso, atesto uma acepção semântica de indeterminação atribuída ao *quem* em relação ao referente por ele denotado. Diferentemente do que ocorre quando esse pronome é utilizado em uma oração relativa com antecedente, nos casos em que o *quem* faz parte de uma relativa livre, o seu referente não é sintática nem semanticamente recuperável pelo cotexto linguístico.

Tratando, a partir desse ponto, do outro elemento regular à relativa livre introduzida por *quem*, um verbo (ou uma locução) responsável por preencher a posição de predador desse tipo de cláusula, a análise dos dados revelou que esse item pode aparecer conjugado em dois modos: o indicativo e o subjuntivo. Vejamos a distribuição das ocorrências de acordo com o modo do verbo (ou locução verbal) e o gênero textual em que ocorrem, na tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição das ocorrências quanto ao modo verbal da relativa livre

MODO VERBAL	GÊNERO TEXTUAL		QTD	(%)
	ANÚNCIO	CARTA PART.		
Indicativo	8	24	32	10
Subjuntivo	273	14	287	90
TOTAL	281	38	319	100,0

Fonte: elaborado pela autora

Com base na tabela 6, é possível notar que das 319 ocorrências encontradas no *corpus*, a maioria delas, 287 (90%), apresenta o predicador flexionado no subjuntivo, ao passo que apenas 32 dados (10% do total) exibem o predicador no modo indicativo. A tabela 6 revela ainda que, nas cartas particulares, predomina o indicativo, com 24 de 38 dados, ao passo que, nos anúncios, o subjuntivo é quase categórico, com 273 de 281 dados. Acerca dessa realidade encontrada, vejamos os parágrafos subsequentes.

A escolha pelo modo verbal utilizado, por parte do escrevente, parece estar relacionada à intenção com que ele usa essa estrutura. Sobre esse aspecto, vejamos os casos em (60) e (61).

- (60) **Quem tiver escravos para vender de| boa figura e ainda moços**, dirija-se á| Loja de Bastos Camelier & Companhia, á rua| do Commercio número 12 (*Corpus* PHPB, anúncio de jornal, século XIX)
- (61) [...] As graças ou condecorações| podem ser uma coisa appetecivel| e longe de mim o contesta-lo [...] mas Vossa Excelência comprehende| bem que taes mimos não podem| ter influencia sobre o animo| agreste **de quem prefere a| independencia e dignidade ao| validismo embóra dourado.**| (*Corpus* PHPB, carta particular, século XIX)

As ocorrências (60) e (61) demonstram possibilidades morfológicas diferentes para a conjugação do predicador da oração matriz relacionadas a usos distintos dessa mesma estrutura. O dado (60) foi retirado de um anúncio de jornal em que o escrevente usa o trecho “quem tiver escravos para vender de| boa figura e ainda moços” para dizer o que os leitores que estiverem nessa circunstância devem fazer (nesse caso, dirigir-se a um determinado local). Já em (61), a ocorrência “de quem prefere a| independencia e dignidade ao| validismo embóra dourado” é utilizada para demonstrar uma característica pertencente à pessoa que escreve.

Nesses casos, os usos dos verbos *ter* no modo subjuntivo, em (60), e *preferir* no modo indicativo, em (61), estão relacionados à expressão da modalidade, que, consoante Givón (2001; p. 300) “codifica a atitude do falante frente ao conteúdo veiculado pela proposição”. Mais especificamente, esses usos dizem respeito à manifestação da modalidade epistêmica, a qual evidencia o julgamento do falante em termos de verdade, probabilidade, certeza ou crença em relação ao conteúdo enunciado.

Assim, no âmbito da modalidade epistêmica, o uso do subjuntivo, no primeiro caso, relaciona-se à asserção *irrealis*, em que o falante julga a proposição como algo hipotético, possível, provável ou incerto, possivelmente motivada pelo fato de o escrevente não conhecer quem são os seus leitores e se, portanto, eles dispõem da condição por ele descrita. Em contrapartida, a escolha do indicativo, no segundo caso, associa-se à asserção *realis*, em que a proposição é fortemente asserida como verdadeira pelo falante, podendo ter sido motivada, no caso da amostra em (61), pela possível intenção do escrevente em asseverar ao leitor as qualidades que ele pretende demonstrar possuir.

Os usos dos modos indicativo e subjuntivo nos gêneros considerados, conforme descritos anteriormente, podem explicar a predominância do subjuntivo para os anúncios e a do indicativo para as cartas. Com efeito, nos anúncios, os autores fazem uso da relativa livre para indicar a possibilidade de que algo aconteça, a depender da disposição de seus leitores, ao passo que, nas correspondências, os escreventes utilizam essa estrutura, na maioria dos dados, para ressaltar, diante do leitor, as suas qualidades. Em decorrência disso, justifica-se também a preferência do escrevente, no cômputo geral (cf. tabela 6) por conjugar o verbo da relativa livre no subjuntivo, já que o número de ocorrências desse tipo oracional é maior nos anúncios do que nas cartas.

Ainda a respeito do modo em que o verbo da relativa livre pode conjugar-se, conforme descrito no capítulo 3 (mais precisamente na seção 2.3) Marchesan (2012) distingue em grupos diferentes as relativas livres de acordo com o modo verbal em que o seu predador aparece conjugado: as relativas livres indicativas (verbo no modo indicativo) e as relativas livres não indicativas (verbo no infinitivo ou no subjuntivo). A autora justifica a existência de subclasses distintas para as relativas livres pelo fato de as não indicativas comportarem-se de maneira diferente das indicativas em relação a alguns critérios, tais como: (i) ilhas-*wh*, (ii) requerimento de compatibilidade, (iii) verbo da matriz, (iv) sujeito pré-verbal, (v) definitude e (vi) ocorrências em outras línguas. A

seguir, comento os critérios (iii), (iv) e (v)³³, com base em algumas ocorrências do *corpus* por mim analisado.

Em relação ao critério *verbo da matriz*, Marchesan (2012) argumenta que, para as relativas livres não indicativas, há uma restrição quanto aos verbos que podem ocupar a posição do predador da oração matriz em que a relativa se encaixa.

Em seu trabalho, a autora defende que apenas os verbos a seguir podem relacionar-se a uma relativa com verbo em um modo diferente do indicativo: *procurar, encontrar, escolher, arranjar, levar, trazer, dar, faltar, chegar, nascer, enviar, obter, enganar, falsificar, ter e haver*, sendo os dois últimos os mais comuns, segundo ela. Contudo, a análise do *corpus* adotado para esta pesquisa demonstra uma possibilidade de ampliação para essa lista de verbos. Vejamos as ocorrências (62), (63) e (64).

- (62) Precisa-se de um mestre de latim pa- | ra dar lições a um menino dentro desta | cidade; **quem estiver nestas circunstancias** | annuncie para ser procurado. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (63) **Quem precisar de um homem para ad- | ministrador de engenho, o qual tem co- | hecimentos theoricos e praticos da desti- | lar**, dirija-se ao Aterro da Boa Vista, número. 80 | venda. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (64) **Quem quizer carregar a bordo do Bergantim Apolo para Benguella, que pretende seguir até 20 de Março**, falle com Custodio de Souza Guimarães morador no Valongo, ou com o Contramestre a bordo do dito Bergantim. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

Assim, as ocorrências (62), (63) e (64) exemplificam outros verbos que podem predicar a oração matriz, diferentes daqueles elencados pela autora: em (62), temos como predador da oração matriz o verbo *anunciar*; já em (63) aparece o verbo *dirigir-se*, e, no dado (64), o verbo *falar*. A tabela a seguir sintetiza todos os verbos que ocorrem como predador da cláusula matriz a que a relativa livre se subordina, quando o predador desta é representado por um verbo no modo subjuntivo, de acordo com o levantamento das ocorrências encontradas nos anúncios e cartas que compõem o *corpus* deste trabalho:

³³ Os critérios (i) e (ii) não serão comentados nesta dissertação, em virtude de a teoria com que trabalho não dar conta de explicá-los. O critério (vi) também não será por mim discutido, visto que o *corpus* desta dissertação é representativo apenas do PB.

Tabela 7 – Verbos da oração matriz com a relativa livre no subjuntivo

VERBO	Nº DE OCORRÊNCIAS	%
1. Dirigir-se	103	36,4
2. Gratificar	19	6,7
3. Procurar	16	5,7
4. Falar	16	5,7
5. Receber	12	4,2
6. Dar	12	4,2
7. Protestar	12	4,2
8. Recompensar	10	3,6
9. Entregar	9	3,2
10. Anunciar	7	2,5
11. Entender-se	4	1,4
12. Rogar	4	1,4
13. Levar	4	1,4
14. Pagar	4	1,4
15. Ter	4	1,4
16. Oferecer	3	1,1
17. Avisar	3	1,1
18. Haver	3	1,1
19. Mandar	2	0,7
20. Ir	2	0,7

21. Pedir	2	0,7
22. Trazer	2	0,7
23. Deixar	2	0,7
24. Achar	2	0,7
25. Ficar	1	0,35
26. Chegar	1	0,35
27. Aparecer	1	0,35
28. Andar	1	0,35
29. Ver	1	0,35
30. Informar-se	1	0,35
31. Vir	1	0,35
32. Pegar	1	0,35
33. Conduzir	1	0,35
34. Participar	1	0,35
35. Justificar	1	0,35
36. Comparecer	1	0,35
37. Restituir	1	0,35
38. Agradecer	1	0,35
39. Buscar	1	0,35
40. Comunicar	1	0,35
41. Precisar	1	0,35
42. Tratar	1	0,35

43. Falar	1	0,35
44. Fazer	1	0,35
45. Dizer	1	0,35
46. Vender	1	0,35
47. Matar	1	0,35
48. Remeter	1	0,35
49. Obter	1	0,35
50. Ocupar	1	0,35
TOTAL	283	100

Fonte: elaborado pela autora

Tomando como referência os 283 dados provenientes dos anúncios de jornal e das cartas particulares em que o verbo da relativa livre aparece flexionado no modo subjuntivo³⁴, constatei um total de 50 verbos diferentes atuando como predicator da oração matriz dos quais predomina o verbo *dirigir-se*, com 103 dados (36,4% do total).

Considerando os resultados expostos na tabela 7, os achados da pesquisa aqui empreendida podem representar uma ampliação em relação ao estudo desenvolvido em Marchesan (2012), visto que, nele, a autora aponta como possíveis de predicar uma oração matriz à qual se subordina uma relativa livre com verbo no subjuntivo um total de 16 verbos diferentes, ao passo que, a análise feita a partir dos anúncios e das cartas mostra que esse número pode chegar a 50 verbos diferentes. Além disso, o verbo mais frequente dessa lista, com mais de 100 ocorrências, não foi citado nos trabalhos anteriormente realizados.

Quanto ao critério *sujeito* pré-verbal, Marchesan (2012) também defende que há uma restrição, nas relativas livres não indicativas, de que, quando na função sintática

³⁴ Conforme demonstra a tabela 6, foram encontradas, no *corpus* analisado, 287 ocorrências da relativa livre introduzida por *quem* cujo predicator aparece flexionado no modo subjuntivo. Contudo, 4 dessas ocorrências encaixam-se em um vocábulo de natureza nominal, presente na cláusula matriz. Por esse motivo, foram consideradas, para a tabela 7, apenas os dados em que (i) o verbo da relativa livre conjuga-se no subjuntivo e (ii) a relativa livre encaixa-se em um vocábulo de natureza verbal, totalizando 283 ocorrências.

de sujeito, elas resistiriam à anteposição, ou seja, não poderiam apresentar-se antepostas ao verbo da oração matriz. Sobre esse aspecto, mais uma vez, as ocorrências do *corpus* por mim analisado oferecem uma proposta de alargamento das possibilidades descritas por estudos anteriores, visto que dados como o (62), o (63) e o (64) exibem o verbo no subjuntivo, com a relativa livre na relação gramatical de sujeito e anteposta ao verbo da cláusula matriz.

Finalmente, no que concerne ao critério *definitude*, Marchesan (2012) afirma que as relativas livres não indicativas aceitam um sintagma indefinido antes do pronome que as introduz, com a ressalva de que, nas subjuntivas, há a substituição do pronome *quem* pelo *que*, após a inserção do respectivo sintagma. No caso das relativas livres indicativas, por outro lado, não seria permitida a inserção de um sintagma marcado pela indefinitude, apenas de uma expressão definida. Sobre esse fato, atentemos para os dados em (65) e (66) e as suas paráfrases em (65a) e (66a).

(65) **Quem precisar de um moço para escrever|em casas de negocio com todas as habilita-ções necessarias**, dirija-se á rua do Quartel|número 45. (*Corpus* PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

(65a) Qualquer um que precisar de um moço para escrever|em casas de negocio com todas as habilita-ções necessarias, dirija-se á rua do Quartel|número 45.

(66)[...] **quem trabalha na praça** não acha isso incommodo, e independente d'isso n'aquillo que te possa ser util é só escrever que de bôa vontade te servirei. [...] (*Corpus* PHPB, carta particular, século XIX)

(66a) [...] qualquer um que trabalha na praça não acha isso incommodo, e independente d'isso n'aquillo que te possa ser util é só escrever que de bôa vontade te servirei. [...] (*Corpus* PHPB, carta particular, século XIX)

Os dados supracitados e as suas paráfrases demonstram que é possível a inserção de expressões de valor indefinido – a exemplo de *qualquer um* – tanto no caso de uma relativa subjuntiva, como a exposta em (65), quanto em uma indicativa, como a exibida em (66).

Feitas as considerações precedentes, julgo desnecessário, para esta análise, tratar em grupos distintos ocorrências da oração em estudo a depender do modo verbal em que elas ocorrem, visto que, com base nos dados aqui investigados, três das

restrições elencadas por Marchesan (2012) não se aplicam aos casos de relativa livre cujo predador é um verbo no subjuntivo.

Em síntese, nesta seção, explicitarei características alusivas ao polo formal da relativa livre introduzida por *quem*. No plano sintático, atestei que essa estrutura pode encaixar-se tanto em uma base verbal quanto em uma base nominal, podendo assumir seis relações gramaticais de caráter nominal distintas; além disso, constatei que ela pode vir anteposta ou posposta à oração matriz e que essa ordenação está diretamente relacionada às relações gramaticais que desempenha.

No plano morfológico, destaquei o fato de esse padrão linguístico constituir-se de elementos fixos e outros opcionais; verifiquei ainda as possibilidades quanto aos modos verbais em que se apresentou o elemento predador desse tipo oracional; por fim, evidenciei a perda de uma das propriedades de pronome relativo atribuídas ao *quem*, quando comparada à recorrência que a ele é feita na relativa com antecedente. Feito isso, na seção seguinte, procedo à exposição das propriedades funcionais do objeto analisado.

4.2 Propriedades funcionais da relativa livre introduzida por *quem*

No âmbito das características de cunho funcional que a relativa livre introduzida por *quem* assume, no *corpus* considerado, abordo, inicialmente, as propriedades semânticas que ela exibe e, em seguida, discuto aspectos de natureza discursivo-pragmática que podem subjazer à utilização dessa estrutura pelos escreventes de anúncios de jornais e de cartas particulares no século XIX.

4.2.1 Aspectos Semânticos

Conforme descrito na seção concernente às propriedades formais, a relativa livre introduzida por *quem* é constituída por alguns elementos obrigatórios (presentes em todas as ocorrências), como o pronome *quem*, e por uma palavra de natureza verbal.

Nos parágrafos subsequentes, passo a comentar sobre a arquitetura semântica desse tipo de oração, com base nos itens fixos que ela apresenta. Primeiramente, faço considerações sobre o referente para o qual o pronome *quem* aponta. Em seguida, discorro sobre algumas propriedades semânticas exibidas pela relativa livre, a saber: o tipo semântico de verbo que nela figura, o papel semântico do *quem* (atribuído pelo

verbo da relativa livre), o tipo semântico de verbo em que ela se encaixa (presente na cláusula matriz) e o papel semântico do *quem* (atribuído pelo verbo da cláusula matriz).

Acerca do primeiro ponto contemplado – o referente para o qual o pronome *quem* aponta – atentemos, inicialmente, para os dados destacados de (67) a (69).

(67) No dia 10 do Corrente fugio [...]um escura-|vo de nome Benedicto [...] **quem o entregar| n'esta Cidade a sua Mãe Dona Anna Maria de Souza| e na Villa de Jacarehy ao mesmo Senhor**, receberá as| alviças. (*Corpus PHPB*, anúncio – achados e perdidos, século XIX)

(68) **Quem for economico** não deixará de ir á GRANDE LOJA DO PREÇO FIXO [...] (*Corpus PHPB*, anúncio – compra, venda e aluguel, século XIX)

(69) Precisa-se **de quem saiba trabalhar em maceira n'uma padaria** [...]. (*Corpus PHPB*, anúncio – prestação de serviços, século XIX)

Como já dito na seção 4.1, dados como os negritados em (67), (68) e (69) referem-se, claramente, aos possíveis leitores dos anúncios, especialmente aquele que entregar o escravo fugido, em (67), for econômico, em (68), e saiba trabalhar em “maceira numa padaria”, em (69). Nesses casos, o anunciante parece não fazer referência a um leitor em específico, mas sim uma referência genérica/não definida, na classificação adotada por Chafe (1979) para os traços semânticos dos nomes, visto que (i) o *quem* engloba todos os possíveis leitores dos anúncios, desde que façam/exibam a ação/característica expressa pelos Sintagmas Verbais que seguem esse elemento e (ii) o referente do *quem* é de identidade desconhecida pelo anunciante.

As ocorrências da relativa livre, no *corpus*, sugerem, portanto, que, do ponto de vista semântico, ela denota uma ideia de genericidade e de imprecisão (não definição), em virtude da semântica exibida pelo pronome que a introduz. Ainda que o verbo (ou locução) que a compõe (acrescido ou não de outros itens) pareça atenuar o sentido generalizante e impreciso expresso pelo elemento pronominal, quando se observa o sentido da oração como um todo – com base em seu uso – ainda é possível atestar a aceção genérica e, portanto, não definida que ela manifesta. Exemplo disso pode ser percebido na ocorrência (68): se considerarmos todos os leitores que possuem a característica de serem econômicos, não conseguiríamos identificar, nesse caso, um referente específico para o qual a expressão “quem for econômico” remete, visto que ela parece apontar para a totalidade dos leitores que prezam a economia e não apenas para um indivíduo em particular.

Todavia, uma análise mais completa do *corpus* revela que, em relação ao referente para o qual o *quem* da relativa livre aponta, nem todas as ocorrências fazem remissão aos possíveis leitores dos textos analisados. Sobre essa questão, vejamos a tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição das ocorrências em função do referente do *quem*

REFERENTE	GÊNERO TEXTUAL		QTD	(%)
	ANÚNCIO	CARTA PART.		
1ª Pessoa	1	17	18	5,6
2ª Pessoa (geral)	261	-	261	81,9
2ª Pessoa (definida)	17	1	18	5,6
3ª Pessoa (geral)	2	17	19	6,0
3ª Pessoa (definida)	-	3	3	0,9
TOTAL	281	38	319	100

Fonte: elaborado pela autora

De acordo com a tabela 8, é possível notar que, nas ocorrências, há três referentes possíveis para os quais o *quem* pode apontar: em 18 ocorrências (5,6%) alude à primeira pessoa da enunciação, isto é, o próprio autor do texto; em 279 dados (87,5%) à segunda pessoa da enunciação, ou seja, o(s) interlocutor(es) a quem o texto é endereçado; e, por fim, em 22 *tokens* (6,9%) refere-se à 3ª pessoa, isto é, o objeto do qual os interlocutores tratam ao longo do ato de escrita. Em relação aos dois últimos referentes – a segunda e a terceira pessoas – a tabela revela ainda que eles podem ter uma acepção semântica mais geral, em 280 dados (87,9% do total), ou mais definida em 39 ocorrências (12,1% do total). Vejamos as amostras de (70) a (74), que exemplificam todos os referentes para os quais o *quem*, na relativa livre, aponta, segundo os dados considerados.

(70) [...] não declaro o portador desta por. estar aespera **dequem sair pri=meiro que mepoça conduzir o cobre** (*Corpus* PHPB, carta particular, século XIX)

(71) [...] Anexa á cadeira de Pharmacia está a offi-|cina onde se manipulam as preparações. É, par-|ticularmente, para esta que tenho chamado sempre| a atenção **de quem póde satisfazerlhe as necessida-|des**. Porém tem sido

debalde o clamor de muitos| annos! [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)

(72) [...] **Quem quizer arrendar um sítio com grande plantação de Café** procure a Lidoro Victor Galle para contratar-se pois o mesmo está a mudar-se para o Sertão. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

(73) [...] por elle foi encontrado na Ponte da Boa- | vista, huma trouxa de roupa suja: **quem | pois, for seu dono**, dirija-se a secretaria da | prefeitura, que dando os signaes cerios, lhe | será entregue. || Recife 28 de Novembro de 1840. || Lhiz Francisco Barbalho (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

(74) [...] Nossos respeitos á Excelentissima Senhora, e| a toda a sua illustre familia, e disponha| como quizer **de quem pensa ser com subida| estima e gratidão De VossaExcelência| Affectuoso Amigo e Obrigado Colega** (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)

O dado ilustrado em (70) provém de uma carta pessoal em que o remetente escreve ao seu senhor informando-lhe que, caso falte uma parte da quantia de dinheiro que o escrevente mandaria para ele, iria enviá-la em outra oportunidade, quando a primeira tropa que possa levar sair. Em um determinado trecho da correspondência, o autor diz que não pode ainda declarar a identidade do portador, “por estar a espera *de quem sair primeiro que me possa conduzir o cobre*”. O uso do *quem*, nesse dado, não faz referência a nenhum dos interlocutores, mas sim a uma terceira pessoa fora da enunciação, que tanto o remetente quanto o destinatário não sabem exatamente quem é. Nesse caso, trata-se, portanto, de uma referência não definida/genérica.

A ocorrência (71) também foi retirada de uma carta particular. Nela, um professor de uma faculdade baiana escreve ao encarregado pela confecção das memórias históricas da referida instituição de ensino, para contar-lhe acerca das características físicas do lugar e de como conduz as aulas por ele ministradas. Em um trecho da correspondência, o docente reclama que a faculdade não dispõe de verba suficiente para realizar “preparações” em larga escala e que isso já fora informado, havia anos, à pessoa (ou às pessoas) que poderia(m) resolver o problema. Para referir-se a ela(s), o autor o faz por meio da expressão “é, particularmente, para esta que tenho chamado sempre à atenção *de quem pode satisfazer-lhes as necessidades*”. Nesse caso, o *quem*, assim como no dado (70), faz referência a uma terceira pessoa. Contudo, nesse exemplo, a identidade dela parece ser de conhecimento do remetente, embora ele pareça

não querer expô-la ao destinatário. Esse dado representa um uso em que o *quem* assume um referente semanticamente definido/não genérico.

As ocorrências em (72) e (73), por sua vez, foram retiradas de anúncios de jornal. Na primeira delas, o escrevente anuncia às pessoas que tiverem interesse a existência de um sítio a ser arrendado. Para fazer referência aos possíveis arrendadores, utiliza-se de “*quem quiser arrendar um sítio com grande plantação de café procure a Lido Victor Galle*”. No segundo anúncio, o escrevente divulga que uma trouxa de roupa suja foi encontrada e pede que aquele que reclama o desaparecimento, o possível dono, vá buscá-la, referindo-se a ele pela expressão “*quem, pois, for seu dono*”. Em ambos os anúncios, a relativa livre é utilizada pelos anunciantes para dirigir-se aos possíveis leitores dos reclames, referindo-se à segunda pessoa da enunciação, portanto. Apesar disso, enquanto em (72) essa oração pode remeter a qualquer leitor, assumindo, dessa maneira um sentido não definido/genérico, em (73), por seu turno, ela refere-se a apenas um leitor, aquele a quem pertence o objeto encontrado, possuindo um caráter definido/não genérico.

A ocorrência (74), por fim, foi extraída de uma carta particular, na qual o remetente escreve a um amigo com o intuito de informar-lhe que já fizera o favor solicitado, em outra correspondência, pelo destinatário. Ao fim da carta, o autor, para despedir-se do amigo, faz uso da oração “*de quem pensa ser com subida estima e gratidão de vossa excelência afetuoso amigo e obrigado colega*”. Nesse caso, o escrevente usa uma relativa livre para referir-se a si mesmo, isto é, à primeira pessoa da enunciação, conferindo-lhe, portanto, uma aceção apenas aparentemente genérica e não definida, visto que o referente para o qual ela aponta não é qualquer pessoa e não é desconhecido por nenhum dos participantes do ato comunicativo.

Com base na explanação acerca dos referentes indicados pelo pronome, nesse tipo de cláusula, percebe-se que, na maioria das ocorrências, o *quem* representa um referente de fato genérico/não definido, por ser desconhecido por parte do escrevente. Em outras, não obstante, a expressão de genericidade/não definição é apenas um fenômeno de superfície, sobretudo, nos casos em que aponta para o próprio escrevente.

Assim, de acordo com os dados, na relativa livre, o pronome *quem* aponta para um referente marcado pelos traços semânticos [+ANIMADO], [+HUMANO], [+/-

DEFINIDO/GENÉRICO], conforme proposta de Chafe (1979) para os traços semânticos dos nomes³⁵.

Os traços [+ANIMADO] e [+HUMANO] não são variáveis, porque, em todos os casos, focaliza ou os possíveis interlocutores dos anúncios/cartas ou ainda uma terceira pessoa, a respeito da qual os escreventes falam.

Os traços [+/-DEFINIDO/GENÉRICO], por sua vez, são variáveis. Conforme demonstrado pelas ocorrências de (70) a (74), em alguns casos – como nos dados (70) e (72) – o *quem* faz referência a uma coletividade, e a identidade de seu referente é desconhecida tanto pelo escrevente quanto pelo leitor. Noutros, por sua vez – como nas amostras (71), (73) e (74) – ele remete a um referente em particular cuja identidade conhecida por um dos interlocutores ou por ambos.

Outro fator observado, com base na exposição feita acerca do referente do *quem*, nesse tipo oracional, é o caráter dêitico exibido por esse pronome em algumas ocorrências desse padrão linguístico.

Nos termos defendidos por Benveniste (1976[1966]) – concepção de *dêixis* adotada por esta pesquisa – as entidades dêíticas são consideradas signos “vazios”, pois eles não possuem um significado próprio, mas, sim, uma significação que é instituída com base no contexto em que a palavra ou expressão é utilizada.

No âmbito da *dêixis* pessoal, o autor faz uma distinção entre pessoa e não pessoa, sendo “aquela que fala” a primeira pessoa, “aquela a quem nos dirigimos” a segunda pessoa, e, por fim, “aquela que está ausente”, a terceira pessoa. Contudo, para Benveniste (1976[1966]), o estatuto de dêitico só pode ser atributivo dos termos que indicam a primeira e a segunda pessoas, visto que elas fazem alusão a um participante da enunciação e a um discurso sobre ele. A terceira pessoa (ou a não pessoa, nas palavras do linguista), por seu turno, alude a algo ou alguém ausente da enunciação, não sendo, por esse motivo, considerado um elemento dêitico.

Considerando a análise das ocorrências de (70) a (74), com base na teorização feita por Benveniste (1976[1966]) sobre o fenômeno da *dêixis*, é possível afirmar que os dados do objeto em foco possuem caráter dêitico nos casos em que eles apontam para o autor dos anúncios ou das correspondências pessoais bem como nas situações em que eles apontam para os seus possíveis leitores, na medida em que o referente dessas ocorrências só pode ser interpretado com alusão à situação comunicativa instaurada.

³⁵ Embora Chafe (1979) trate os traços [DEFINIDO] e [GENÉRICO] de forma independente, nesta análise, optei por agrupá-los, visto que as ocorrências do *corpus* mostram que eles estão correlacionados.

Cumprido o objetivo inicial desta seção – descrever o referente para o qual o pronome *quem*, na relativa livre, aponta – daqui em diante, tratarei dos tipos semânticos de verbos que nela ocorrem e dos papéis semânticos que o *quem* assume em relação ao verbo da relativa.

Acerca dos verbos (ou locuções verbais) que podem figurar nessa estrutura, verifiquei, com base no levantamento de dados do *corpus*, não haver restrição quanto ao tipo semântico de verbo que nela ocorre, com base nos agrupamentos semânticos para os verbos defendidos por Chafe (1979) e Borba (1996; 2002)³⁶. Para a demonstração desse aspecto, vejamos a tabela 9.

Tabela 9 – Distribuição das ocorrências quanto ao tipo semântico de verbo da relativa livre

TIPO SEMÂNTICO DO VERBO	GÊNERO TEXTUAL		QTD	(%)
	ANÚNCIO	CARTA PART.		
Estado	162	20	182	57,1
Ação-processo	78	6	84	26,3
Processo	22	1	23	7,2
Ação	11	11	22	6,9
Processo/Estado	5	-	5	1,6
Estado/Ação-processo	2	-	2	0,6
Ação-processo/Ação	1	-	1	0,3
TOTAL	281	38	319	100,00

Fonte: elaborado pela autora

A tabela 9 mostra que, nas ocorrências coletadas no *corpus*, aparecem os quatro tipos semânticos de verbos propostos por Chafe (1979) e Borba (1996, 2002) para essa categoria: 182 (57,1%) de estado, sendo 162 nos anúncios e 20 nas cartas; 84 (26,3%) de ação-processo, sendo 78 nos anúncios e 6 nas cartas; 23 (7,2%) de processo, sendo 22 nos anúncios e 1 nas cartas; e, por fim, 22 (6,9%) de ação, sendo 11 nos anúncios e 11 nas correspondências.

De acordo com a tabela 9, é possível perceber também que, em alguns reclames, ocorre uma particularidade: aparece verbos de tipos semânticos diferentes coordenados nas seguintes combinações: ação-processo/ação, 1 ocorrência (0,3%); processo/estado, 5 ocorrências (1,6%); e estado/ação-processo, 2 ocorrências (0,6%). Acerca desse fato, vejamos as amostras (75), (76) e (77).

³⁶ Embora haja, na literatura linguística, outras propostas de tipologia semântica de verbos – a exemplo de Schlesinger (1995), Sheibman (2000) e Tavares (2007) – optei por Chafe (1979) e Borba (1996; 2002), por entender que elas atendem aos propósitos desta pesquisa, apesar das limitações implicadas.

- (75) Perdeu-se| O recibo número 15,361 da Caixa Economica; **quem o tiver achado|e quizer entregar na Rua das Flôres número 60**, muito se lhe|agradecerá. [...] (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)
- (76) Fugio do engenho São José no termo da| matta, hum escravo por nome Athualpa [...] **quem o| descobrir e entregar a Teixeira filho e companhia || nesta cidade ou no mesmo engenho**, será bem | recompensado. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)
- (77) Ao Coronel José Pedro Galvão há mais de| anno fugio-lhe uma preta de nação, de nome Maria,| idoza, magra desdentada [...] **quem d'ella tiver notícias e va levar a seu| Senhor** receberá alviçaras [...]. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

As ocorrências em (75), (76) e (77) exemplificam casos de relativa livre nos quais há a adjunção de uma oração coordenada, cujo verbo é de outro tipo semântico. Em (75), por exemplo, a ação codificada pela oração matriz (muito se lhe agradecerá), depende tanto de o leitor *achar* (verbo de processo) o recibo perdido quanto de *querer entrega-lo* (*querer*, verbo de estado). Em (76), a recompensa oferecida depende não somente do fato de o leitor *descobrir* (verbo de ação) onde se encontra o escravo fugido, mas também de *entrega-lo* (verbo de ação-processo) à pessoa indicada. Raciocínio semelhante pode ser aplicado à ocorrência em (77), segundo a qual o leitor só receberá alviçaras, caso *tenha notícias* da escrava Maria (*ter*, verbo de estado) e *leve-as* (verbo de ação-processo) ao seu senhor. Por esse motivo, optei por acrescentar aos quatro tipos semânticos de verbos, propostos pelos autores, as possíveis coordenações desses tipos semânticos, flagradas no *corpus*.³⁷

No relacionamento entre predicador (verbo) e os termos que lhe servem de argumento, a palavra verbal atribui-lhes papéis (funções semânticas). Os papéis semânticos, segundo Cançado (2005, p. 111), concernem à “relação do evento com a estrutura conceitual mental, e da estrutura conceitual mental com a sintaxe”. Nos

³⁷ No *corpus* também foram encontradas ocorrências do objeto analisado em que há a adjunção de uma oração coordenada iniciada pela conjunção *ou*, como no exemplo “**Quem o apprehender ou denunciar onde elle es-|tiver** será bem recompensado” (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX). Por tratar-se de uma adjunção que exprime a ideia de alternância, sendo necessária apenas uma das opções para que o exposto na oração principal seja cumprido, optei por não considerar a cláusula iniciada por *ou* na análise dos dados.

parágrafos subsequentes, então, passo a comentar os papéis semânticos que o *quem* assume em relação ao predicador da relativa livre³⁸.

Do ponto de vista semântico, o pronome *quem* exerce uma gama vária de papéis. Vejamos, na tabela 10, os diferentes papéis semânticos assumidos pelo pronome *quem* nas ocorrências da relativa livre do *corpus* investigado.

Tabela 10 – Distribuição das ocorrências quanto ao papel semântico de *quem* atribuído pelo verbo da relativa livre

PAPEL SEMÂNTICO	GÊNERO TEXTUAL		QTD	(%)
	ANÚNCIO	CARTA PART.		
Experienciador	127	11	138	43,3
Agente	90	16	106	33,2
Suporte	56	8	64	20,0
Beneficiário	1	3	4	1,3
Suporte e Experienciador	5	-	5	1,6
Suporte e Agente	2	-	2	0,6
TOTAL	281	38	319	100,00

Fonte: elaborado pela autora

Os quantitativos expostos na tabela 10 mostram que o pronome *quem* exerce os seguintes papéis semânticos: experienciador, em 138 ocorrências (43,3% do total), sendo 127 nos anúncios e 11 nas cartas; agente, em 106 ocorrências (33,2% do total), sendo 90 nos anúncios e 16 nas cartas; suporte, em 64 dados (20% do total), sendo 56 nos anúncios e 8 nas cartas; e beneficiário, em 4 ocorrências (1,3% do total), sendo 1 nos anúncios e 3 nas cartas. Além disso, nos anúncios de jornal, ele acumula os papéis de suporte e experienciador em 5 dados (1,6% do total) e de suporte e agente em 2 dados (0,6% do total).

Para exemplificar os papéis semânticos exercidos pelo *quem*, atentemos para as ocorrências em (78), (79) e (80).

(78) **Quem se queixa de uma negra nova de tanga| perdida**, venha a casa de Manoel Francisco Braga (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

(79) Almeida e Costa, comprão para remeterem| para fora da Provincia, huma escrava [...] **quem a tiver, | e queira dispor**, pode dirija-se ao escriptorio dos| mesmos (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

³⁸ Embora a relativa livre introduzida por *quem* possa exibir outros termos de natureza argumental, conforme demonstrado na seção concernente às propriedades formais, opto por analisar apenas o papel semântico do *quem* em virtude de ele ser um termo recorrente em todas as ocorrências.

- (80) Perdeu-se, ou furtarão um alfinete de peito com um bri-|lhante grande amarellado, um pouco razo, tendo á roda do bri-|lhante um circulo de oiro lavrado, o pé é direito e tem qua-|tro brilhantes pequenos unidos; havendo ja a falta de um. [...] pede-se á pede-se **a quem for| oferecido para comprar**, que avisem a pessoa supra.

O dado destacado em (78) exemplifica um caso do pronome *quem* associado a um verbo de ação, *queixar-se*, exercendo o papel semântico de agente. Na ocorrência (79), o elemento *quem* aparece relacionado ao verbo de estado *tiver* e, coordenado a ele, aparece o verbo *querer* também com valor semântico de estado, nesse caso, o *quem* exerce tanto o papel de suporte de propriedades (ter uma escrava que atenda aos requisitos do comprador, nesse exemplo) – considerando a classificação de Borba (1996, 2002) – quanto de experienciador (ter intenção de vender essa escrava, nesse caso). Na amostra (80), por fim, o *quem* exerce o papel semântico de beneficiário do conteúdo expresso pela locução verbal *for oferecido*.

Em relação aos tipos semânticos do predicator da cláusula matriz, o levantamento dos dados revelou que também não há restrição a nenhum dos quatro tipos de verbos propostos por Chafe (1979) e Borba (1996; 2002). Vejamos a distribuição dos verbos da oração principal por tipo semântico na tabela 11.

Tabela 11 – Distribuição das ocorrências quanto ao tipo semântico de verbo da oração matriz

TIPO SEMÂNTICO DO VERBO	GÊNERO TEXTUAL		QTD	(%)
	ANÚNCIO	CARTA PART.		
Ação	189	16	205	66,8
Processo	13	-	13	4,2
Ação-processo	70	6	76	24,8
Estado	5	8	13	4,2
TOTAL	277	30	307	100,00

Fonte: elaborado pela autora

A tabela 11 revela que foram identificadas 307 ocorrências do objeto de estudo encaixadas a um termo de natureza verbal. Desse número, a maioria dos dados, 205 ocorrências (66,8% do total), encaixa-se em um verbo de ação, sendo 189 presentes nos anúncios e 16 nas cartas; 13 dados (4,2% do total) ligam-se a um verbo de processo, todos presentes nos anúncios; 76 construtos (24,8% do total) encaixam-se a um verbo de ação-processo, estando 70 nos anúncios e 6 nas cartas particulares; e, por fim, 13

ocorrências (4,2% do total) aparecem encaixadas em verbos que exprimem a noção de estado, sendo 5 nos anúncios e 8 nas cartas pessoais.

No que concerne aos papéis semânticos atribuídos ao *quem* pelo verbo da oração matriz³⁹, vejamos a tabela 12, com o quantitativo encontrado no *corpus*.

Tabela 12 – Distribuição das ocorrências quanto ao papel semântico do quem atribuído pelo verbo da matriz.

PAPEL SEMÂNTICO	GÊNERO TEXTUAL		QTD	PORC (%)
	ANÚNCIO	CARTA PART.		
Agente	177	5	182	59,3
Beneficiário	77	6	83	27,0
Alvo	23	2	25	8,1
Paciente	-	9	9	3,0
Suporte	-	8	8	2,6
TOTAL	277	30	307	100

Fonte: elaborado pela autora

Conforme demonstrado na tabela 12, a análise dos dados aponta para cinco papéis semânticos distintos que esse pronome pode assumir, a saber: agente, beneficiário, alvo, paciente e suporte.

Dos papéis semânticos comuns aos dois gêneros analisados, o mais frequente deles é o de agente, com 182 ocorrências (59,3% do total), sendo 177 delas encontradas nos anúncios e 5 nas cartas; em seguida, aparece o papel de beneficiário, totalizando 83 ocorrências (27% do total), das quais 77 compõem os anúncios e 6 as cartas; depois, aparece o papel semântico de alvo, em um total de 25 ocorrências (8,1% do total), em que 23 estão nos anúncios e 2 nas cartas. A recorrência aos outros papéis semânticos, por sua vez, limita-se às cartas particulares, com 9 dados (3% do total) que assumem o papel de paciente e 8 (2,6% do total) com o papel de suporte.

Os dados a seguir ilustram os tipos semânticos de verbo em que a relativa livre se encaixa e os papéis semânticos que o *quem* assume em relação ao verbo da matriz.

³⁹ Com base na análise dos dados do *corpus*, entendo que não é o *quem* isoladamente que exerce um papel semântico em relação ao verbo da oração matriz, mas, sim, esse pronome acrescido do restante do conteúdo proposicional que compõe a relativa livre. Contudo, nesta análise, opto por atribuir o papel semântico apenas ao *quem*, em virtude de as teorizações a respeito desse tópico, até então desenvolvidas, não preverem a possibilidade de uma oração inteira poder assumir um papel semântico no escopo da cláusula a que se subordina.

- (81) [...] Não quero graças com este nego-|cio, por desejar mostrar que| sou um dos homens bons e| da governança da terra. Hoje| é sexta feira, e segundo a folhinha| amanhã deve ser sabbado, dia| em que por estylo vem **quem| pode**. [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)
- (82) [...] e este disse-me que não| se metia nisto que o Felis dis|-se ao Jose Deziderio vaqueiro de S.| Domingos que **quem botasse caxor|ro no gado delle** que malava| tanto lhe aparecesse de chum-|bo, estão os vaqueiros todos temo-|rizados [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)
- (83) [...] Eu é que não tenho coregem de deixar| o que é meu e o que me está con-|fiado, a mercê de soldados e dos| jagunços; aqui me acho só com| o meu filhinho, e, só no ultimo re-|curso abandonarei, salvo si, an-|tecipadamente me deixarem sem| vida; não sei si dando-se esse| caso extremo haverá **quem arrecade al-|gumas cousas que restar** [...] (*Corpus PHPB*, carta particular, século XIX)
- (84) A Luiz de Figueiredo Neves, morador em São Bartholomeu, fugirão na noite de 15 do mez de setembro dous escravos [...] O annunciante recompensara' devidamente **a' quem os apprehender**, assim como protesta uzar de todo o direito que as leis lhe dão contra aquele que os acoitar, ou tiver seduzido. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)
- (85) Desapareceo ao doutor João das Chagas Andrade no dia 25 do mez próximo passado um escravo cabra de 20 a 24 annos de idade comprado ao senhor João Innocencio de Faria [...] Protesta-se tambem **contra quem o acoitar**. Procure-se ao ilustríssimo senhor tenente coronel Jose'Bazilio da Gama Villas Boas, a quem esta' affecto este negocio. (*Corpus PHPB*, anúncio, século XIX)

Em (81), a ocorrência “quem pode” aparece encaixada no verbo de ação *vir*, predador da oração matriz, e o *quem* exerce o papel semântico de agente da ação por ele expressa; em (82), o dado “quem botasse cachorro no gado dele” aparece relacionado a um verbo de ação-processo, nesse caso, *matar*, contudo, diferentemente de (81), o *quem* representa o paciente da ação verbal; em (83), a ocorrência “quem arrecade algumas cousas que restar” encaixa-se no verbo de estado *haver*, assumindo o pronome, em relação a ele, o papel de suporte; em (84), o dado “a' quem os apprehender” relaciona-se com o verbo de ação-processo *recompensar*, com o *quem* representando o beneficiário da ideia expressa por ele; e, por fim, em (85), a amostra “contra quem o acoitar” subordina-se ao verbo processual *protestar*, que atribui ao pronome, nesse dado, a função semântica de alvo.

Ressalvo que, no dado disposto em (85), a ideia de alvo não corresponde a um lugar físico, pois o referente do *quem*, em “contra quem o acoitar”, possui traços

[+ANIMADO] e [+HUMANO]. Nesse caso, o uso dessa ocorrência pode corresponder a uma extensão metafórica da noção de local, conceptualizando o referente como o lugar metafórico para onde os protestos do anunciante são direcionados.

Nesta parte da análise, descrevi particularidades semânticas do fenômeno linguístico estudado, tais como: o referente para o qual o pronome *quem*, nesse tipo oracional, aponta; o tipo semântico de verbo que predica a relativa livre; o papel semântico do *quem* atribuído pelo verbo da relativa; o tipo semântico de verbo em que a relativa se encaixa; e, por último, o papel semântico do *quem* atribuído pelo verbo da cláusula principal.

Em relação ao primeiro aspecto considerado, constatei que os elementos dessa oração formam uma unidade de caráter nominal, cujos traços semânticos do elemento que a introduz – o pronome *quem* – são [+ANIMADO], [+HUMANO], [+/-DEFINIDO/GENÉRICO]. Além disso, foi possível observar que o *quem* (acrescido do conteúdo da relativa) aponta para um referente circunscrito na situação comunicativa, possuindo, em alguns casos, um caráter dêitico.

Quanto aos outros aspectos, atestei uma não restrição semântica quanto aos tipos verbais que podem funcionar como predicator desse tipo oracional e ao termo em que ele se encaixa. Constatei, em adição a isso, uma variedade considerável de papéis semânticos que o *quem* pode assumir tanto no escopo do verbo que predica a relativa livre quanto do verbo que predica a oração matriz.

Feito isso, na seção posterior, discuto motivações discursivo-pragmáticas que podem estar subjacentes ao uso e à configuração da relativa livre introduzida por *quem*, no *corpus* pesquisado.

4.2.2 Aspectos discursivo-pragmáticos

Uma das premissas caras às pesquisas orientadas pela LFCU é a consideração de que a língua é moldada por aspectos de natureza discursivo-pragmática. Nesta seção, tenho por objetivo discutir que motivações dessa natureza podem estar subjacentes ao uso da relativa livre introduzida por *quem* no *corpus* estabelecido. Para tanto, analiso algumas ocorrências dessa estrutura à luz de fatores de ordem sociointeracional, como inferência sugerida, (inter)subjetividade e estratégias de polidez e preservação das faces. Por fim, demonstro a atuação do princípio de iconicidade em suas instâncias de uso.

Na seção concernente aos aspectos semânticos do objeto em foco, atentei para o fato de que o pronome *quem* (acrescido do conteúdo da relativa) aponta para um referente que só pode ser identificado com base na situação comunicativa. A partir desses usos, foi possível verificar que a algumas ocorrências estão relacionados fatores de natureza pragmática, como subjetividade e intersubjetividade. Acerca do primeiro ponto, a subjetividade, observemos os dados (86) e (87).

(86) COLCHAS| De todas as cores. Não há **quem tenha melhor sortimento**| LOJA DO CARLOS (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

(87) [...] Nossos respeitos á Excelentissima Senhora, e| a toda a sua illustre familia, e disponha| como quiser **de quem pensa ser com subida| estima e gratidão -|De VossaExcelência| Affectuoso Amigo** [...] (Corpus PHPB, carta particular, século XIX)

É possível atestar, nesses dados, a manifestação da subjetividade dos escreventes dos textos. A ocorrência (86) foi retirada de um reclame de jornal relativo à venda de produtos; nela, o anunciante faz uso da oração “não há quem tenha melhor sortimento” para fazer um julgamento a respeito de si mesmo, como forma de expressar as qualidades que possui (ser o estabelecimento que possui a maior variedade de colchas). O dado em (87), retirado de uma correspondência pessoal, de uma mesma sorte, também apresenta marcada a subjetividade do remetente, visto que, ao despedir-se do destinatário, ele se vale do trecho “disponha [...] de quem pensa ser com subida estima e gratidão de vossa excelência, afetuoso amigo”, como uma forma de expressar a afeição que sente e a consideração que tem por seu interlocutor.

Acerca da intersubjetividade manifestada por essa estrutura, vejamos as ocorrências (88), (89) e (90).

(88) LIVRARIA São BENTO|Está em final liquidação esta livraria; portanto, **quem quizer possuir pelo custo bons romances nacionaes e estrangeiros** é andar depressa.|Tambem pelo custo, papel enveloppes, tinta, cadernetas etc.|As vendas pelo custo são só à dinheiro.|Rua 2, casa número 46. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

(89) São Gonçalo das Moças|| As suas festas estão correndo animadíssimos| lá pelos lados do Bomfim [...] Representa na primeira fila dos promoto-|res dellas a Popular Loja 1º de Se-|tembro. E por isso, resolveu o seu propri|tario, que, sem deixar de ser amigo de s| mesmo, é de todos os seus bons freguezes-| fazer vendas baratissimas para que moço nem| moça, rapaz nem rapariga, tarugo nem taruga| alguma deixe de comparecer nos

sobreditos| festejos [...] E, portanto, chegue **quem quer fazer figura**:| ha alfaiate e ha modista: ha fazendas e ha fi-|gurinos [...] (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

- (90) NA GRANDE LOJA DO PREÇO FIXO [...] É aonde se encontra o maior e mais variado sortimento de| FAZENDAS FINAS E GROSSAS cujos preços admiram. Em ARMARINHO tem enormissimo e completo sortimento. [...] **Quem for economico** não deixará de ir á GRANDE LOJA DO PREÇO FIXO. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

As ocorrências em (88), (89) e (90) exemplificam o caráter intersubjetivo relacionado ao uso da relativa livre, visto que, a recorrência a ela pode ser um mecanismo para os anunciantes expressarem os seus julgamentos sobre as ações/características de seus possíveis leitores e, desse modo, agirem sobre eles.

Assim, em (88), o escrevente faz referência aos leitores que desejarem comprar romances em um preço bom, possivelmente, para persuadi-los a aproveitar a liquidação da livraria São Bento. Em (89), por sua vez, o autor do anúncio aponta para o desejo de seu leitor “fazer figura”, ou seja, ir bem arrumado para uma festa; nesse caso, é possível que o uso da relativa livre seja uma tentativa de convencê-lo a comprar roupas de festa na loja 1º de Setembro. Em (90), por fim, o escrevente alude a uma característica desejada pela maioria dos consumidores (“ser econômico”), para sugerir que, se ele tiver esse atributo ou pretender economizar na hora de fazer suas compras, não deve deixar de visitar a Grande Loja do Preço Fixo, pois lá seria o lugar ideal para os compradores que prezam pela economia. Desse modo, essa explanação mostra que o viés intersubjetivo do uso da relativa livre pode estar centrado na intenção comunicativa primordial do gênero anúncio: persuadir os leitores a aderir ao que é anunciado, isto é, a comprar nos estabelecimentos anunciantes.

Outros aspectos de âmbito discursivo-pragmático que podem estar relacionados ao uso da relativa livre introduzida por *quem* são as estratégias de polidez e de preservação de faces adotadas pelos interlocutores durante um ato linguístico.

Conforme explanação feita no capítulo 2 deste trabalho, em um ato de comunicação – seja falado ou escrito – os participantes fazem uso de mecanismos para assegurar uma boa interação entre si, sobretudo, quando o ato empreendido se constitui como uma potencial ameaça à manutenção de suas faces.

Em relação aos atos de ameaça à face negativa do ouvinte, Brown e Levinson (1977), citam aqueles que demarcam uma ação futura do ouvinte; os quais, quando proferidos, pressionam o ouvinte, de alguma maneira, a atendê-los ou não. Dentre eles,

os autores citam atos como ordens ou pedidos, em que o falante deseja que o interlocutor faça alguma ação. Para exemplificar esse aspecto, tomando por base os dados do *corpus* aqui analisado, vejamos as ocorrências (91) e (92).

(91) Perdas || No dia 5 do corrente um Bilhete da quantia de 32 & réis [...] **quem o tiver achado, e o quiser entregar na Rua da Madre Deos**, loja do Senhor Jozé Joaquim da Costa Leite (visto o passante já estar prevenido de nao' pagar se nao' ao annunciante) será gratificado. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

(92) Sei, que se está reimprimindo| n'essa capital a importante| obra do Coronel I. Accioli de| Cerqueira e Silva - “Memorias| Historicas da Bahia”| [...] Sabe com que interesse| acompanho tudo quanto| é relativo á nossa Bahia.| Queira mandar suas| ordens **á quem com parti=|cular apreço se honra em| ser| Seo Amigo**. (Corpus PHPB, carta particular)

As ocorrências em (91) e (92) demonstram atos de fala em que os escreventes solicitam algo dos seus leitores, sendo a primeira retirada de um anúncio de jornal e a outra de uma carta particular.

No caso de (91), trata-se de um anúncio de bilhete perdido em que o anunciante pede que, caso algum leitor o tenha achado, entregue-o no endereço indicado.

Em lugar de usar a relativa livre de uma forma mais direta, como em “quem o tiver achado, entregue-o, na Rua da Madre Deos, loja do Senhor Jozé Joaquim da Costa Leite”, o escrevente opta por, numa atitude colaborativa, comunicar aos leitores a sua atitude polida por meio da forma verbal “quiser”. Esse uso exemplifica uma das estratégias de polidez referidas Brown e Levinson (1977) para diminuir os atos que ameaçam à face negativa do ouvinte.

Nesse sentido, o anunciante exprime o seu pedido de forma indireta, visto que aponta para o desejo do leitor em entregar o objeto perdido, possivelmente, para levá-lo a fazer algo que, na verdade, é o desejo de quem anuncia. Há, portanto, por meio desse pedido indireto, uma atenuação na forma de manifestar um ato de fala que, por sua natureza, poderia parecer impositivo.

Em (92), dado extraído de uma carta particular, o remetente pede a um amigo um determinado favor (que o destinatário envie para ele a obra “Memorias Históricas da Bahia”) e, ao despedir-se, refere-se a si mesmo como “quem com particular apreço se honra em ser Seo Amigo”. O teor genérico e indefinido que o remetente atribui a ele mesmo, por meio da codificação linguística escolhida, confere um aparente

distanciamento na maneira de expressar a qualidade que ele possui (ser amigo do destinatário, nesse caso).

De acordo com Brown e Levinson (1977), outras maneiras de minimizar os efeitos de um ato que possa ameaçar a face do ouvinte é a manifestação de deferência por parte do falante e a impessoalização de um dos interactantes. Isso posto, considerando o objetivo central da carta, o uso dessa estrutura pode estar relacionado a uma estratégia do escrevente para demonstrar respeito e apreço pelo seu interlocutor e, assim, aumentar as chances de cooperação entre os dois, tendo seu pedido atendido.

Às ocorrências exemplificadas em (91) e (92) também se relaciona outro aspecto de natureza sociointeracional: o mecanismo da inferência sugerida. Conforme descrito no capítulo referente à fundamentação teórico-metodológica, essa ideia, com base em Traugott e Dasher (2005), diz respeito ao recrutamento de uma expressão, comumente utilizada em uma determinada acepção, para novos usos pragmaticamente construídos, cuja compreensão depende da colaboração do ouvinte/leitor.

À vista disso, no dado em (91), possivelmente, o anunciante espera que os leitores do reclame atentem que o verdadeiro significado pragmático da expressão “quem o tiver achado, e o quiser entregar na Rua da Madre Deos, loja do Senhor Jozé Joaquim da Costa Leite [...] será gratificado” é que ele realmente o entregue no local determinado, caso o tenha encontrado, independente de querer fazê-lo ou não. Embora o pedido – entregar um escravo fugido no local indicado – não tenha sido feito diretamente, é possível aos leitores preencher a lacuna deixada pelo anunciante e inferir o significado pragmaticamente pretendido.

Da mesma sorte, no dado em (92), também é válido afirmar que o significado almejado pelo escrevente pode ser distinto daquele semanticamente posto. Como vimos na seção destinada às características semânticas da relativa livre introduzida por *quem*, em 87,9% dos dados de todo o *corpus* aqui analisado, o pronome que a introduz é utilizado para apontar para um referente não definido/genérico.

Em (92), por outro lado, é possível atestar outro significado pragmaticamente instituído para o conteúdo da ocorrência. Diferentemente do que a codificação linguística literal sugere, nesse dado, o sentido de não definição/genericidade do referente ao qual remete o *quem*, na oração “á quem com parti=|cular apreço se honra em| ser| Seo Amigo” é apenas aparente. Nessa amostra, é possível que o leitor, numa atitude colaborativa, consiga inferir que o autor da carta utiliza essa estrutura para referir-se a si mesmo e não a uma terceira pessoa como a semântica exibida pelo

pronome parece indicar. Assim, o escrevente recruta uma estrutura de acepção convencionalmente genérica e não definida para indicar algo que é de identidade conhecida e compartilhada por/entre ele e seu interlocutor.

Feitas as considerações sobre a atuação do processo de inferência sugerida, na relativa livre introduzida por *quem*, passo agora a tratar da atuação do princípio de iconicidade – por meio dos três subprincípios em que ele se manifesta – no fenômeno linguístico estudado.

Esse princípio, nos moldes givonianos, pressupõe a existência de uma correlação motivada entre o código linguístico (a forma) e o seu significado (função) (cf. GIVÓN, 1984). Vejamos como isso ocorre, no objeto sob análise, observando, inicialmente, a ocorrência posta em (93).

(93) A Tristão Cardoso de Menezes Branco mo-|rador no destricto de Curitiba vindo a Villa da Ati-|baia a seu negocio lhe fugio um escravo crioulo de| nome Generoso no dia 28 de Fevereiro [...] **quem o prender** entregará nesta Cidade| a Antonio Nunes Ramalho, no po[s]to de Jaguariaiba a Joaquim Matheus Branco, em Santo Antonio da| Lapa a Manoel Antonio da Cunha, e em qualqur| destas partes será recompensado [...]. (*Corpus PHPB*, anúncio de jornal, século XIX)

Em relação ao *Subprincípio da quantidade*, destaco que a informação presente na oração *quem o prender* poderia ter sido expressa por outros arranjos com alguma equivalência semântica, como exposto em (93a).

(93a) [...] **o homem/a mulher/ o morador que o prender** entregará nesta Cidade| a Antonio Nunes Ramalho, no po[s]to de Jaguariaiba a Joaquim Matheus Branco, em Santo Antonio da| Lapa a Manoel Antonio da Cunha, e em qualqur| destas partes será recompensado [...].

Na paráfrase em (93a), temos, em lugar da relativa livre introduzida por *quem*, a oração relativa restritiva com antecedente “o homem/a mulher/o morador que o prender”. Embora alguns gramáticos, a exemplo Almeida (2009[1943]), Rocha Lima (2001[1972]) e Neves (2011[1999]) argumentem que se trata de estruturas linguísticas intercambiáveis, apesar de suas diferenças formais (conferir capítulo 3 desta dissertação), aponto, com base no princípio de iconicidade, que a diferença de forma entre as duas orações reflete uma distinção em sua configuração semântico-pragmática.

Assim, estruturalmente, o uso da relativa livre torna o período em que ela está inserida menor, se comparado ao uso de uma relativa com antecedente, pelo fato de esta possuir um elemento a mais (o antecedente *o homem/a mulher/o morador*, nesse caso, a depender da escolha de quem a produzir). A codificação mais econômica, escolhida pelo escrevente (representada pela relativa livre, nesse caso) pode estar relacionada a uma menor granularidade (detalhamento) que o anunciante intenciona dar à proposição, tendo em vista o público genérico e não definido a que o anúncio se destina e o propósito comunicativo por ele pretendido.

No que diz respeito ao subprincípio da proximidade, nota-se que, formalmente, o verbo da relativa livre, *prender*, é posto ao lado do predador da oração a que ela se encaixa, *entregar*, não havendo nenhum material linguístico interveniente entre eles. A essa maior integração no plano da forma pode subjazer uma integração também no plano da função discursivo-pragmática, motivada pela intenção comunicativa de que a ação exposta na segunda oração seja executada tão logo a codificada pela primeira ocorra, em virtude do propósito comunicativo a que o anúncio em questão se destina, a captura de escravos fugidos.

Em se tratando do subprincípio da ordenação linear, nota-se a atuação dele sob dois aspectos: a sequência temporal em que os eventos ocorrem e a importância que se quer atribuir a uma determinada informação no discurso em que ela aparece.

Sobre o primeiro ponto – a sequência temporal em que os eventos ocorrem – o dado em (93) mostra que a disposição da relativa livre em relação à oração com a qual se relaciona obedece à sequência cronológica esperada para que os eventos por eles codificados ocorram (primeiramente, alguém prenderá, nesse caso, um escravo fugido; em seguida, entregá-lo-á ao dono). Essa ordenação torna o anúncio transparente em relação à sequência das ações e, por conseguinte, mais claro ao entendimento do leitor, o que promove uma maior chance de que as intenções comunicativas do anunciante sejam percebidas e, possivelmente, atendidas pelos interlocutores.

Para discorrer acerca do segundo ponto – a importância que se quer atribuir a uma determinada informação – consideremos as ocorrências destacadas em (94), (95) e (96).

- (94) Desaparecerão de um pasto n'esta cidade, em fins do mez de maio do corrente anno dois animais [...] Gratifica-se com vinte mil réis **a quem os entregar n'esta typographia**, e ainda se ficará obrigado. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

- (95) Acha-se, a dias, fugido o escla|vo Eleuterio [...] **Quem o prender e trazer| ao abaixo assignado, na rua dos| Paulistas, casa número 3, desta capi-|tal**, será gratificado. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)
- (96) Fugiram ao abaixo assignado, da sua fa-|zenda das Piteiras em Mogy-mirim, na noite|de 18 para 19 do corrente mez, dois escravos [...] **Á quem os apprehender** se gratificará com| 50\$000 réis por cada um. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

Os dados em (95) e (96), todos extraídos dos reclames de jornal, podem ilustrar a atuação do subprincípio da ordenação linear quanto ao fato de ele poder ser indicativo de uma maior proeminência atribuída a uma informação em decorrência dos propósitos que se almeja atingir. Destarte, enquanto em (94) temos uma relativa livre, cuja relação gramatical é de objeto indireto na ordem canônica para o PB, posposta ao verbo, em (95) e em (96), por sua vez, temos exemplos de anteposição da relativa livre para antes da oração principal.

Assim, no dado destacado em (95), temos uma relativa livre que, sintaticamente, exerce a função de sujeito de uma oração principal codificada na voz passiva e se apresenta anteposta a ela; em (96), por sua vez, a anteposição é feita por meio da topicalização da relativa livre, na função de objeto indireto, em relação à matriz.

Funcionalmente, estratégias como as exemplificadas pelos dados (95) e (96) – e o elevado número de ocorrências da relativa livre que assume a relação gramatical de sujeito, antepostos à oração principal⁴⁰ – podem estar relacionados a uma maior relevância discursiva dada ao leitor, com base no pressuposto givoniano de que “uma fatia de informação mais importante é colocada na frente” (GIVÓN, 2001a, p. 270). Subjacente à escolha dessa ordenação sintática pelo anunciante pode estar o propósito comunicativo do gênero anúncio: convencer o leitor a aderir ao que é anunciado, conferindo-lhe certo destaque do ponto de vista discursivo.

Nesta subseção, descrevi aspectos discursivo-pragmáticos que podem estar envolvidos na configuração estrutural e na recorrência à relativa livre introduzida por *quem*. Com base na análise empreendida, atestei a atuação de aspectos de natureza sociointeracional – tais como, subjetividade e intersubjetividade, estratégias de polidez e preservação das faces e inferência sugerida – e do princípio de iconicidade. Finalizada a discussão sobre as características formais e funcionais que essa oração exhibe, na

⁴⁰ Sobre essa afirmação, conferir a subseção relativa às propriedades formais dessa estrutura.

próxima seção deste capítulo, trato de alguns aspectos de natureza cognitiva que atuam nessa estrutura, como os processos de *chunking* e de categorização.

4.3 *Chunking* e Categorização na relativa livre introduzida por *quem*

Um dos aspectos básicos que subjazem às pesquisas fundamentadas pela LFCU é a consideração da importância de fatores cognitivos para a modelagem das estruturas linguísticas. Acerca desse ponto, trato, nesta seção, de processos de domínio geral envolvidos na formação da relativa livre introduzida por *quem*. Primeiramente, exponho como o processo de *chunking* se manifesta na arquitetura semântico-sintática desse tipo oracional; em seguida, discuto como o processo de categorização atua no fenômeno linguístico em estudo.

Conforme explicitado no capítulo teórico-metodológico desta dissertação, o processo de *chunking* ocorre quando dois ou mais *chunks*, por consequência da frequência de uso, passam a ser armazenados, na memória do usuário de uma língua, como uma única estrutura de processamento. Segundo Bybee (2010), o produto resultante do *chunking* distribui-se na memória dos falantes em um *continuum*, tomando como base o grau de fusão cognitiva entre os seus elementos.

Acerca desse ponto, os achados do *corpus* sugerem uma escalaridade em relação ao grau de fusão cognitiva que os componentes da relativa livre introduzida por *quem* exibem, com base na relação entre as suas partes (cada um dos elementos que essa cláusula possui) e o todo: enquanto em algumas ocorrências a soma dos significados das partes parece corresponder à soma do sentido da oração como um todo, em outras, por sua vez, parece não haver essa transparência. Sobre essa questão, vejamos os dados de (97) a (100).

(97) Preciza-se de uma pessoa agil para hir| todos os dias ao Curso Juridico
saber a que| horas são as aulas do mesmo Curso, visto ser| agora costume
mudarem-nas quasi sempre: **quem| quizer prestar este serviço**, dirija-se
todos os dias| ao Largo de São Francisco, às 10 horas da ma-|nhã, que
achará com quem tratar. (Corpus PHPB, anúncio de jornal, século XIX)

(98) [...] Sem outro assumpto, disponha| VossaExcelência com toda franqueza
**de quem se con-|fessa ser| De VossaExcelência| Amigo muito obrigado e
criado|** [...] (Corpus PHPB, carta particular, século XIX)

- (99) [...] Da ordens pre= | cizas para a plantaçaõ de canas, e carpiçaõ das que estiverem no matto. Mil | Recommendaçoens a Anna Felizarda, Polica, Vicente, Bazilio, eato= | dos de caza. [espaço] Estimo que tenhas saude, eque te sirvas **dequem he | Teu amigo amante, e saudoso** [...] (Corpus PHPB, carta particular, século XIX)
- (100) [...] Aqui passou hontem o| Argemiro. Dê pressa no que elle| tem de fazer lá por cima, porque| é muito preciso, que elle venha| fazer os concertos em Jacaracanga,| e mesmo aqui. As cannas estão| chegando á ponto, e o tempo pro-|mette moagem cêdo. Lá diz o| dictado, que **quem tem olho fundo** chora cêdo. [...] (Corpus PHPB, carta particular, século XIX)

Os dados destacados de (97) a (100) exemplificam diferentes graus de fusão cognitiva que podem ser atribuídos aos componentes da relativa livre introduzida por *quem*.

Em (97), é possível dizer que há uma correspondência total entre o sentido de cada um dos elementos da cláusula e o sentido dela como um todo. Assim, o significado da oração *quem quizer prestar este serviço* expressa de fato “alguém que pretende prestar um determinado serviço” (ir ao Centro Jurídico saber de que horas são as aulas do referido curso, nesse caso). Essa transparência entre o sentido total da relativa livre e a soma do sentido individual dos itens que a compõem pode ser motivada pela possível intenção do anunciante: agir sobre os seus interlocutores para alcançar o objetivo pretendido pelo anúncio, fazendo com que eles se desloquem para o lugar determinado, caso possuam a disposição que o escrevente procura.

Em virtude de haver, no dado negrito em (97), uma correspondência total de sentido entre a expressão inteira e o da soma de suas partes, é possível afirmar que, nessa ocorrência, o significado das partes internas é mais forte do que o todo, constituindo-se, na memória do usuário, como um exemplo de *chunk* fraco, em conformidade com a definição proposta em Bybee (2010).

Nas ocorrências (98) e (99), por sua vez, pode haver uma ambiguidade quanto ao significado das orações destacadas. Mesmo após uma leitura completa dos documentos em que elas estão inseridas, não foi possível inferir se a intenção do remetente é afirmar-se de fato como amigo e criado do destinatário ou se alude às orações “de quem se con-fessa ser De VossaExcelência Amigo muito obrigado e criado” e “dequem he Teu amigo amante, e saudoso” apenas como fórmulas de despedida já convencionalizadas nas cartas do século XIX. Esta última interpretação pode ser

validada pelo fato de essas expressões aparecerem em um local fixo nas correspondências: logo após o desenvolvimento da carta e antes da assinatura.

Dados como (98) e (99), portanto, podem ser evidenciadores de um grau intermediário de fusão entre os componentes dessa estrutura oracional, pois a soma do significado individual de seus itens pode ou não corresponder ao sentido total da oração.

No que concerne ao dado (100), por fim, o sentido da relativa livre não é dado pelo significado da soma do significado de seus itens. Diferentemente das amostras em (98) e (99), essa ocorrência não deixa dúvidas de que o significado do todo não corresponde literalmente a um sujeito que “tem olho fundo” e, por consequência, “chora cedo”, como poderia parecer se atentássemos apenas para o significado de cada item isoladamente. Considerando a expressão “quem tem olho fundo chora cedo”, no contexto da carta em que foi escrita, ela remete à ideia de quando alguém tem uma necessidade urgente não perde tempo para fazer algo que possa resolvê-la.

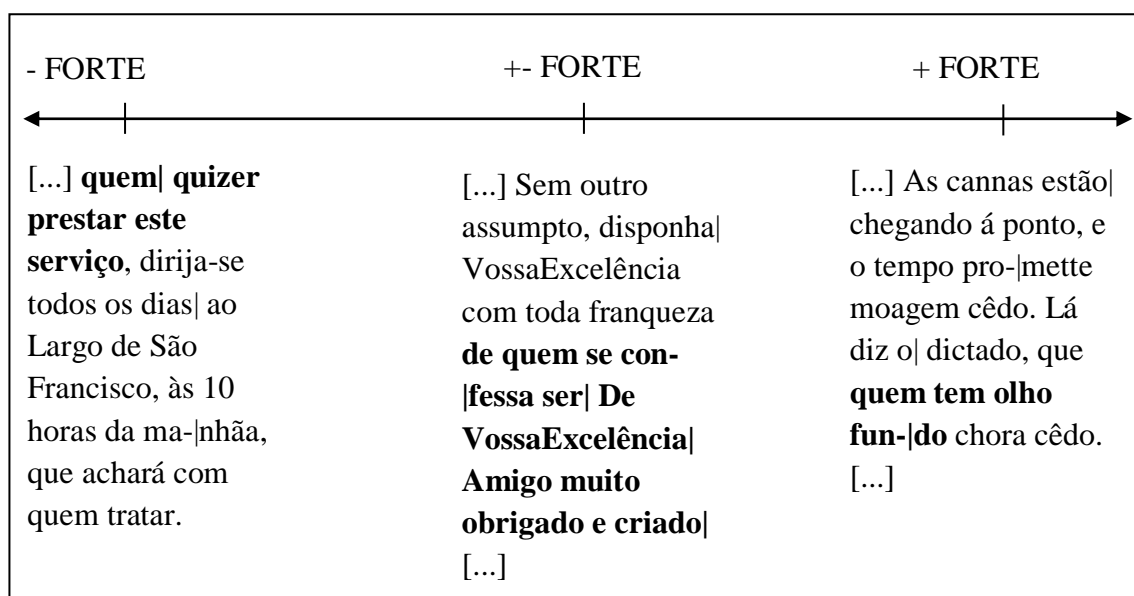
Por conseguinte, atesto que, em (100), o sentido da oração como um todo é mais forte do que o significado da soma de suas partes internas individuais. Assim, o real significado dessa estrutura, nesse contexto, é mais facilmente perceptível, quando o leitor leva em consideração o sentido da oração como um todo e não o significado individual de cada um dos elementos que a compõem, haja vista tratar-se de um idiomatismo. Dados como esse ilustram, portanto, um forte grau de fusão entre os *chunks* menores em um *chunk* maior. Nesse caso, a troca de qualquer um dos itens faria mudar o sentido da oração ou até mesmo poderia deixá-la sem sentido para um falante do PB.

Ressalvo, contudo que, apesar de haver ocorrências como a destacada em (100) – em que o sentido da soma de cada um dos seus elementos não corresponde ao significado do todo –, os dados do *corpus* evidenciam que, em todos os casos em que a relativa livre é usada, as suas partes internas ainda são identificáveis e analisáveis.

Isso porque, mesmo em “quem tem olho fundo chora cedo”, a maioria dos falantes do PB, possivelmente, não teria grandes dificuldades em reconhecer cada um dos elementos que constituem essa cláusula e em usá-los, em outros contextos, para formar outras frases. Exemplo disso é a quantidade de dados encontrados no *corpus* em que aparece a estrutura [quem] + [verbo] + [oração principal], seja com os elementos nessa ordem ou com os itens ordenados de modo distinto ou ainda acompanhada de outros itens – como uma preposição antes do *quem*, por exemplo.

A análise da atuação do processo de *chunking* nas ocorrências da relativa livre no banco de dados escolhido permite, então, atestar a ideia do *continuum* defendida por Bybee (2010) no que diz respeito ao grau em que os *chunks* menores se fundem para formar um *chunk* maior. Vejamos o quadro 6.

Quadro 6 - Continuum do grau de fusão cognitiva dos componentes da relativa livre



Fonte: elaborado pela autora

O quadro 6 ilustra diferentes graus de fusão que os componentes (os *chunks* menores) podem exibir para formar a relativa livre introduzida por *quem* (o *chunk* maior).

Na extremidade à esquerda desse *continuum*, encontram-se ocorrências como “quem quizer prestar este serviço”, evidenciadoras de um grau de fusão menos forte entre os seus elementos, resultando em um *chunk* fraco. Na margem mais à direita, em contrapartida, localizam-se dados como “quem tem olho fundo”, que ilustram um grau maior de fusão que os constituintes dessa estrutura podem exibir, no *corpus* analisado, dando origem a um *chunk* forte. Por fim, no meio desse *continuum*, situam-se ocorrências como “de quem se confessa ser De Vossa Excelência Amigo muito obrigado e criado”, a qual exemplifica um grau intermediário de fusão dos componentes da relativa livre, visto que, no contexto em que foi escrita, o seu significado tanto pode corresponder à soma do sentido de suas partes, quanto tratar-se de uma expressão convencionalizada, cujo sentido do todo é mais forte que o das suas partes individuais.

Feitas as considerações sobre a influência do processo de *chunking* para a constituição da relativa livre introduzida por *quem*, nos parágrafos seguintes, faço explanações sobre como o processo de categorização atua nesse tipo de cláusula.

Conforme já evidenciado no capítulo teórico-metodológico desta dissertação, adoto, neste trabalho, uma visão do processo de categorização baseada em autores como Taylor (1995), Lakoff e Johnson (1999) e Bybee (2010). Para eles, as categorias são alicerçadas a partir de um conjunto de padrões recorrentes da nossa experiência biofísica e social. Assim, no âmbito linguístico, as categorias dependem de como os falantes usam, processam e armazenam as estruturas linguísticas. Assumo ainda, seguindo os pressupostos dos teóricos supracitados, que as categorias linguísticas, por serem provenientes das nossas interações perceptuais, se organizam de modo fluido, ou seja, exibem fronteiras tênues que são determinadas a partir de protótipos, isto é, os melhores exemplares de um determinado grupo.

No que diz respeito à categorização da relativa livre introduzida por *quem*, como já vimos no capítulo dedicado à revisão bibliográfica, não há um consenso, na literatura linguística, sobre a que categoria esse objeto pertence, se a das orações relativas restritivas com antecedente ou a das orações substantivas. Em consequência disso, dedico os parágrafos seguintes ao exame de como as amostras do objeto em tela podem situar-se categorialmente, a partir de uma comparação com as características prototípicas atribuídas às orações relativas restritivas e às substantivas.

Essa comparação tomará por base, para as cláusulas substantivas e para as relativas restritivas, o que é descrito por algumas gramáticas do PB⁴¹ e, para as relativas livres, a caracterização feita neste trabalho. Para tanto, levarei em consideração três fatores, a saber: (i) a natureza morfológica do item em que os três tipos de oração se encaixam, (ii) as relações gramaticais que elas assumem no escopo da cláusula matriz e, por último, (iii) a natureza morfossintática do elemento que as introduz⁴².

Acerca do primeiro ponto – a natureza morfológica do item a que a oração se encaixa – atentemos para as amostras destacadas em (101), (102) e (103).

⁴¹ Azeredo (2008); Bechara (2009 [1961]); Castilho (2012); Cunha e Cintra (2013[1985]) e Rocha Lima (2001[1972]).

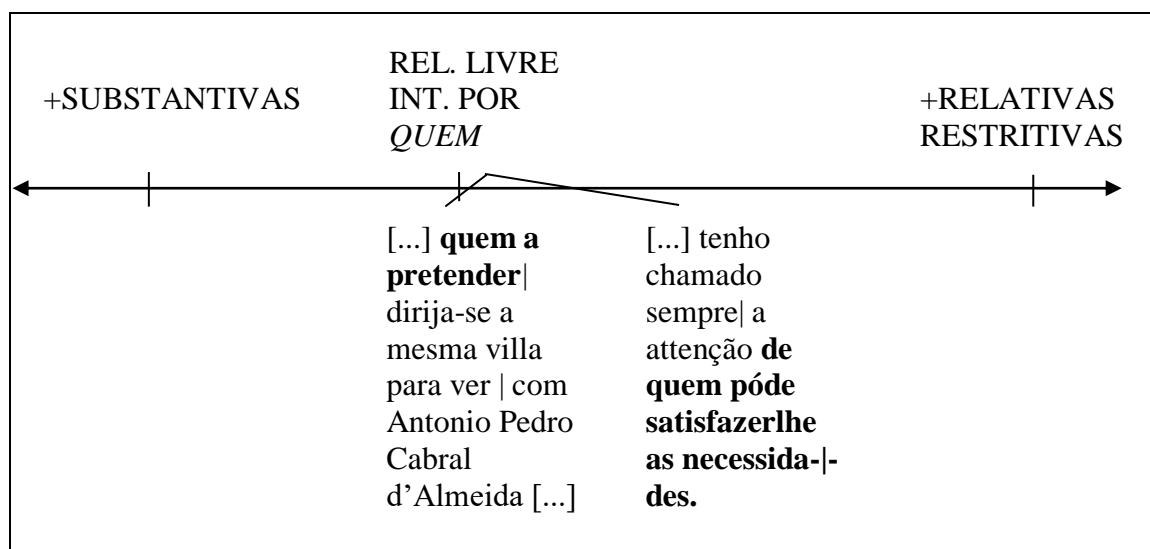
⁴² Os fatores escolhidos para a análise do estatuto categorial do objeto em tela limitam-se a esses, em virtude de serem os únicos contemplados pelas gramáticas para definir a categoria das orações substantivas e a das relativas. Contudo, reconheço a importância de considerar, em trabalhos futuros, outros fatores – sobretudo os semânticos e discursivo-pragmáticos – para uma análise mais completa acerca do processo de categorização nas orações complexas do PB.

- (101) O pai viu **que a filha saíra**. (BECHARA, 2009[1961], p. 464)
- (102) Mas ficava-me a certeza **de que havia ali vários trabalhos, feitos por muitos indivíduos**. (ROCHA LIMA, 2001[1972], p. 265)
- (103) O aluno **que estuda passa de ano**. (BECHARA, 2009[1961], p. 366)

As ocorrências destacadas em (101) e (102) são representativas de orações substantivas e demonstram as duas possibilidades atribuídas pelos gramáticos para a natureza morfológica do item a que a oração se vincula: ou a cláusula aparece relacionada a um verbo, como o vocábulo *ver* em (101), ou a um nome, como o substantivo *certeza* em (102). Já o dado em (103), representante de uma oração relativa com antecedente, evidencia a única possibilidade para o termo em que esse tipo oracional pode encaixar-se: um nome, nesse caso, o substantivo *aluno*.

A relativa livre introduzida por *quem*, por sua vez, conforme discutido na seção destinada às propriedades formais, pode encaixar-se tanto em um verbo quanto em um nome. Assim, comparando as probabilidades descritas no parágrafo anterior com os achados desta pesquisa, aponto que a relativa livre distancia-se do protótipo estabelecido para as relativas restritivas com antecedente. O objeto sob análise, portanto, aproxima-se mais do protótipo das orações substantivas pelo fato de atuar tanto no escopo do SN quanto do SV. Vejamos, no quadro 7, como esse aspecto pode ser representado.

Quadro 7 – *Continuum* substantiva – relativa restritiva com base no item em que se encaixa a subordinada



Fonte: elaborado pela autora

O quadro 7 ilustra a maneira como a relativa livre pode ser categorizada em relação à natureza morfológica do item a que a oração se encaixa: mais próxima do polo das substantivas, em virtude de poder, conforme as ocorrências dispostas no *continuum* indicam, encaixar-se a um verbo – como *quem a pretender* que se subordina ao verbo *dirigir-se* – ou em um nome – a exemplo de *de quem póde satisfazer-lhe as necessidades*, que aparece subordinado ao substantivo *atenção*.

Passando agora para a discussão do segundo tópico – as relações gramaticais que a oração assume no escopo da cláusula matriz – observemos os exemplos listados de (104) a (109).

(104) É certo **que a presença do dono o sossegava um pouco**. (CUNHA e CINTRA, 2013 [1985], p. 614)

(105) O prefeito declarou **que concluirá todas as obras até o fim do seu mandato**. (AZEREDO, 2008, p. 313)

(106) Duvido **de que eles nos encontrem aqui**. (AZEREDO, 2008, p. 312)

(107) Enildo dedica a sua atenção **a que os filhos se eduquem**. (BECHARA, 2009[1961], p. 464)

(108) Calipso! Ele tem a mania **de que alho faz bem à saúde!** (CUNHA e CINTRA, 2013 [1985], p. 614)

(109) Ele fitava a noite **que cobria o cais**. (ROCHA LIMA, 2001[1972], p. 268)

As orações negritadas de (104) a (108) exemplificam casos de orações substantivas e demonstram as relações gramaticais prototípicas que elas podem exercer em relação ao termo a que se subordinam. São elas: sujeito, em (104); objeto direto, em (105); complemento relativo, em (106); objeto indireto, em (107) e, por fim, complemento nominal, em (108)⁴³. A estrutura destacada em (109), em contrapartida, representa uma oração relativa restritiva com antecedente e a única relação gramatical possível apontada, pelas gramáticas, para esse tipo oracional: adjunto adnominal.

A análise dos dados colhidos para esta dissertação demonstrou que a relativa livre introduzida por *quem* pode assumir seis funções sintáticas distintas: sujeito, objeto

⁴³ Para alguns gramáticos, incluem-se nas funções sintáticas que as orações substantivas podem assumir o aposto e o predicado do sujeito. Essas relações gramaticais não foram aqui citadas pelo fato de não serem compartilhadas por todos os estudiosos que considerei para esta análise.

direto, complemento relativo, objeto indireto, complemento nominal e adjunto adnominal. Assim, esses achados revelam semelhanças das funções sintáticas exibidas pela relativa livre tanto com a categoria das orações substantivas quanto das relativas restritivas com antecedente. Com base nisso, assumo que, quanto a essa propriedade, a relativa livre pode estar situada em um grau intermediário de categorização entre as substantivas e as relativas com antecedente.

Quanto ao último fator a ser analisado – a natureza morfossintática do elemento introdutor – os exemplos listados de (104) a (108) exibem o elemento prototípico para a introdução de uma oração substantiva, a conjunção integrante, representada pela palavra *que* para todos os casos exemplificados.

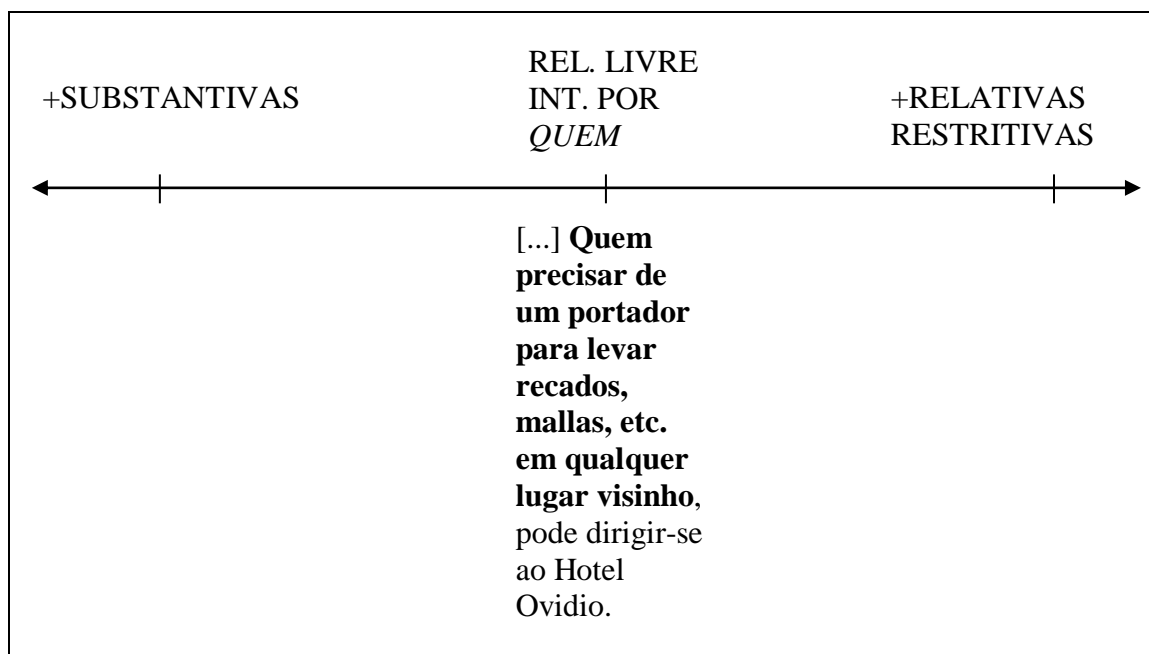
Esse item caracteriza-se como um mero transpositor oracional, o qual permite que uma oração possa funcionar como um constituinte de outra oração, a principal ou matriz. Assim, na amostra destacada em (105), a cláusula *concluirá todas as obras até o fim do seu mandato*, por intermédio da conjunção integrante *que*, subordina-se à oração *o prefeito declarou* na condição de objeto direto do predador representado pelo verbo *declarar*. Em todos os casos listados, a conjunção integrante não assume nenhuma função sintática, nem no escopo da oração subordinante, nem da subordinada.

Por outro lado, em (109) – um exemplo de oração relativa restritiva com antecedente – a palavra *que* assume o estatuto de pronome relativo. Nesse caso, além de permitir que a oração *que cobria o cais* subordine-se à cláusula *ele fitava a noite*, na condição de um constituinte dela – adjunto adnominal – ele também retoma anaforicamente um termo presente na oração subordinante – *a noite*, nesse dado – e exerce uma função sintática no interior da cláusula a que pertence – sujeito, nesse exemplo. Nas relativas, portanto, esse vocábulo não se comporta apenas como um mero transpositor oracional.

A análise dos dados das relativas livres, nesta pesquisa, mostrou que o item que a introduz – o *quem* – não se comporta nem como uma conjunção integrante prototípica nem como um pronome relativo prototípico tal qual descrito nos parágrafos anteriores. Conforme explicitado na seção 4.1, o elemento introdutor da relativa livre – a exemplo de um pronome relativo e diferentemente de uma conjunção integrante – exerce uma função sintática no interior da oração a que pertence; contudo – semelhantemente a uma conjunção integrante e opondo-se a um pronome relativo – não retoma nenhum elemento presente na oração subordinante.

Feitas as considerações precedentes, vejamos, no quadro 8, a posição que a relativa livre poderia ocupar em relação às cláusulas substantivas e às relativas restritivas com antecedente quanto à natureza do item que a introduz.

Quadro 8 – *Continuum* substantiva – relativa restritiva com base no elemento introdutor da subordinada



Fonte: elaborado pela autora

De acordo com o que é exibido no quadro 8, no que diz respeito às propriedades morfossintáticas do elemento introdutor da relativa livre, ela se situa em uma posição intermediária entre as orações substantivas e as orações relativas. Nesse tipo oracional, a palavra que a introduz não assume as características prototípicas de pronome relativo tampouco de conjunção integrante, visto que não retoma nenhum termo citado anteriormente, contudo exerce uma função sintática na oração da qual participa. Desse modo, a ocorrência exemplificada no *continuum* mostra que, apesar de o *quem* exercer a função sintática de sujeito do predicado *precisar de um portador para levar recados, mallas, etc. em qualquer lugar visinho* não estabelece a retomada de nenhuma palavra presente no anúncio.

A discussão aqui empreendida sobre a categorização da relativa livre introduzida por *quem*, tomando como referência os protótipos estabelecidos para as orações substantivas e as orações relativas restritivas com antecedente, mostra-nos que

essa estrutura não exhibe comportamentos prototípicos nem de uma nem de outra categoria.

Por um lado, o objeto analisado apresenta características próprias das cláusulas substantivas e não verificáveis nas relativas – o fato de poder encaixar-se tanto em uma base verbal e o seu elemento introdutor não retomar nenhum antecedente. Por outro lado, ele demonstra propriedades compartilhadas pelas relativas e não previstas nas substantivas – exercer a relação gramatical de adjunto adnominal de um substantivo presente na cláusula principal.

Desse modo, a reflexão aqui desenvolvida, ainda que breve, fornece indícios da possível existência de um *continuum* categorial entre a classe das orações substantivas e a das relativas, no meio da qual estaria situada a relativa livre introduzida por *quem*, por compartilhar características de ambas as categorias. As considerações feitas nesta seção, portanto, permitem-me atestar que as categorias linguísticas, conforme postulam Lakoff e Johson (1999) e Taylor (1995), não são homogêneas e suas fronteiras exibem limites substancialmente tênues e difusos.

Nesta seção, analisei as ocorrências da relativa livre introduzida por *quem* encontradas no *corpus* à luz de fatores de ordem cognitiva, como os processos de domínio geral *chunking* e categorização.

Em relação ao primeiro deles, o *chunking*, discuti a atuação desse processo nas ocorrências objeto em tela. Nesse sentido, atestei a existência de um *continuum* no que diz respeito ao grau de fusão cognitiva entre os componentes que formam a relativa livre: por um lado, amostras desse tipo oracional, no *corpus*, apontam para a existência de *chunks* fracos; por outro lado, algumas ocorrências evidenciam a existência de *chunks* fortes; e, por fim, outros dados demonstram uma situação intermediária quanto ao grau de coesão dos elementos.

No que concerne ao processo de categorização, a análise feita revelou que a oração relativa livre introduzida por *quem* tanto apresenta propriedades morfosintáticas comuns à categoria das orações substantivas quanto semelhantes à das orações relativas. Esses resultados podem ser indiciadores da existência de um *continuum* categorial entre o grupo das substantivas e das relativas, cuja posição intermediária seria ocupada pelas relativas livres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, investiguei a relativa livre introduzida por *quem*, no PB escrito. Esse tipo de cláusula configura-se como um dos resultados da junção de orações, por meio do processo de subordinação, e é uma subclasse das chamadas relativas livres.

Analisei esse padrão oracional com o objetivo de identificar suas características morfossintáticas e questões de natureza semântica, discursivo-pragmática e cognitiva implicadas na sua constituição e em seu uso. Além disso, procedi a uma tentativa de situar categorialmente o objeto em tela, com base em algumas propriedades elencadas neste trabalho. Para fundamentar esta pesquisa, adotei o arcabouço teórico-metodológico da LFCU. Os dados utilizados, neste trabalho, foram retirados da plataforma de *corpora* do projeto *PHPB*, mais precisamente, amostras de anúncios de jornal e de cartas particulares que circularam no Brasil ao longo do século XIX.

Para nortear o trabalho aqui empreendido, busquei, ao longo da análise, responder às seguintes questões de pesquisa: (i) que propriedades formais (morfológicas e sintáticas) exhibe a relativa livre introduzida por *quem*?; (ii) que propriedades funcionais (semânticas e discursivo-pragmáticas) exhibe esse tipo oracional com base em suas ocorrências no *corpus* analisado?; (iii) quais processos cognitivos estão implicados na formação das ocorrências da relativa livre introduzida por *quem*?; e, por fim, (iv) como pode ser categorizado o tipo oracional aqui investigado, considerando interfaces de suas propriedades formais e/ou funcionais com as de orações relativas restritivas com antecedente e as de substantivas?

No âmbito das propriedades sintáticas que a relativa livre introduzida por *quem* pode apresentar, elenquei três fatores analíticos, a saber: (i) o modo de articulação da relativa livre em relação à matriz; (ii) a relação gramatical que a relativa livre assume em relação à matriz e (iii) a ordenação da relativa livre no escopo da matriz.

Feita a análise, pude constatar que o objeto estudado apresenta-se encaixado a um verbo ou a um nome presente na oração principal e pode ou não ser introduzido por preposição, a depender da relação gramatical estabelecida com o termo a que se encaixa. Verifiquei ainda a assunção, pela relativa livre, de seis relações gramaticais distintas no escopo da cláusula subordinante: sujeito, objeto direto, objeto indireto e complemento relativo – quando encaixada a uma base verbal – complemento nominal e

adjunto adnominal – quando encaixada a uma base nominal – estando mais da metade das ocorrências do *corpus* na função sintática de sujeito. Por fim, atestei ainda duas possibilidades de ordenação da relativa livre em relação à oração em que se encaixa, fortemente condicionadas pelas funções sintáticas que a relativa apresenta: a anteposição e a posposição.

Os resultados da análise das ocorrências, com base nos fatores sintáticos, confirmaram as hipóteses por mim levantadas de que o objeto em tela atua, por meio do encaixamento oracional, não só no escopo do sintagma nucleado por verbo, mas também no escopo do SN.

No âmbito das propriedades morfológicas que a relativa livre introduzida por *quem* pode exibir, elenquei dois critérios para a análise, tais como: (i) o estatuto categorial do elemento *quem* e (ii) o modo do verbo da oração relativa.

Em relação ao primeiro deles - a classificação do elemento *quem* – evidenciei que o pronome *quem*, nesse tipo de cláusula, não exibe o comportamento prototípico de um pronome relativo, em virtude de ele não exibir, nos dados do *corpus*, um dos atributos fundamentais para a categoria dos pronomes dessa natureza: retomar anaforicamente o seu antecedente nominal e o assumir como seu referente. Quanto ao segundo aspecto – o modo do verbo da oração relativa – demonstrei que o predador dessa estrutura pode flexionar-se tanto no subjuntivo quanto no indicativo, sendo aquele mais recorrente no gênero anúncio de jornal e este no gênero carta particular. Em adição a isso, verifiquei que a escolha de um desses modos verbais é motivada pela intenção comunicativa do escrevente em asseverar o conteúdo da oração como algo hipotético (no caso do subjuntivo) ou como verdadeiro (no caso do indicativo).

Para a análise das propriedades semânticas do objeto estudado, considerei cinco fatores, são eles: (i) o referente para o qual o pronome *quem* aponta; (ii) a classificação semântica do verbo da relativa livre; (iii) o papel semântico do *quem* atribuído pelo verbo da relativa livre; (v) a classificação semântica do verbo da oração matriz; e, por último, (vi) o papel semântico do *quem* atribuído pelo predador da oração matriz.

Após o levantamento dos dados, em relação ao primeiro critério, constatee que o pronome *quem* aponta para um referente situado no contexto comunicativo, caracterizado pelos traços semânticos [+ANIMADO], [+HUMANO], [+DEFINIDO/GENÉRICO], nos termos defendidos por Chafe (1979), e que algumas ocorrências manifestam um caráter dêitico, visto que apontam para os interlocutores – ora para o escrevente ora para o(s) leitor(es) – dos textos analisados.

Quanto aos tipos semânticos dos verbos que predicam a relativa livre e a cláusula matriz, detectei que não há restrição a nenhum dos quatro tipos semânticos de verbos considerados por Chafe (1979) e Borba (1996; 2002). No que concerne aos papéis semânticos desempenhados pelo pronome *quem*, no âmbito do verbo da relativa livre e da cláusula matriz, atestei uma considerável variedade de funções semânticas para ambos os casos: no primeiro deles, o pronome *quem* pode assumir os papéis de experienciador, agente, suporte e beneficiário, sendo mais frequente o de experienciador; no segundo caso, por sua vez, assume as funções de agente, beneficiário, alvo, paciente e suporte, sendo mais recorrente o papel de agente.

No tocante às propriedades funcionais relacionadas ao objeto em estudo, analisei-o à luz de questões sociointeracionais – como a (inter)subjetividade, as estratégias de polidez e preservação das faces e a inferência sugerida, além do princípio de iconicidade.

Assim, alguns usos da relativa livre, no *corpus*, são evidenciadores da manifestação da (inter)subjetividade dos escreventes dos anúncios de jornais e das correspondências, visto que, por meio dessa estrutura, eles remetem tanto a julgamentos acerca de si mesmos quanto a respeito de seus possíveis leitores. Em outros dados, a recorrência à relativa livre pode funcionar como um mecanismo para preservar a face dos interactantes, na medida em que, por meio de seu uso, os falantes conferem um caráter atenuante a atos de fala que poderiam ameaçar as faces, por parecerem impositivos. Ademais, constatei a atuação do processo de inferência sugerida na estrutura analisada, pelo fato de que algumas amostras apresentam novos significados não previstos na semântica dos itens que as compõem, sobretudo no sentido de definição/não genericidade atribuído ao pronome *quem*, em algumas ocorrências do *corpus*.

Da análise do objeto estudado sob o enfoque do princípio de iconicidade, com base nos três subprincípios que ele manifesta, evidenciei três aspectos relevantes para os objetivos a que me propus, neste trabalho. Primeiramente, atestei que a intercambialidade entre uma relativa livre e uma relativa com antecedente, observada por alguns gramáticos do PB, não é total. Assim, se atentarmos para as diferenças discursivo-pragmáticas que essas estruturas apresentam, a ausência de um elemento a mais na constituição formal da relativa livre – o antecedente – pode estar relacionada à intenção do usuário em conferir uma menor granularidade ao conteúdo da proposição. Em seguida, constatei que, em alguns dados, a proximidade entre os predadores das

cláusulas relativa e principal, no plano sintático, pode ser motivada pelas intenções comunicativas dos anunciadores. Da mesma sorte, a ordenação que a relativa assume, no âmbito da matriz, também pode ser justificada por questões de clareza e de uma maior saliência perceptual atribuída aos leitores, tendo em vista as motivações dos produtores dos textos analisados e as características dos gêneros textuais selecionados para a investigação.

Quanto ao último ponto desta análise – a influência de aspectos cognitivos na relativa livre introduzida por *quem* – verifiquei a atuação dos processos de *chunking* e categorização. Em adição à discussão empreendida acerca deste último, procedi a uma tentativa de categorizar o objeto estudado com base em algumas propriedades formais e funcionais detectadas a partir desta investigação.

Assim, atestei que, no que concerne à atuação do processo de *chunking*, os constituintes da relativa livre manifestam uma gradiência no nível de fusão entre os *chunks* menores que a compõem. Nesse sentido, alguns dados constituem-se como unidades idiomáticas, sendo forte a coesão entre seus termos, ao passo que outros apresentam fraca integração ou estágios intermediários.

A influência do processo de categorização, nessa estrutura, também forneceu indícios de gradiência na organização das categorias linguísticas. Para a análise desse aspecto, busquei estabelecer um paralelo entre as características prototípicas, na ótica de alguns gramáticos do PB, para a classificação de uma oração como substantiva ou relativa, e as atestadas para a relativa livre neste trabalho, com base em um grupo de fatores. Como resultado, verifiquei que, na maioria dos critérios listados, o objeto em tela pode estar situado em uma posição intermediária de um *continuum* entre orações substantivas e orações relativas, por possuir características de ambos os tipos, o que corroborou a hipótese, por mim previamente levantada, a respeito desse tópico.

Cumpridos os objetivos a que me propus, saliento a importância de se considerar – além dos aspectos formais – questões de ordem funcional, na descrição dos elementos de uma língua. Reconhecida a suma importância das análises precedentes para o objeto considerado, ressalto que a correlação entre forma e função, como a empreendida nesta pesquisa, pode representar algum avanço para a descrição da relativa livre introduzida por *quem* no PB escrito. Ao mesmo tempo, este trabalho aponta para possibilidades futuras de investigação acerca das relativas livres introduzidas por outros pronomes, assim como sobre o seu estatuto categorial. E, em uma perspectiva mais ampla, sobre a categorização das orações complexas no PB.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* [1943]. 46 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, E. C. *Moderna Gramática Portuguesa* [1961]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I* [1966]. Campinas, Pontes Editores, 1976.

BISPO, E. B. *Estratégias de relativização no português brasileiro e implicações para o ensino: o caso das cortadoras*. Tese de Doutorado, UFRN, Natal, 2009.

_____; OLIVEIRA, M. R. de. *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: EDUFF, 2014.

BORBA, F. S. *Uma gramática de valências do português*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Dicionário de usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BRAGA, M. L.; KATO, M.; MIOTO, C. As construções-Q no português brasileiro culto falado: relativas, clivadas e interrogativas. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. v. 3. Campinas: Unicamp, 2009.

BRITO, A. M. B. de. *A sintaxe das orações relativas em português*. Porto: Correio do Minho, 1988.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP, 2010.

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: DIFEL, 1962.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mario Martelotta*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2013.

CHAFE, W. *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo* [1985]. 6 ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

CROFT, W. *Typology and Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____; CRUSE, A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FREYRE, G. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Global Editora, 2012.

FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus Discurso e Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. In: *Revista do Gelne*. Vol. 15 - Números 1/2 - Natal: UFRN, 2013. p. 49-74.

_____; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística Funcional Centrada no Uso: uma homenagem a Mario Martelotta*. Rio de Janeiro/Cataguases-MG: FAPERJ/Mauad, 2013. p. 13-36.

_____. Funcionalismo. In: MARTELOTTA et al (org). *Manual de Linguística*. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 159-177.

_____; OLIVEIRA, M. R; MARTELOTTA, M. E. *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2015.

GAMA KURY, A. da. *Novas lições de análise sintática* [1984]. São Paulo: Ática, 1999.

GAVIOLI-PRESTES, C. M. *Fatores determinantes na classificação das orações subordinadas como relativas livres*. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

_____. *Funcionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. Tense, aspect and modality I.: functional organization. In.: *Syntax – an introduction*. v. 1. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins, 2001, p. 285 – 335.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001a.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001b. GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. California: University of California, 1995.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford University Press, Oxford, 2006.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*. v. 13, p. 139-157, 1987.

_____. *Emergent grammar and the a priori grammar postulate*. In: Tannen, D. (Ed.) *Language in context: connecting observation and understanding*. Norwood: Ablex, 1988, p. 117-134.

_____.; TRAUGOTT, E. C. *Gramaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KEENAN, E. L. Relative Clauses. In: SHOPEN, T. *Language, typology and syntactic description*, v. II: Complex Constructions. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 141-170.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. *Noun phrase accessibility and universal grammar*. *Linguistic Inquiry* 8, 1977.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books, 1999.

_____. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. California: Stanford University Press, 1987.

_____. *Concept, Image, and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. *Cognitive Linguistics Research*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990.

_____.; *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 2: Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

_____.; Extreme subjectification: English tense and modals. In *Motivation in Language: Studies in Honor of Günter Radden, Hubert Cuyckens, Thomas Berg, René Dirven and Klaus-Uwe Panther* (eds.), Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 2003. p. 3-26.

_____. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

MARCHESAN, A. C. *As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade*. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____. *As relativas livres no português brasileiro*. 227f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____.; A. MIOTO, C. Relativas livres. In: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. de. *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: EDUFF, 2014b. p. 47-73.

MARCUSCHI, L. A. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1989.

_____.; Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA et al. *Manual de Linguística*. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1983.

MEDEIROS JUNIOR, P. *Sobre Sintagmas-QU e Relativas Livres no Português*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____. *Relativas Livres do PB: Sintaxe, Semântica e Diacronia*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MÓIA, T. A. *Sintaxe das orações relativas sem antecedente expreso do português*. 163f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português* [1999]. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax: a guide for field linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PERDIGÃO MALHEIRO, A. M. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social* [1866]. v. 1. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 2008. Disponível em: http://www.asser.edu.br/rioclaro/graduacao/pedagogia/docs_professor/Escravidao-no-Brasil-Vol-1.pdf. Acesso em: 27 dez. 2016.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PIRES, Vera Lúcia & WERNER. *A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste*. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r33/revista33_9.pdf. Acesso em: 27 mar. 2017.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* [1972]. 40ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* [1921]. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 2001.

SCHEIBMAN, J. Local patterns of subjectivity. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 61-90, 2000.

SCHIFFRIN, D. The principle of intersubjectivity in communication and conversation. *Semiotica*. v. 80, p.121-151, 1990.

SCHLESINGER, I. *Cognitive spaces and linguistic case*. Cambridge: Cambridge University Press., 1995.

SIMÕES, J. da S. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, 2007.

SOUZA, G. C. Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente: contribuições da Gramática Discursivo-Funcional. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 40, p. 123-132, 2011.

TAVARES, M. A. Os conectores e, aí e então na sala de aula. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; _____. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRRN, 2007.

TAYLOR, J. R. Syntactic construction as prototype categories. In: *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TOMASELLO, M. *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: CUP, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Construcionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VALER, S. Aspectos formais e semânticos das sentenças relativas. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna*. Ano 5, n. 11, 2º Semestre de 2009. [www.letramagna.com]

ANEXO A – Exemplos de anúncios de jornal por subtipo

OBJETOS ACHADOS E PERDIDOS

Perda. || No dia 20 do corrente, perdeu-se, desde| a baixa dos çapateiros até aos cobertos, hum| alfinete de peito de 1 brilhante; roga-se a quem| o achar, o entregue no Armazem de Dias e| Costa, á rua nova do Commercio, número 10, que | será bem recompêzado. ||

COMPRA, VENDA E ALUGUEL DE PRODUTOS

Vende-se uma morada de casa, no-|va e de muito boa commodidade, na| feira de *Santa Anna*, quem a pretender| dirija-se a mesma villa para ver | com Antonio Pedro Cabral d'Almeida, | ou nesta villa com Cesario Antonio Ca-|bral d'Almeida morador na rua da Ma-|tris. ||

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Afinador de pianos|| No dia 26 do corrente deve che-|gar a esta cidade o excellente afina-|do de pianos senhor Francisco Salles, | já conhecido n'esta cidade pelos| Illustríssimos senhores capitão José Maria Ba|raúna, capitão Ramiro da Silva Pimentel, Ernesto Simões da Silva,| Francisco| Cassiano da Silva e outros; - afina-|dor do << Commercio de Pianos>> e da <<Companhia Lyrica>> na capital, que| vem aqui a alguns chamados. Quem| desejar uma boa afinação de piano| por 5\$000 pòde derigir suas ordens para a casa do senhor Manoel tertulia|no de Almeida, á rua Formosa número 44.||

ANEXO B – Exemplares de cartas particulares por subtipo

CARTA TROCADA ENTRE NÃO-FAMILIARES

Caro *Amigo*, e *Compadre doCoração*|

Rio 1º de Abril 1828.|

Doente desde Dezembro, muito se me aggravou o mau mas| desde Fevereiro, com hu) ataque de cabeça, do qual não estou| ainda escasso, *Vosmice* fará idea do meu estado, quando eu lhe di|ga *que* nem assignar o meu nome eupodia, hoje mesmo| eu não posso ainda fazer applicaçam, e por isso não sou ex| tenso. Tenho sempre ouvido por *Vosmice* sobre hu)ma noticia á| respeito de escravos, noticia, á *que* aqui se deu o mais| feio aspecto, bem *que* das cartas não consta coisa *que*| faça medo. Como está *Vosmice* todós os seus, meu Affi-|lhadinho, e *minha* Comadre? Estimo *que* muito bons de saude,| e de fortuna. *Minha* Mana Maria está agora com migo,| e á *Vosmice*, e á todos os seus se recomenda. *Vosmice* vem ao Rio?| Bem sabe *que* tem casa para estar, e *que* nisto dará ao| seu fiel *Amigoe* tão obrigado o maior gosto, *minha* Mana| lhe pede este favôr, e lhe manda dizer *que* agora n'esta| casa há mais ordem, por *que* ella a governa. Olhe,| eu muito o desejo vêr para ter hu) desabafo de coraçam| Ah! Nunca eu sahisse da *Bahia*, ou pelo menos não| visse a cara ao pão d'assucar !!! Adeus. Se *Vosmice*| poder mande-me somente o conto e duzentos das Dia|rias deDeputado, em lettras mesmo, ou como poder ser,| por *que* preciso. | *Recomendacoes* á todos, e creia *que* do*Coração*| sou seu|

Amigo fiel, *Compadre* eobrigado|

Basto.|

CARTA TROCADA ENTRE FAMILIARES

Rio de Janeiro 24 de Dezembro 1857

_ Presado Pai _

_ Estimarei que tivesse felizes fes- | festas no gozo da mais perfeita saude, a qual desejo nunca | interrompida_

Pelo incluso annuncio da directoria do Instituto Com- | mercial, meu Pai verá que para se poder matricular exi- | gem algebra, geometria e trigonometria, materias que eu | nunca estudei. O *Senhor* Cabral, a quem fiz ver isso, | disse-me que irá qualquer d'estes dias fallar com o Di- | rector a este respeito.

Supponho que o [curso] da aula do commercio não é essen- | cialmente preciso a quem se dedica a essa carreira, e que al- | gumas de suas materias de ensino são bastante alheias ao | mesmo objecto; demais exige um estudo *mu*ito atento.

No entanto, as inscripções para a matricula estão aber- | tas até o fim de Janeiro, e meu pai resolverá o que lhe ap- | pr[ouver].

Rogo-lhe queira recommendar-me a todos e lançar a | benção sobre

Seu filho

amante

Casimiro *José Marques* de Abreu